

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

DEISE BAUMGRATZ

BRASIL E PARAGUAI: UMA RELAÇÃO SUBIMPERIALISTA?

BRAZIL AND PARAGUAY: A SUB-IMPERIALISM RELATION?

Foz do Iguaçu – PR
2019

DEISE BAUMGRATZ

BRASIL E PARAGUAI: UMA RELAÇÃO SUBIMPERIALISTA?

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado - área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin.

Baumgratz, Deise

BRASIL E PARAGUAI: : UMA RELAÇÃO SUBIMPERIALISTA? /
Deise Baumgratz; orientador(a), Eric Gustavo Cardin,
2019.

115 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade,
Cultura e Fronteiras, 2019.

1. Subimperialismo. 2. Brasil. 3. Paraguai. 4.
Capitalismo dependente. I. Cardin, Eric Gustavo. II.
Título.

DEISE BAUMGRATZ

BRASIL E PARAGUAI: Uma relação subimperialista?

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Aníbal Orué Pozzo
Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA
Membro Efetivo (convidado)

Prof. Dr. Fernando José Martins
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
Orientador

Foz do Iguaçu, 11 de março de 2019

A Francieli e Jeferson.

AGRADECIMENTOS

Mais de dois anos se passaram desde o início desta pesquisa. Uma jornada longa, árdua e solitária. Nesse tempo, muitas pessoas cruzaram meu caminho e nos momentos de incertezas algumas foram fundamentais para seguir, não serei capaz de agradecer a todos nominalmente, mas reconheço a importância de cada um para a conclusão da pesquisa.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador, Eric, que além de acreditar em mim, com sua paciência e sabedoria foi capaz de me guiar pelo andamento da pesquisa, ensinando muito mais que uma visão acadêmica, a ter uma visão crítica do mundo. Aproveito para expressar minha admiração por sua trajetória acadêmica e suas pesquisas sobre fronteira. Você foi um verdadeiro orientador e amigo.

Agradeço as contribuições dos professores que estiveram na banca de qualificação e defesa final, Dr. Fernando José Martins, Dr. Anibal Orue Pozzo, e ao Dr. Gilson Batista de Oliveira, seus aportes foram fundamentais para o resultado desta pesquisa. A todos os professores e funcionários do programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, por dedicarem seu tempo a educar e transformar pessoas, agradeço também ao apoio e parceria dos companheiros da turma de 2017. Gostaria de frisar a importância de todos que colaboraram com a pesquisa, com conversas, sugestões e críticas, em especial a Romina C. Galeano e Leila Yatim.

Do mesmo modo agradecer aos professores da pós-graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-americana - Unila, do grupo de pesquisa sobre a Tríplice Fronteira da UNILA e do Laboratório de Fronteiras (LAFRONT) da UNIOESTE, as contribuições não só ajudaram para o desempenho da pesquisa, mas no amadurecimento enquanto pesquisadora.

Sou grata a minha família, vocês são a base que sustentam o meu ser. Mas não poderia deixar de agradecer de forma especial a Francieli, minha irmã e amiga, seu apoio foi fundamental para ser quem sou e prosseguir, mesmo quando os caminhos são sinuosos e incertos. Jefer, inspiração e exemplo sempre. Meus portos seguro, tenho orgulho de vocês, obrigada pelos maiores presentes da minha vida, a Sofia e o Heitor.

À Helena, que é luz e calma.

Carinhosamente, Fabiola, as palavras não dão conta de exprimir toda a gratidão por cada palavra amiga, cada riso e abraço, você é essencial. E a todos meus amigos que durante os momentos difíceis me deram força, foram família, irmãs e companheiras, Carla, Mileidy, Jacke,

Aline, Fabricia, Natali, Eunice, Leonardo, Ronaldo, Eliane, Tamur e Paulo. A simplicidade de uma amizade sincera é a mais pura fonte de felicidade.

Agradeço a Cristiane, por escutar, por amparar e por criticar, assim também a todos meus colegas de trabalho por compreender minhas limitações e me apoiarem. Muito obrigada!

*Imagine there's no countries
It isn't hard to do
Nothing to kill or die for
And no religion too
Imagine all the people living life in peace.*

John Lennon

BAUMGRATZ, Deise. **Brasil e Paraguai: Uma relação subimperialista?**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu

RESUMO

A pesquisa investiga o contexto histórico das relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai, com o objetivo de avaliar se a relação pode ser compreendida como subimperialista. Para isso, três capítulos compõem a dissertação, o primeiro versa sobre a Guerra da Tríplice Aliança, o segundo explora a Teoria da Dependência e o subimperialismo, dentro do contexto histórico dos países em questão e no terceiro capítulo abordamos alguns elementos na relação bilateral entre os países, entre eles a construção da Itaipu Binacional, os latifúndios agrícolas, essencialmente brasileiros no Paraguai e as indústrias maquiladoras. Porquanto, utilizamos uma metodologia interdisciplinar, com técnicas de análise bibliográficas e documentais no primeiro e segundo capítulo. Para o terceiro capítulo, empregamos análise crítica de fontes de mídia para retratar os diferentes posicionamentos sobre os assuntos juntamente com análise empírica de dados primários. O debate se inicia com apresentação da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), período crucial na conjuntura regional de poder, uma vez que a guerra foi responsável por dizimar a população paraguaia e devastar aquele país, marcando o início da influência estrangeira no país e ainda está presente na memória e identidade da população. Seguimos então para um momento mais recente, sobretudo após a década de 1950. Focalizando no período de Ditadura do Governador General Stroessner (1954-1989), onde houve uma aproximação na relação exteriores entre os países, com feitos como, a construção da Usina hidrelétrica de Itaipu e uma política ativa do Paraguai de vendas de terras fronteiriças para brasileiros, conhecido como *Marcha hacia el Este*. No Brasil, na mesma época, se observa a formação de monopólios nacionais, políticas voltadas para o desenvolvimento industrial, constata-se uma ascensão econômica na hierarquia do capitalismo dependente e o início de uma política de expansão regional. Essas e outras características fazem parte do que Rui Mauro Marini denomina de subimperialismo. Deste modo exploramos a Teoria subimperialista como desdobramento da Teoria Marxista da Dependência, dialogando com diversos autores estruturalistas para compreender as implicações desta corrente teórica. Como resultado da pesquisa identificamos que o Brasil reúne as características de uma economia subimperialista, dentro da hierarquia do capitalismo dependente com diversos desdobramentos que interferem direta ou indiretamente na organização regional.

PALAVRAS-CHAVE: Subimperialismo, Brasil, Paraguai, Capitalismo dependente.

BAUMGRATZ, Deise. **Brasil y Paraguay: Una relación subimperialista?**. 2019. 118 f. Disertación (Maestría en Sociedad, Cultura y Frontera) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu

RESUMÉN

La investigación analiza el contexto histórico de las relaciones de Brasil y Paraguay, con el fin de evaluar si se puede caracterizar como una relación subimperialista. Así, tres capítulos componen la disertación. El primero se refiere a la Guerra de la Triple Alianza, el segundo explora la Teoría de la dependencia y el subimperialismo, dentro del contexto histórico de los países en cuestión, el tercer capítulo aborda algunos elementos de la relación bilateral entre los países, entre ellos la construcción de Itaipu Binacional, los latifundios, esencialmente brasileños, en Paraguay, y las industrias maquiladoras. Por lo tanto, utilizamos una metodología interdisciplinaria, con técnicas de análisis bibliográficas y documentales en el primer y segundo capítulo. Para el tercer capítulo, hacemos un examen empírico de los datos primarios y análisis crítica de los medios de comunicación para representar las diferentes posiciones sobre el tema. El debate comenzó con la presentación de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870), un período crucial en la coyuntura regional de poder, ya que la guerra fue responsable de diezmar a la población paraguaya y devastar a ese país, marcando el inicio de la influencia extranjera en el país, la guerra sigue presente en la memoria e identidad de la población. En la secuencia, pasamos a un punto más reciente, después de la década de 1950, centrándose en el período de dictadura del Gobernador General Stroessner (1954-1989), donde hubo una aproximación en la relación externa entre los países, con logros como la construcción de la Usina Hidroeléctrica Itaipu y una política paraguaya de venta de tierras fronterizas a los brasileños, conocida como La Marcha hacia el Este. En Brasil, en ese periodo, se observa la formación de monopolios nacionales, políticas dirigidas al desarrollo industrial, un ascenso económico en la jerarquía del capitalismo dependiente y el inicio de una política de expansión regional. Estas y otras características son parte de lo que Rui Mauro Marini denomina como subimperialismo. Por lo tanto, exploramos la teoría subimperialista como un desarrollo de la Teoría Marxista de la Dependencia, dialogando con varios autores del estructuralismo, para comprender las implicaciones de esta corriente teórica. El análisis identifica que Brasil reúne las características de una economía subimperialista dentro de la jerarquía del capitalismo dependiente con diversos desdoblamientos que interfieren directa o indirectamente en la organización regional.

PALABRAS CLAVE: Subimperialismo, Brasil, Paraguay, Capitalismo dependiente.

BAUMGRATZ, Deise. **Brazil and Paraguay: A subimperialism relation?**. 2019. 118 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Frontier) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu

ABSTRACT

The research investigates the historical context of Brazil and Paraguay's relations, in order to evaluate its characterization as sub-imperialist. Thus, three chapters composes the dissertation. The first one refers to the Triple Alliance War, the second explores the Dependency Theory and the sub-imperialism, within the historical context of the countries in question, the third chapter approaches some elements in the bilateral relation between the countries, among them the construction of Itaipu Binacional, the land property in Paraguay, essentially Brazilians, and the maquiladora industries. Therefore, we use an interdisciplinary methodology, with bibliographical and documentary analysis techniques in the first and second chapter. For the third chapter, we use empirical analysis of primary data and critical analysis of media resources to portray the different positions on the subject. The debate begun with the presentation of the Triple Alliance War (1864-1870), a crucial period in the regional power conjuncture, as the war was responsible for decimating the Paraguayan population and devastating that country, the war is still present in the memory and identity of the population, marking the beginning of foreign influence in the country. In the sequence, we proceed to a more recent point, after the 1950s. Focusing on the Dictatorship period of Governor General Stroessner (1954-1989), where there was an approximation in the external relationship between countries, with achievements such as the construction of the Hydroelectric Itaipu and a Paraguayan policy to sale frontier lands to Brazilians, known as the March to the East. In Brazil, at the same time, one observes the formation of national monopolies, policies aimed at industrial development, an economic rise in the hierarchy of dependent capitalism and the beginning of a policy of regional expansion. These and other characteristics are part of what Rui Mauro Marini denominates as sub-imperialism. Hence, we explore the sub-imperialist theory as a development of the Marxist Theory of Dependence, dialoguing with several structuralism authors, to understand the implications of this theoretical current. The analysis identifies that Brazil gathers the characteristics of a sub-imperialist economy within the hierarchy of dependent capitalism with several developments that directly or indirectly interfere in the regional organization.

KEY WORDS: Sub-imperialism, Brazil, Paraguay, Dependent Capitalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Divulgação estatal do programa Marcha para o Oeste	65
Figura 2: Parque Mercosul de indústrias maquiladoras	94
Figura 3: Parque San Juan de indústrias maquiladoras.....	95
Figura 4: Tipos de empregos gerados	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Acontecimentos mundiais do Séc. XVI ao período entre guerras.....	45
Tabela 2: Representatividade em porcentagem do comércio internacional entre Brasil e Paraguai	54
Tabela 3: Pauta de exportação do Paraguai.....	55
Tabela 4: Pauta de exportação do Paraguai para o Brasil	55
Tabela 5: Pauta de importação do Paraguai do Brasil.....	56
Tabela 6: Porcentagem de trabalhadores por categoria e salário mensal	58
Tabela 7: Maquiladoras por localidade	92
Tabela 8: Exportações por regimes aduaneiros no Paraguai	94
Tabela 9: Número de Multinacionais brasileiras por país	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Maquiladoras no Paraguai. Fonte: Da autora, 2018, com dados do CNIME.....	90
Gráfico 2: Exportação acumulada por tipo de produto. Fonte: CNIME, 2018.	93

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CAF – Corporação Andina de Fomento
CIA – Central Intelligence Agency
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPE-EEC – Comissão Econômica para a Europa
CEPA-ECA – Comissão Econômica para a África
CEPAEO-ECAFE- - Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente
CNIME – Conselho Nacional das Indústrias Maquiladoras e Exportadoras
CVJ – Comissão da Verdade e Justiça
DENDE – Fundación Desarrollo en Democracia
DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA – Estados Unidos da América
FDC – Fundação Dom Cabral
FIEP – Federação de Indústrias do Estado do Paraná
FIESP – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Nacional
FONPLATA – Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Plata
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GSP – General System of Preferences
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INDERT – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MIC – Ministério de Indústria e Comércio
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEC – Observatory of Economic Complexity
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PIA – Ponte Internacional da Amizade
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEAM – Secretaria del Ambiente
TIC- Tecnologia de Informação e Comunicação
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UNA - Universidad Nacional de Assunción
UNE - Universidad Nacional del Este
UNCTAD - The United Nations' continuing Conference on Trade and Development
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. UMA MANCHA DO PASSADO	20
1.1 A Guerra da Tríplice Aliança e a preponderância brasileira.....	23
1.2 Os impactos da Guerra.....	29
2 – A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O SUBIMPERIALISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	35
2.1 - As Reconfigurações Mundiais de Poder no Pós-Guerra.....	44
2.2 - As Relações Internacionais e o Subimperialismo Brasileiro	48
3 - AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO PARAGUAI.....	61
3.1 – Latifundiários x Lugo: uma representação da disputa de poder	64
3.1.1 O conflito por terras no Paraguai.....	69
3.2 – Itaipu	80
3.3 - As Maquilas: origem e objetivos	85
3.3.1 Panorama atual do regime.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	104
ANEXO 01 – LEI DE VENDA DE TERRAS PARAGUAI, 1883	112
ANEXO 02 – MEMORANDO Nº001/2018.....	114

INTRODUÇÃO

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai após a ditadura militar do governo de Stroessner no Paraguai, verificando se ela pode ser caracterizada como subimperialista. Para isso dividimos a dissertação em três capítulos: Uma Mancha do Passado; A Teoria da Dependência e Subimperialismo: Uma análise histórica; As Políticas de Desenvolvimento do Paraguai. Para tanto, utilizamos uma metodologia interdisciplinar entre diversas áreas do conhecimento, perpassando as relações internacionais, as ciências sociais, a economia e a administração. Para o capítulo teórico fez-se uso de ampla revisão bibliográfica de fontes secundárias, já para o primeiro e terceiro capítulo utilizamos tanto fontes primárias quanto secundárias.

Consideramos fundamental discorrer sobre a Guerra da Tríplice Aliança, já que este evento se faz presente no cotidiano paraguaio e integra a memória e identidade da população. Logo, no primeiro capítulo realizamos extensa revisão histórica sobre a Guerra, contrapondo a “versão” brasileira da história com a “versão” paraguaia, demonstrando os pontos de convergência e divergência entre ambas. O primeiro capítulo, objetiva, portanto, explicar sobre a Guerra e como ela influenciou na divisão de poder regional, com forte atuação do Brasil e da Argentina. Finalizando, descrevemos quais foram os impactos da Guerra para os envolvidos e mais especificamente para o Paraguai. Na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, nas cidades de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste, é comum ouvir expressões populares sobre como a Guerra foi responsável por destruir o Paraguai, país que naquele momento, supostamente se desenvolvia em ritmo acelerado, rumo a uma superpotência da América Latina, outrossim, alega-se que foi a partir deste momento que a influência brasileira se acentuou no território paraguaio. Deste modo, investigamos o tema através de sociólogos e historiadores paraguaios, para compreender como o conflito influenciou o desenvolvimento econômico, social e cultural do Paraguai.

Nos debruçamos nesta pesquisa para indagar e transpor a visão paraguaia dos fatores históricos. No entanto, o principal empecilho estava em conseguir adentrar nesta perspectiva, uma vez que o local de fala dos pesquisadores é o viés brasileiro. Houve grande dificuldade em encontrar referencial teórico paraguaio, assim, viagens a Assunção e à acervos da Universidad

Nacional de Asunción - UNA e da Universidad Nacional del Este – UNE, foram fundamentais para corroborar com a parte teórica. Outro ponto primordial para a pesquisa foram as diversas conversas com cidadãos paraguaios, nas mais distintas ocasiões buscou-se diálogo com nossos “*hermanos*” e apesar destas conversas não estarem transcritas na dissertação, elas formaram um grande pano de fundo para a pesquisa.

Almejando compreender as relações estabelecidas entre o Brasil e Paraguai, encontramos na Teoria Subimperialista os instrumentos que conferem clareza para a apreciação do objeto. Cabe destacar que esta perspectiva teórica tem como ponto de partida o período colonial, mas surge como escola teórica somente a partir dos anos 1950, momento de mudanças na conjuntura econômica global. Posterior à II Guerra Mundial, surgem novos organismos internacionais, com o suposto intento de promover a paz. Durante a conferência de Bretton Woods, as nações aliadas reuniram-se para discutir questões econômicas mundiais, resultando na criação do Fundo Monetário Nacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) entre outros organismos, o dólar desbancou o ouro nas negociações internacionais e várias medidas econômicas foram traçadas.

Nesse cenário de reconstrução dos países europeus envolvidos nas guerras mundiais, com a expansão industrial para além das fronteiras nacionais, alguns países atraem investimentos internacionais, como foi o caso do Brasil, Argentina e Chile. Esse mercado incipiente na América Latina acende os holofotes dos EUA e, neste contexto, cria-se então a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, a partir da qual iniciam os estudos voltados para a região, como a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

De fato, a preocupação com o desenvolvimento dos países periféricos não é uma medida messiânica dos Estados Unidos e outros Estados centrais para promover o bem-estar da população. Veremos no segundo capítulo a relação destas ações com a expansão capitalista e a necessidade de novos territórios para dar vazão as mercadorias e maquinários obsoletos daqueles países, assim como, buscar formas de baratear a produção, migrando a etapa produtiva das manufaturas para países com menores salários.

Neste contexto, no segundo capítulo realizamos uma revisão bibliográfica de fontes secundárias para examinar e descrever historicamente a Teoria Marxista da Dependência e o Subimperialismo. Para isso, utilizamos essencialmente autores como: Fernando Henrique Cardoso (1979) e Enzo Falleto (1979), Ruy Mauri Marini (1973; 1974; 1977) e Florestan Fernandes (2006; 2009). Objetivamos analisar o percurso da TMD e do Subimperialismo para descrever suas características e limitações. Será possível no segundo capítulo, compreender a evolução histórica das teorias supracitadas juntamente com suas principais características.

O subimperialismo, além de uma categoria analítica, é um fenômeno histórico. Por isso, é crucial ponderar o processo de desenvolvimento do Brasil e do Paraguai, apresentados no decorrer do segundo e terceiro capítulo. Considera-se subimperialismo como um *status* atribuído a uma economia que atinge uma posição intermediária na hierarquia do capitalismo global. Destarte, o subimperialismo só se desenvolve dentro do capitalismo dependente, com fatores determinantes, como a superexploração do trabalho, formação de monopólios financeiros e transferência de valor, cooperação antagônica e hegemonia regional, entre outras categorias a serem exploradas detalhadamente no decorrer do segundo capítulo.

Explorar detalhadamente as organizações de classe no Brasil e no Paraguai não será escopo desta pesquisa, conquanto, é imprescindível considerar o impacto da formação burguesa nacional em todo processo histórico, não como um processo homogêneo e estável, mas inversamente, como frações heterogêneas disputando constantemente espaços de poder entre si e construindo alianças conforme a necessidade e conveniência para expansão do capital. Ademais, o Estado-nação, não se constitui como um ente único centralizador do poder, podemos compreendê-lo como uma representação dos distintos grupos de poder, oscilando e reconfigurando-se conforme os interesses do desenvolvimento capitalista. Esse fator é importante para assimilarmos que em diferentes períodos a atuação de um governo ou outro difere conforme os interesses predominantes naquele período.

Feita essa reflexão e após revisão teórica, partimos para o terceiro capítulo, onde, combinando fontes primárias e secundárias, analisamos três fatores nas relações entre Brasil e Paraguai, primeiro a migração de brasileiros para o Paraguai, iniciada na década de 1960 com o que ficou conhecido como “A marcha para o Oeste”, onde agricultores brasileiros foram para o Paraguai em busca de terras produtivas mais baratas. Exploramos o contexto nacional dos dois países para, por fim, assimilar os impactos destes latifundiários nas questões políticas, econômicas e sociais do Paraguai atualmente, inclusive a vinculação deste grupo com a destituição do presidente Lugo em 2012.

Na sequência, exploramos a construção da usina hidrelétrica de Itaipu na década de 1970, empreendimento responsável por um estreitamento nas relações bilaterais, solucionou conflitos de limites territoriais existentes naquele período entre os países e marcou uma política de expansão brasileira. No entanto, observamos diversos anseios por parte do Paraguai com relação ao acordado entre os generais na época da construção da usina colocando o país em uma posição desfavorável.

Fechando o terceiro capítulo, apresentamos uma exposição empírica a despeito dos projetos de das maquilas, uma política mais recente, encetada em 2000, pela qual o Paraguai

busca atrair indústrias para cumprir a etapa de manufatura no país. Por se tratar de um fenômeno mais recente é complexo simular os desfechos possíveis. Porém, pesquisando modelo semelhante adotado no México há mais de 50 anos, apresentamos o cenário atual no Paraguai em paralelo com as possíveis problemáticas relacionadas ao regime. Para suplementar a pesquisa realizou-se uma entrevista semiestruturada com Romina Acosta Galeano, contadora paraguaia que atua como consultora para abertura de indústrias maquiladoras.

Indicamos tais eventos por se tratar de episódios decisivos e alvos de inconsonância na relação entre o Brasil e o Paraguai, após um recorte temporal que se deu na Ditadura Militar do governador General Stroessner. Identificamos pela análise histórica, que foi a datar deste momento, que a relação entre os países em questão se fortaleceu. Isso está diretamente relacionado com a posição intermediária do Brasil e as políticas de expansão deste em busca de uma hegemonia regional.

Optamos por explorar a forma como a mídia retrata os fatos, para abarcar o papel de frações de classe nos casos supracitados e constar a influência da mídia nas questões políticas e econômicas nacionais e internacionais, através de uma representação continuada, que normalmente expressa os interesses de uma elite, construindo uma imagem não condizente à realidade, mas frequentemente aceita como tal. Nessa discussão, empregaremos as contribuições de Ludovido Silva (1977) para examinar a indústria midiática. Para análise do material da mídia foram traçados três caminhos. Primeiro realizou-se uma pesquisa geral sobre o assunto em ferramenta de pesquisa *on-line*. No segundo momento, delimitamos os jornais mais populares em ambos países, como: *ABC Color* e *Ultima Hora* para o Paraguai e *Exame*, *G1* e *Veja* para o Brasil. No terceiro momento, buscamos fontes externas, como ONGs e outros jornais internacionais. Considerando a parcialidade da mídia para retratar as informações, a composição do terceiro capítulo se faz através de uma comparação entre as distintas fontes e análise crítica dos dados obtidos.

1. UMA MANCHA DO PASSADO

A história da colonização paraguaia não foi muito distinta do restante dos países da América do Sul, inicialmente o território era habitado por índios, Guaycurúes, Chaqueños, Guaranis, dentre outros. Cardozo (2015, p.10) descreve o Chaco como um “labirinto étnico”. Estas tribos, de agricultores representaram grande importância no desenvolvimento da nacionalidade paraguaia, principalmente os Guaranis, com características fortes, marcadas pelo afã à guerra e sua valentia. Tanto assim, que os primeiros colonizadores fracassaram na tentativa de colonizar o território, pois o fizeram por meio da guerra. Se mostrou mais fácil persuadir os guaranis a tentar vencê-los.

Ao sopesarmos a história do Paraguai, nota-se a ausência de acesso ao mar como determinante negativa em vários momentos. Primeiro, durante sua colonização, a ausência de metais preciosos e a localização geográfica isolada em relação ao acesso ao mar, fazem este território pouco atrativo para os interesses da coroa espanhola (CARDOZO, 2015, p.14). Por muito tempo, o acesso ao mar para o Paraguai se restringiu ao porto de Buenos Aires, pela navegação do Rio Paraná ou por vias terrestres. Esta dependência foi usada por Buenos Aires, capital da confederação argentina, para pressionar o Paraguai a fazer parte da confederação. Além de inúmeras vezes impor condições monetárias de tributação, sabendo da necessidade daquele país. Estas condições mantiveram por muito tempo o país em isolamento, podendo ser um dos motivos pela formação identitária forte daquele povo, além de ter permitido o fortalecimento da língua guarani. Leslie Bethell (1991, p. 307) relata que Buenos Aires:

intentó cortar el tránsito del río y estrangular la economía de Paraguay al negarle la libre navegación por el río Paraná, que era su salida natural. Como una humillación más, los caudillos de la parte inferior del río también asaltaban el comercio paraguayo, acosándole, confiscándole y poniéndole contribuciones.

O Guarani é idioma oficial do país hoje¹, sendo um dos poucos países na América Latina que possui uma língua indígena nativa ainda viva, forte e presente em todos os setores do país. Em uma perspectiva hegemônica, declara-se guerra contra essa língua, em razão de não ser uma

¹ O idioma Guarani é alvo de controvérsias internas, durante muito tempo seu uso foi proibido, assim como o ensino do idioma nas escolas. A língua é oficializada no país em 1992.

das línguas científicas do capital e por isso supostamente colocar o país na escuridão das artes e da cultura, do mesmo modo distanciaria o Paraguai das grandes potências, como Europa e EUA. “Seguir hablando un idioma indígena es ridículo y prueba inequívoco de atraso. El idioma culto es el castellano, el guaraní es primitivo” (ACOSTA, 2013, p. 98). Gustavo Alfredo Acosta Toledo é historiador paraguaio, formado pela Universidad Nacional de Assunción e professor da mesma universidade, em seu livro *Posguerra contra la Triple Alianza* (2013) ressalta vários aspectos históricos do país e apresenta como a visão de uma parcela hegemônica se prostrava em relação ao idioma Guarani, com a perspectiva de não ser possível o ensino científico em tal idioma, corroborando com esta visão está o fato de em 1870 ter sido proibido o uso do Guarani em escolas, permitindo apenas o espanhol.

Ainda hoje o idioma guarani se vincula às desigualdades, um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD de 2008 aponta que as desigualdades sociais se relacionam a fatores geográficos ou de gênero, mas à língua materna. A população que fala guarani está nas piores condições de educação, saúde, financeira, segurança social, condições de habitação e condições de emprego (COSTA, José María et al, 2008).

A posição geográfica do Paraguai, sem acesso ao mar para escoamento da sua produção, por si é um fator que o condiciona a uma dependência dos seus vizinhos, a situação é agravada quando seus vizinhos e “irmãos” são consideradas “potências” na América Latina, estando em constante disputas para afirmação de poder no território regional, o Paraguai, frequentemente, resulta em alvo destas disputas. O isolamento geográfico, a luta de acesso ao mar foram os principais motivos para o estopim de um trágico evento na história latino-americana: A Guerra da Tríplice Aliança. Neste capítulo vamos discorrer sobre a Guerra da Tríplice Aliança, episódio que ocorreu entre 1860 e 1870, muito antes da TMD ou do subimperialismo. Esclarecemos que, apesar de mais de cem anos terem passado, esse fato histórico ainda se faz presente na memória, principalmente dos paraguaios.

Durante a pesquisa, chamou atenção o fato de muitos autores, ao abordarem a situação econômica ou social atual do Paraguai, iniciarem discorrendo sobre a guerra, como, por exemplo, Cecilia Vuyk (2013, p.2) cientista política paraguaia, analisando o subimperialismo brasileiro, menciona que a influência brasileira é datada do período colonial, mas que foi após a Grande Guerra, com o Paraguai desestabilizado, que o capital estrangeiro se fortaleceu no território. Todavia, ela descreve que o subimperialismo iniciou efetivamente após as políticas expansionistas e de industrialização posterior aos anos 1960, conforme analisaremos nas políticas bilaterais.

Milda Rivarola (2015, p. 61), socióloga paraguaia, relaciona os impactos da Grande Guerra não apenas às questões economia posteriores, mas também a formação social e de classes, com prejuízo étnico-racial na construção da identidade nacional. Já Tomás Palau e María Victoria Heikel (2016, p.19), no livro “*Los Campesinos- El Estado y las Empresas*”, mencionam que o problema da pobreza campesina não é atual, o vinculam diretamente com o fim da guerra e com a formação do grande latifúndio no país, pela venda das terras estatais à estrangeiros.

Dicho proceso estuvo determinado por la rápida constitución del latifundio ganadero y forestal, una vez terminada la guerra de la Triple Alianza (1864-1870), y por el avance de la economía de mercado. La formación de la gran propiedad se vio facilitada en aquel tiempo por la venta de las tierras públicas (las leyes fueron dictadas en los años 1883 y 1885), lo cual permitió un violento proceso de concentración de la tierra em manos del capital privado extranjero. Para 1914 el Estado paraguayo logro enajenar un total aproximado de 25 millones de hectáreas que pasaron casi en su totalidad a manos de enormes latifundios (así por ejemplo, la Industrial Paraguaya S.A. adquirió un total de 2.647.727 has, 5 % del territorio nacional)². Estas grandes explotaciones agroindustriales, asentadas muchas de ellas en la región del Alto Paraná, pertenecían al capital inglés y argentino principalmente, y brasileño secundariamente. Se dedicaban a la explotación de madera, yerba mate, tanino, y posteriormente, a la ganadería e industrialización de la carne (PALAU e HEIKEL, 2016, p. 19).

De modo semelhante, Oscar Creydt (2015) relata que após a Grande Guerra o Paraguai passou por uma recolonização, se a primeira foi realizada pelos espanhóis, essa foi dada pelos argentinos e brasileiros que formaram grandes latifúndios comprando terras do governo paraguaio. Outra vez, Juan Carlos Herken (2011) paraguaio, escritor, sociólogo e economista, inicia sua análise sobre o crescimento econômico do Paraguai, a partir do advento da Guerra, como peremptório para seu subsequente curso econômico e social.

Estes são alguns autores paraguaios que abordam o assunto, poderíamos elencar outros, que igualmente relacionam a guerra à atual situação do Paraguai no sistema capitalista dependente. Deste modo, compreendemos que para analisar o período atual da relação Brasil e Paraguai é conveniente realizar esta breve ponderação sobre a referida guerra. Assim, nesta seção será possível apreciar o que foi a Guerra da Tríplice Aliança, quais os motivos que abarcaram o conflito, os envolvidos e terminando o capítulo apresentamos os impactos, principalmente para o Paraguai, com reflexos a longo prazo - e alguns dizem até hoje - oriundos dela.

² Veremos adiante que essas terras serão mais tarde alvo de disputas por sua distribuição.

1.1 A Guerra da Tríplice Aliança e a preponderância brasileira.

A Grande Guerra, A Guerra da Tríplice Aliança, Guerra do Paraguai ou ainda Guerra Guasú – em guarani – foi o maior e mais sangrento conflito na América Latina. Trata-se de um acontecimento vivo na memória dos paraguaios, marcando um novo período na história do país. No Brasil, nas escolas ou na memória popular esta guerra é pouco lembrada, no entanto, em conversas com paraguaios o tema aflora intensamente, a história é contada pelas gerações com muita mágoa e ressentimentos, principalmente em relação ao “irmão” brasileiro. Se popularmente costumamos dizer que em toda história há dois lados, nesta há vários e muito divergentes.

Cada parte envolvida no conflito foi motivada por interesses próprios. O Paraguai buscava, ademais de uma alternativa de acesso ao mar pelo porto de Buenos Aires para escoamento das mercadorias, a representatividade na bacia do Prata. Para isso decide apoiar o Uruguai, que por sua vez, buscava estabilidade política. Conforme veremos adiante, para o Paraguai, não entrar em conflito significaria aceitar a supremacia argentina. O Brasil estava motivado pela navegação dos rios compartilhados e pela necessidade de definição de limites com o Paraguai. A Argentina buscava a soberania regional, enquanto que o Uruguai, sob o governo dos brancos, que obtiveram apoio da Argentina e do Brasil para ascender ao poder, foram atraídos pela consolidação da soberania nacional.

Conversando com diversos paraguaios e paraguaias (trabalhadores, empresários de Cidade do Leste, estudantes paraguaios do curso de pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-americana - Unila, professores da Universidad Nacional del Este - UNE, professores da rede pública de escolas de Cidade do Leste e trabalhadores da fronteira) é possível apreender as diferentes perspectivas sobre o tema, sobre como o Paraguai seria a potência da América Latina e do grande desenvolvimento que estava passando antes de ser devastado pela grande guerra, sendo esta responsável por acabar com o futuro do país. Essa narrativa vai ao encontro de muitos discursos paraguaios e da produção científica já citada que certamente refletem alguns impactos do país, como a perda de território – o Paraguai perdeu em torno de 40% de suas terras na guerra – e de pessoas, restando apenas mulheres e crianças, além da destruição da economia nacional. González (2010, p.23) relata que após a guerra o Paraguai *“de haber sido país líder en Sudamérica, con grandes pasos de crecimiento*

económico, pasó a ser un país pobre, humillado, disminuido territorialmente y con una gran deuda pública ante los contrincantes ganadores”.

A narrativa é igualmente contraditória entre autores sobre o papel do Paraguai e da tríplice aliança na Guerra. Gonzalez (2010), Alcalá (2016) e Johansson (2012), por exemplo, descrevem o lado vitimado do Paraguai. Retratando a Guerra como um meio para acabar com o desenvolvimento independente autônomo que passaria o país guarani nos chamados “anos dourados”, sob comando do império britânico. Essa mesma corrente paraguaia atribui ao ditador López características de heroísmo.

La guerra, fruto de una conspiración internacional contra el Paraguay, significó la destrucción de uno de los países más avanzados de América. Los extranjeros vencedores y sus cómplices paraguayos declararon tirano al mariscal Francisco Solano López (ALCALÁ, 2006 n.p).

Um artigo de Bernardo Coronel (2015) mostra um pouco dos anos de alto desenvolvimento do Paraguai no período pré-guerra, onde descreve um grande avanço industrial e do comércio internacional, colocando em declínio o comércio do Brasil e Argentina. Em alguns momentos, como no trecho que veremos a seguir, relata competir no mesmo nível dos Estados Unidos, “*el desarrollo paraguayo era tan incesante, que en mercado del tabaco llegó a competir en calidad con los Estados Unidos en Europa entre 1.855 y 1.857*” (CORONEL, 2015, n.p). Descreve também, que o Paraguai foi responsável por exportar bens industrializados para o Brasil e Argentina:

Argentina y Brasil importaban utensilios, cucharas, botones y alfileres, en la fábrica de hierro de Ybycu`i, que tenía 250 obreros y trabajaba las 24 horas y funcionaba con energía hidráulica, se producía una tonelada de hierro diariamente. En la fábrica se producía desde armas para el ejército hasta implementos agrícolas para los campesinos (CORONEL, 2015, n.p).

Este desenvolvimento estaria atrelado a estratégias liberais do governo, de incentivo à propriedade privada, cobrando impostos de indígenas e desapropriando-os de terras e fazendas para produzir, já que para desenvolver as atividades econômicas era necessária força de trabalho, incitando a formação de uma classe burguesa nacional e de uma força de trabalho assalariada, mas com forte presença do Estado (CORONEL, 2015).

O governo de Carlos López apresenta uma mudança da forma de gestão da economia nacional em relação ao governo de Francia, face a abertura dos portos, do comércio exterior, do incentivo a indústria, do investimento em infraestrutura, educação e comunicação, foi o momento onde se cunhou a moeda nacional, abriram-se diversos cursos universitários, jornais e acordos comerciais com o Brasil e Argentina foram assinados (CARDOZO, 2015; GONZALEZ,2010). A livre navegação permitiu o comércio internacional e alguns registros indicam essa ascensão comercial: “*La balanza comercial presentó saldo superavitario toda la década del 50, de tal forma que comparando cifras de los años 1851 y 1858, se tiene que las exportaciones prácticamente triplicaron mientras que las importaciones se incrementaron 6 veces más*” (GONZALEZ, 2010, p.20). Apesar do Paraguai possuir indicadores de um futuro econômico próspero, não há, todavia, como prever o desfecho desta história sem a referida Guerra.

O evento abançou com o conflito em curso no Uruguai, entre os partidos *Blanco* e *Colorado*. A República Oriental ocupava uma posição importante dentro do eixo do Rio da Prata, sendo que o porto de Montevideo caracterizava uma concorrência ao porto de Buenos Aires. Era uma alternativa de saída ao mar para o Paraguai e para as províncias de Corrientes e Entre Ríos – que neste momento estavam em discordância com Buenos Aires e pensavam inclusive em independência – para contrapor a hegemonia portenha de Mitre. Por estes motivos e buscando uma hegemonia na região, a Argentina buscava agregar o território paraguaio à República Oriental.

O presidente uruguaio Bernardo Berros do partido Blanco, iniciou tratativas para tentar travar a expansão do Império brasileiro. Para tal, instituiu impostos para o trânsito de gado para o Rio Grande do Sul e recusou a renovar o Tratado de Comércio e Navegação com o Império expirado em 1861, despertando a inimizade do governo brasileiro. As ações de Berro indispueram os governos argentino e brasileiro, fazendo com que estes iniciassem tratativas para sua ruína (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.75).

Munido de apoio do Brasil e da Argentina, o caudilho³ colorado Venâncio Flores – naquele momento refugiado em Buenos Aires – invadiu o Uruguai em 1863 encetando uma Guerra Civil. O governo de Berro buscou alianças com o Paraguai e com as províncias de Corrientes e de Entre Ríos para equilibrar o poder no eixo da Prata. López abandonou a velha política de neutralidade, sobretudo tentando demarcar sua independência e poder político,

³ O líder da Guerra.

questionando a Argentina sobre os boatos de que ela estaria auxiliando com armamentos e militares à Flores. Mitre não deu qualquer contestação às indagações de López.

O Paraguai buscava demonstrar seu poder de atuação no eixo do rio da Prata, reforçando sua independência e seu poder político na região. Mesmo não atuando diretamente, López queria estar ao menos ciente das ações em prática naquele território, *“lo que importaba era el reconocimiento de su derecho a actuar, si no por encima, por lo menos al par que las otras naciones del Río de la Plata”* (CARDOZO, 2015, p. 93). Um embate ideológico entre o absolutismo paraguaio e o liberalismo de Buenos Aires, *“Por lo tanto, dos modelos rivales competían por la supremacía en el Río de la Plata, en un conflicto de alternativas mortal: el constitucionalismo contra el absolutismo, el liberalismo contra la tradición, Mitre contra López”* (BETHELL et al., 1991, p.310).

Ao defender os interesses comerciais dos agropecuaristas do Rio Grande do Sul, o governo brasileiro era influenciado diretamente pelas decisões políticas de Berro e, a fim de demarcar sua preponderância no Rio da Prata, se aliou com a Argentina para derrocada dos Blancos do poder.

Neste período, Francisco Solano López atuava de forma autônoma e ditatorial. *“A nadie le estaba permitida la menor crítica, ni siquiera formular sugerencias. López centralizó en si todas las responsabilidades”* (CARDOZO, 2015, p. 93). Atuou com inspiração em Napoleão III, com aspirações para fazer de Assunção a capital de um Império sul-americano. Expandiu o exército de 1.500 homens para 28.000. Continuando uma política de intervenção e controle estatal (BETHELL et al., 1991, p. 310).

O lado escolhido pelo Paraguai na guerra do Uruguai lhe custou caro. O remate da Guerra Civil no Uruguai foi a vitória de Flores e a formação da Tríplice Aliança: Argentina, Brasil e Uruguai. Porém, compreende-se a ação do Paraguai de decretar guerra. A Argentina e o Brasil haviam ignorado completamente os pleitos de López, ademais do total estancamento nas negociações relacionadas ao acesso ao rio da Prata. As opções seriam atacar em desvantagem ou enfraquecer seu papel nas relações internacionais deixando os dois países livres para atuar e tomar decisões na região. Levando em consideração ademais, o fato de que López desconhecia o Tratado da Tríplice Aliança. Estando em um beco sem saída, o ditador tomou a decisão arriscada de atacar.

Durante a ditadura de Francia e López, o estado paraguaio havia formado uma massa treinada e apta à guerra. No entanto, os equipamentos, armamentos e navios eram velhos e sucateados. Mesmo assim, o Paraguai decretou guerra com a Argentina em 5 de março de 1865,

já estando desde 1864 em estado de guerra com o Brasil, tendo invadido o Mato Grosso. López, apesar de toda debilidade material decidiu ocupar o território de *Corrientes*.

Foi após a tomada de *Corrientes* que Brasil, Argentina e Uruguai firmaram o pacto da Tríplice Aliança em 1 de maio de 1865, porém permaneceu secreto até 1866 quando o governo inglês o tornou público. A aliança se formou na justificativa da concretização da paz regional. Na prática, significava “uma alteração no quadro de relações internacionais do subsistema platino, pelo qual Argentina e Brasil, em vez de serem rivais, passaram a exercer uma hegemonia conjunta (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.82). Novamente a aliança evidencia o papel das nações vizinhas para o desenvolvimento do Paraguai, ambas exercendo um papel preponderante na região controlando o avanço daqueles, sendo que normalmente representam uma certa apatia, mas fazem alianças quando necessário para garantir seu *status quo*. Além disso, se apresenta uma forte gana em destruir completamente ao ditador López independente de qualquer negociação.

El objetivo manifiesto de la triple alianza era simplemente la obtención de la libre navegación por los ríos y aplastar al tirano López; se presentó la guerra como una cruzada que defendía la civilización y la libertad. Pero esto era simple propaganda. El tratado de alianza contenía cláusulas secretas que establecían que Brasil se anexionaría el territorio disputado del norte de Paraguay mientras que Argentina se quedaría con las regiones del este y del oeste de Paraguay; también se acordó que la guerra no cesaría hasta la destrucción total del gobierno paraguayo. Los aliados decidieron básicamente acabar con los focos de atracción que un Paraguay fuerte podía ejercer sobre las regiones periféricas (BETHELL et al., 1991, p.312).

Outro fator que merece atenção é a mediação ocorrida. Atente-se ao fato que neste período o Brasil é império português e, portanto, tinha fortes laços com a Europa. Mesmo assim, verifica-se a atuação dos EUA que se ofereceu para mediar o conflito, da mesma maneira o fez a Inglaterra, ambas sem sucesso (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 84). A causa do declínio das mediações e do acordo de paz proposto por López em 1866 foi principalmente em razão dos interesses do Brasil. Este somente estava disposto a qualquer acordo mediante a rendição e renúncia de López, “as gestões nesse sentido se chocaram com a negativa dos aliados, particularmente do Brasil, que preferia aniquilar López pela força das armas a negociar com ele (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 85).

A Bolívia mostrou-se solidária ao Paraguai, oferecendo homens para apoiar as tropas. Vários movimentos no interior da Argentina eram favoráveis ao Paraguai e ao fim da guerra,

assim como o Uruguai expressou que a Guerra havia se tornado um ato de vingança e ódio, sendo uma atrocidade, um crime contra o Paraguai (CARDOZO, 2015, p.105). “No caso da Grã-Bretanha, a neutralidade nem sempre foi observada por seus agentes diplomáticos no Prata, que em geral simpatizavam com os aliados, por considerar que representavam o progresso e a civilização contra o retrocesso e a barbárie” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 84).

Apesar de várias nações se declararem partidárias ao Paraguai, nenhuma de fato iniciou ações para cessar o conflito. Isso porque envolvia se contrapor aos interesses de grandes potências da região. As ações anteriores de isolamento do Paraguai também podem ter impactado na ausência de aliados na guerra, assim, o país desfaleceu, gerando desastrosos resultados ainda hoje presentes.

Na América, os países do Pacífico, aliados então contra Espanha (Bolívia, Chile, Equador e Peru), ofereceram em meados de 1866, por intermédio dos representantes chileno e peruano em Buenos Aires, uma mediação tendente a pôr fim à guerra entre os países do Prata. O ministro de Relações Exteriores da Argentina adiantou ao ministro do Chile que a oferta seria rechaçada, porque a guerra era para os governos argentino e brasileiro uma questão de amor próprio, desde que viram rechaçado e debilitado seu colossal poder pelo esforço dos paraguaios; e por não poderem renunciar a suas esperanças, sem ter de reconhecer a superioridade de um inimigo, que imaginaram vencer em três meses (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 85).

De acordo com Efraim Cardozo (2015), houve divergências entre a Tríplice Aliança com relação a orientação e continuidade da guerra, vários movimentos na Argentina pediam pela paz e acordo para o fim da Guerra, assim também se manifestou o Uruguai. No entanto, o autor relata que o Império brasileiro era contrário e buscava a total destruição do país, saqueando e destruindo tudo por onde passavam até mesmo igrejas, hospitais e templos foram alvos do comando brasileiro. O próprio Caxias, comandante de guerra brasileiro, era contrário à decisão do Império em se manter na guerra. Contando com a mediação da Inglaterra, algumas tentativas de acordo foram realizadas, mas todas sem sucesso, pois previam o afastamento total de López em uma declaração de derrota.

López permaneceu firme na contensão do exército inimigo, com o discurso de defesa do país. Colocou crianças, idosos, feridos e mulheres na linha de frente do combate em Cerro Corá, onde foi executado em 1º de maio de 1870. Estima-se que haviam aproximadamente 500 homens. A figura de Solano López é contraditória, indicado como tirano e acusado de ter massacrado o país desnecessariamente, mas também conhecido por defender bravamente à

independência nacional. Independente da interpretação em relação a atuação de López, o exército paraguaio, mesmo com armamentos velhos e em desvantagem, representaram forte resistência até o último momento e reforçando outra vez o espírito guerreiro e nacionalista do povo paraguaio.

Francisco Solano López es considerado oficialmente el "Héroe Nacional sin Ejemplar", título otorgado durante el Gobierno del general Rafael Franco, en 1936, cuando también decretó el 1 de marzo como el Día de los Héroes, en conmemoración a su trágica muerte en combate, el 1 de marzo de 1870, en el campo de batalla de Cerro Corá, que puso fin a la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) contra Brasil, Argentina y Uruguay (Gutiérrez, 2016, n.p).

A Guerra da Tríplice Aliança é um ponto determinante na história paraguaia, existindo duas vertentes principais de análise do seu impacto. Alguns autores descrevem um Paraguai extremamente próspero e no auge do desenvolvimento no período pré-guerra e que isso teria despertado a ação das nações imperialistas de decretar a Guerra. Outros autores dizem que o Paraguai iniciou a guerra e apesar de ter indícios de desenvolvimento não caracterizava a potência aludida. É pretencioso chegar a alguma conclusão, mas podemos inferir que o fato de lutar sozinho contra três nações, sendo duas as potências da região, demonstra a força do país. Sem embargo, a Guerra influenciou negativamente no desenvolvimento paraguaio, deixando uma perda territorial, graves ataques a infraestrutura do país, uma perda demográfica muito grande e uma dívida que o deixou em situação de dependência.

1.2 Os impactos da Guerra

A Guerra que durou de 1864 a 1870 culminou em uma enorme dívida para o Paraguai, porquanto o Tratado da Tríplice Aliança previa que o Paraguai pagasse todas as despesas e prejuízos oriundos da Guerra, ademais de perda de partes do seu território. “*Se la obligó a entregar el territorio del noreste del río Paraguay a Brasil y por otro lado a dar a Argentina el territorio de Misiones entre los ríos Paraná y Uruguay y también tierra más al oeste*” (BETHELL et al., 1991, p.312). A comissão do Ministério da Fazenda elaborou um relatório

da dívida que deveria ser paga ao Brasil pelo Paraguai e indicou a quantia de 460.718 contos de réis (DORATIOTO, 2002, p.461), o autor nesse relato realça que esse valor é abaixo do gasto real, sendo uma ação diplomática brasileira para não sobrecarregar o país vizinho.

O país estava destruído, em ruínas, e perdeu grande parte da população, principalmente masculina, nos campos de batalha. Isso fez com que os anos seguintes fossem destinados a reconstrução do país, com uma política voltada a arrecadação financeira para alavancar os cofres públicos, envolvendo para isso privatização de terras públicas, incentivos à produção agrícola e a povoamento do território, com a tentativa – fracassada – de atrair estrangeiros e empréstimos com os países centrais.

Os dados em relação a população antes e depois da Guerra não são precisos. Efraím Cardozo (2015, p.111) relata que de 1.300.000 habitantes, apenas 300.000 sobreviveram, grande parte crianças, mulheres e idosos. Leslie Bethell (1991, p. 312) aponta que o Paraguai perdeu metade da população, “*descendió de las 406.646 personas que había en 1864 a las 231.000 de 1872. La mayoría de los supervivientes fueron mujeres, niños y ancianos*”. Francisco Doratioto, (2002, p. 231) relata a dificuldade em se obter exatidão nos dados em relação ao número de mortos na guerra. De acordo com análise dos censos as perdas paraguaias na guerra alcançaram aproximadamente 69% da população e a mortalidade masculina teria atingido cerca de 99%. O autor observa que o Brasil teria deslocado um número representando 1,5% da população. Os dados são divergentes em relação à população paraguaia antes e depois do conflito, mas, em todos os casos, os índices são expressivos.

Para o Brasil, os danos advindos da guerra foram menores⁴, mas, como qualquer guerra, teve efeitos traumáticos. Ao mesmo tempo, como bem trazido por Francisco Doratioto em sua obra “A Maldita Guerra” (2002, p.239), ela reforçou o nacionalismo brasileiro. O inimigo comum na imagem de Francisco Solano López uniu e fortaleceu a identidade brasileira. A imagem do imperador D. Pedro II se fortalece, e o hino nacional e a bandeira passaram a fazer parte do cotidiano da população, até o Rio Grande do Sul, característico por sua insolência, se incorporou as lutas no esforço nacional. A construção de uma identidade nacional não foi natural, podemos nos referir a isso como a invenção de uma nacionalidade⁵.

⁴ O fato do Oeste do Paraná ser uma região praticamente desocupada até a década de 1950 também contribui com isso.

⁵ Houve um processo semelhante em vários países da América Latina, onde conformaram-se as identidades nacionais, os símbolos como bandeira, hinos e heróis de guerra foram importantes na construção desta identidade, assim como o processo da indústria gráfica. Para mais informações sobre o assunto consultar Benedict Anderson (2008) e José Murilo de Carvalho (1990).

A guerra favoreceu financeiramente ao Rio Grande do Sul, pois era fornecedor de suprimentos para os exércitos. Igualmente beneficiou o comércio de couro e pecuária argentina, impulsionou a produção de trigo e milho nas colônias de Santa Fé e Entre Rios. Em Buenos Aires os comerciantes enriqueceram com o ouro advindo de pagamento pelo exército imperial (DORATIOTO, 2002, p.247).

Não obstante, a dívida de guerra do Paraguai foi perdoada pelo Uruguai em 1883, já o Brasil não cobrou, mas manteve a dívida sobre pretexto de manutenção da independência paraguaia, como informado pelo Barão do Rio Branco, já que se a Argentina tentasse anexar o Paraguai teria que assumir a dívida. Apenas em 1943 sobre o governo de Getúlio Vargas o Brasil perdoou a dívida, após a Argentina tê-la feito em 1942 (DORATIOTO, 2002, p.464; SCAVONNE, BREZZO, 2013, p.100).

Apesar das perdas sofridas, a guerra ratificou a independência nacional do Paraguai. A despeito, se exaltam a influência e domínio brasileiro após este episódio. Segundo Doratioto (2002, p. 248), “entre 1869 e 1876, o Paraguai foi praticamente protetorado do império”, esta afirmação relaciona-se aos interesses do Brasil no Paraguai no período, que atuava de forma direta para garantir que não prevalecesse os interesses e influência argentina. O autor descreve que com o fim da guerra rapidamente o Tratado da Tríplice Aliança perde a validade. O Brasil tinha projetos de anexação do Paraguai e para isso interfere nas negociações, evitando que a região do Chaco seja entregue totalmente a Argentina. Por outro lado, a Argentina tem pretensões de incorporar o território paraguaio e por isso tenta evitar a expansão do domínio imperial. Nota-se um extremo jogo de forças entre as duas potências. O Paraguai se torna um fantoche nos domínios argentino e brasileiro.

Zulma González (2010, p.24) afirma que o “*Brazil y Argentina trataron de mantener el control económico del país. Los datos reflejan que la nación brasileña tenía gran interés en un control mayoritario*”. Efraim Cardozo (2015, p. 113) relata que o primeiro presidente paraguaio pós-guerra, Facundo Machaín foi destituído do poder por não contar com a simpatia brasileira. Assim, no ano de 1870, Cirilo Antonio Rivarola assume a presidência da República, tornando-se o primeiro golpe pós-guerra e anunciando a instabilidade política vivenciada no país até hoje

Apesar de em 1887 terem sido criados dois partidos políticos, o Colorado e o Liberal, no período de 1904 a 1936 o Paraguai trocou de presidente 25 vezes, todos do partido Liberal (GONZÁLEZ, 2010, p. 31). No trecho a seguir podemos ver as sucessivas disputas e golpes pelo poder.

La vida política fue una sucesión de golpes de Estado y de revoluciones. Rivarola suportó dos movimientos armados y no pudo terminar su periodo. Su sucesor, Salvador Jovellanos (1871-1874), afrontó tres revoluciones. Electo Juan Bautista Gill para el segundo periodo constitucional, debió apelar al terror para sostenerse y murió asesinado en 1877. Higinio Uriarte concluyó el periodo, y bajo su gobierno hubo una matanza en la Cárcel Pública... Le sucedió Cándido Bareiro (1878-1880), en cuyo tiempo fue asesinado el ex presidente Rivarola...y el general Bernardino Caballero dio un golpe contra el vicepresidente Adolfo Saguier (CARDOZO, 2015, p. 113).

A primeira Constituição paraguaia foi estabelecida por Francia em 1813, no entanto, não foi reconhecida pelos países da região. O novo documento foi elaborado por Juan José Decoud e promulgado em 1870, tendo influência dos modelos norte-americanos, francês e argentino (GONZÁLEZ, 2010, p.24; CARDOZO, 2015, p.113). “*La influencia del constitucionalismo norteamericano, francés y argentino es más que evidente, por ella se incorporaron al Paraguay la democracia representativa y el sistema republicano de la división sobre la base del equilibrio de los poderes del Estado*” (ACOSTA, 2013, p. 60).

Os princípios da nova constituição que regerá as políticas de Estado são liberais, se tratando de uma tendência global, priorizando os direitos individuais e não a intervenção estatal. O Estado paraguaio era proprietário de muitas terras, herança dos jesuítas e da propriedade de López, mas no período de crise financeira pós-guerra precisou vender estas terras para granjear capital. A influência do Brasil e da Argentina no Paraguai se fortaleceu neste período, pois muitos destes territórios foram comprados por estrangeiros destes países. Em função disto, é ávida a reivindicação da população interna pela redistribuição de terras. Muitas cidades são verdadeiras colônias brasileiras, constituídas por brasileiros e descendentes que exploram a terra através da agricultura, influenciam a política do país e retornam com o investimento para o país de origem. Se por um lado, a Guerra não se caracteriza como única determinante para a posição de inferioridade do Paraguai, ela foi peremptória para a influência brasileira no território paraguaio.

A vitória na guerra representou a força e poder brasileiro, militar, econômico e político. Garantiu a navegação dos rios paraguaios pelo Brasil, manteve uma dívida atribuindo um caráter dependente ao Paraguai, além de comprar grandes extensões de terras quando o Estado paraguaio as vendeu para arrecadar recursos. É com certeza um momento decisório na história entre os dois países.

As próximas décadas do Paraguai são conturbadas, tanto política quanto economicamente. Houve privatização de patrimônio público, que foi repassado em grande parte

para mãos de estrangeiros – brasileiros e argentinos –, contração de empréstimos, principalmente com bancos ingleses e ausência de sequência em planos de governo em razão dos constantes golpes eleitorais (GONZALÉZ, 2010; ACOSTA 2013). Os próximos governos buscaram fomentar políticas voltadas para a atração do estrangeiro e de investimentos na agricultura para gerar empregos, acreditando que o processo de industrialização seria natural, o que, conforme veremos no segundo capítulo não ocorreu, além de aumentar a presença brasileira no país.

A estratégia de venda de terras públicas para estrangeiros é evidente no governo de Bernardino Caballero, entre 1883 e 1885, por exemplo, na Lei *2 de octubre de 1883* que regulamenta a venda de terras públicas (ANEXO I). A lei está pautada em valores mínimos para venda de terras, “*Autorízase al P.E. para vender tierras públicas por valor de ciento cincuenta mil pesos fuertes en bonos de Tesorería o moneda metálica de curso legal*” (PARAGUAI, 1883), sem no entanto estipular limitações e não sendo permitido a venda de pequenas proporções, com exceção às terras isoladas “*Los campos de pastoreo solo podrán ser vendidos en fracciones menores de una legua cuadrada, cuando se encuentren áreas aisladas que no alcancen a esta última dimensión*” (PARAGUAI, 1883). Recordando que após a Guerra, a população está devastada e classe detentora de capital no Paraguai fragilizada, sendo que os que se possuem dinheiro para compra destas terras, nestas condições, são estrangeiros.

Nesse processo, muitos campesinos foram despojados de suas terras, isso porque, durante o período de Francia e Lopez, as terras do Estado podiam ser cultivadas sem título de posse. Com a Lei de 1883, além de estabelecer valores mínimos, excluindo os pequenos produtores de comprá-las, além disso, se estipulava o prazo de apenas seis meses para que o atual ocupante, ou comprasse as terras, ou liberasse-as para qualquer comprador. Carlos Gómez Florestín (2010 n.p.) analisou o contexto de vendas de terras e descreve que o que iniciou em 1883 foi posteriormente acentuado, primeiro com a lei de 28 de maio de 1885, a qual autorizava a venda de alguns “*yerbales*”⁶ do Estado e mais tarde com a lei de 16 de julho de 1885, quando Estado inteiro foi posto à venda. Outro pesquisador descreve os incentivos diretos dessa lei para atração de estrangeiros:

A cada clase de tierras, se les asignaba un precio, y un plazo de tres años, más un recargo del seis por ciento de interés anual, por dicha venta. Esta Ley establece, explícitamente, una «rebaja del 50 % al precio estipulado por el artículo 4º, si en ellos establecen, durante el tiempo que se le concede para el pago, veinte y cinco familias europeas, compuesta de tres personas cada una de ellas.» Se inicia con esta última Ley, una propuesta de colonizar amplias

⁶ Se refere a produção de erva-mate, principal categoria de produção agrícola da região naquele momento.

extensiones del Chaco, con poblaciones extranjeras de forma a poblar una parte del territorio nacional hasta la fecha sin ocupación (SASIAIN; POZZO, 2008, n.p).

A instabilidade política, orgânica aos Estados incipientes, é acentuada no período pós-guerra no Paraguai, em 4 décadas ocorreram mais de 20 golpes de Estado, sem contabilizar os presidentes assassinados ou que renunciaram ao cargo. Entre 1870 a 2017, 54 homens ocuparam a posição de presidente da República, passando por longos períodos de ditadura militar. Veremos no próximo capítulo algumas políticas específicas e marcantes na trajetória e desenvolvimento do Paraguai, mas sempre dentro de um contexto de corrupção e instabilidade política, o que tornava este Estado pouco atrativo para investimento capitalista externo, uma vez que o capital requer um cenário estável e previsível a fim de se obter lucratividade.

A Guerra representa um momento de enfraquecimento do Paraguai, os anos subsequentes foram destinados a reconstrução do país. Apesar de haver muitas controvérsias sobre o nível de desenvolvimento dele antes da guerra, é fato que após ela não havia capital econômico e humano para competir em caráter igualitário com os países vizinhos. Além disso, a simbologia de perder uma guerra é muito forte e a dívida com os países da tríplice aliança foi uma forma de manter uma relação de dominação. Do mesmo modo, a alternativa para o Paraguai se reconstruir no pós-guerra foi através de empréstimos, principalmente com a Inglaterra, mas também com a venda de terras públicas para capital estrangeiro. Ou seja, a guerra é determinante na história do Paraguai, não apenas por ter enfraquecido o país financeiramente, territorialmente e demograficamente, intensificando o poder representativo da Argentina e do Brasil nas decisões políticas internas.

Neste contexto, caracterizamos a Guerra da Tríplice Aliança como evento fundamental, mesmo ocorrendo muito antes de o Brasil ser caracterizado como um Estado subimperialista, para a relação de poder de preponderância brasileira, veremos que tal relação permanece em caráter desigual e se acentua em determinadas políticas de relações entre os países, a citar alguns exemplos os quais aprofundaremos no terceiro capítulo: a presença massiva de brasileiros no país, oriundos de uma política paraguaia de incentivo a esta migração; as indústrias maquiladoras; a usina hidrelétrica de Itaipu. Tais fatores muitas vezes aparecem como sendo benéficos para o desenvolvimento do Paraguai, no entanto, ao observá-los atentamente verificamos indícios contrários a esta afirmação.

2 – A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O SUBIMPERIALISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Neste capítulo apresentamos as características do subimperialismo como desdobramento da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Apesar de constituir-se como teoria a partir da década de 1970, a TMD abarca fenômenos relacionados a colonização do território latino-americano que serão expostas no início do capítulo. Para contextualizar como essa relação acontece nas relações estabelecidas entre Brasil e Paraguai, serão revelados dados que retratam uma relação de dependência, mais evidente nas questões econômicas, mas também presente em outras dimensões da vida social. No final deste capítulo será possível identificar as categorias presentes no subimperialismo.

A história de colonização da América Latina é conturbada, violenta e desigual. Deixou marcas profunda, de tal forma que é possível observá-las nas sociedades ainda nos dias atuais. É relevante compreender que a atual posição de subdesenvolvimento dos países da América Latina é fruto de um processo histórico e, portanto, reflexo das vivências e exploração destes territórios. Destarte, observa-se que alguns países colonizados possuem uma preponderância no cenário internacional, como é o caso do Brasil, que apesar de ter uma ascendência no escopo da América Latina é dependente das relações com os países centrais.

A atual posição da América Latina no mercado internacional não está deslocada do seu processo histórico, aliás está diretamente relacionada com sua colonização e exploração. Foi justamente este território que permitiu a expansão do capitalismo europeu. O espaço latino-americano era habitado por diversas tribos indígenas, cada qual com suas línguas e culturas, viviam em comunidades, essencialmente pelo cultivo agrícola de subsistência (BETHEL, 1991; CARDOZO, 2015; ZANATTA, 2017). A Europa, com um Estado incipiente buscava por meio das grandes navegações novos comércios para seus produtos, foi quando no século XVI se “descobriu” o “mundo novo”. Um vasto território rico em minerais e natureza para ser explorado.

Visando a exploração das riquezas naturais e minerais para o enriquecimento europeu e consolidação do capitalismo, despontou o processo de domesticação e doutrinação das distintas tribos indígenas que habitavam este espaço, gerando ao mesmo tempo uma nova massa de força de trabalho (CARDOZO, 2015). As missões jesuíticas foram fundamentais neste processo, através da religião e disciplina ensinaram a língua e a cultura europeia para os nativos. As reduções jesuíticas, com estruturas físicas relativamente preservadas até os dias atuais,

principalmente no Brasil, Argentina e Paraguai, permitem uma noção de como ocorreu essa domesticação.

Por meio do trabalho voluntário, ou escravo⁷, inicialmente dos indígenas e mais tarde dos negros, as riquezas naturais foram extraídas pela Europa permitindo a eles o aprimoramento de suas forças produtivas e o surgimento da grande indústria moderna. No século XIX, quando a Europa atingiu um nível elevado de produção e carecia de novos mercados consumidores, bem como mercados para fornecimento de matéria-prima, encetou-se o processo de independência dos países latino-americanos. O período de colonização representou apenas a exploração do território, sem qualquer investimento social ou em infraestrutura. A inserção destes novos países na economia mundial se deu através da produção agrícola, fornecendo bens primários, no entanto, essas novas economias precisavam infraestrutura interna, e para isso requeriam maquinários e equipamentos de alto valor. A conta é simples, emanando em um saldo negativo para a América Latina e resultando na importação de dívidas e dependência destes.

A revolução industrial, que dará início a ela⁸, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas (MARINI, 1973, n.p).

Os países que tinham o mínimo de infraestrutura desenvolvida durante o período colonial e que demonstraram condições de criar políticas relativamente estáveis tiveram maior facilidade para integrar a economia global. Inicialmente Chile, Brasil e depois a Argentina, iniciaram o período de troca mercantil com a Europa, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas. Paralelamente, aumentaram as importações de bens de consumo não duráveis iniciando investimentos em infraestrutura para transporte, com obras portuárias e ferrovias (MARINI, 1974, n.p).

⁷ Durante o período das missões, por meio da evangelização os padres europeus convenciam os índios a trabalharem, naquele momento por livre vontade. No entanto, o chamado trabalho voluntário se remete à categoria de trabalho escravo.

⁸ Referindo-se a grande indústria.

Nesse sentido, Cardoso e Faletto (1979, p. 40) relatam que as economias nacionais que se desenvolveram com maior sucesso foram aquelas de base agrícola da economia central. Isso faz sentido pensando que para a nação metropolitana crescer industrialmente ela requer disponibilidade de força de trabalho para a atividade manufatureira e precisa de alimentos, que neste caso, advém das antigas colônias. Os autores destacam (1979, p.43) que o maior ou menor êxito das economias nacionais dependia, na questão econômica de: “a) disponibilidade de um produto primário capaz de assegurar, transformar e desenvolver o setor exportador herdado da colônia; b) abundante oferta de mão-de-obra; e c) disponibilidade de terras apropriáveis”.

Há que se considerar a diferença entre o Brasil e o Paraguai neste ponto. Se o primeiro possuía uma quantidade razoável de força de trabalho e uma abundância de terras cultiváveis, ainda contava com alto poder por ser império e manter um contato mais estreito com o centro, o Paraguai por sua vez, como exposto na seção anterior vinha se recompondo de uma guerra devastadora e não dispunha da mesma quantidade de pessoas e recursos para investir na produção.

No período colonial em razão da ausência de metais preciosos, o Paraguai ficou por muitas décadas a mercê da coroa, sem contato com Espanha ou com Peru, que naquele momento de colonização constituía o vice-reinado na América do Sul (CARDOZO, 2015). Especificamente sobre a região do Chaco, Bethel (1990, p.93) relata que “*la región resultaba desfavorable para el cultivo y la colonización europea*”, em virtude principalmente de seu clima. O objetivo maior dos conquistadores espanhóis eram as minas de ouro e metais preciosos, sendo de grande decepção o fato do território paraguaio não dispor destas riquezas. Muitas vezes houveram tentativas para abandonar a terra, no entanto este pequeno canto do continente, distante do mar e do poder da coroa, atraía os conquistadores pela liberdade que ali gozavam, além da vida fácil proporcionada pela aliança com os guaranis e o exercício político e a constante luta por poder (CARDOZO, 2015, p.14).

Neste contexto, pode se inferir que o Paraguai não teve a mesma aproximação das metrópoles durante o período colonial, alinhado a grande instabilidade política e comercial em razão do isolamento no período de ditadura de Francia, que, inclusive, rechaçava inversões de capital estrangeiro, portanto o Paraguai teve condições distintas às figuradas no Brasil.

Quanto a esse período, Florestan Fernandes (2006, p.53) relata que o liberalismo existente utilizou a máscara da fraternidade e igualdade para a defesa do interesse do *status quo* na estrutura social, mantendo a dependência colonial, mesmo após seu término. Assim, nas palavras do autor o liberalismo:

se propõe (...) como se estivesse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretiva (...) da especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das nações. No fundo, porém, apenas encobria, através de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas, fundamentalmente, com a extinção do estatuto colonial (FERNANDES, 2006, p.53).

Com o fim do pacto colonial ocorre o início de um novo modo de organização econômica e social da América Latina. Alguns grupos internos de poder – aqueles que controlavam o setor produtivo – precisavam organizar as relações político-econômicas de duas maneiras: reorientando as relações externas para os centros hegemônicos e construindo alianças internas com oligarquias que não estavam diretamente ligados ao sistema de mercado “para fora” (CARDOSO; FALETTI, 1979, p.41).

Nesse período vale ressaltar que o Brasil vivenciava o processo de formação de sua burguesia nacional. Florestan Fernandes em seu livro “A Revolução Burguesa no Brasil” (2006, p.65), descreve que a burguesia em formação estava mais preocupada com a defesa da propriedade e da escravidão e da apropriação dos meios de organização do poder, do que com questões necessárias à integração de uma sociedade nacional. Contribui com esta perspectiva Cardoso e Falleto (1979, p.59), “note-se, ainda, que esses grupos sociais não são simplesmente o resultado mecânico de uma “estrutura econômica”, mas que também eles tentarão desenvolvê-la ou modificá-la como meio de impor ou manter sua forma peculiar de dominação”.

No mesmo sentido, Fernandes (2009, p.28) complementa que “como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientação de valor extremamente egoístas e particularistas”. Com efeito, o autor continua discorrendo sobre a expansão econômica, “um processo impulsionado pelos interesses dos mais poderosos e, portanto, controlada a partir de fora”. Esse fator não é exclusivo daquele momento histórico, ainda hoje percebe-se a influência dos interesses externos e de grupos de poder nas decisões e direcionamento de políticas na América Latina como um todo, esta influência será mais perceptível quando analisarmos o caso agrícola do Paraguai no terceiro capítulo.

Se por um lado a dependência e a colonização não são processos homogêneos, elas estão profundamente relacionadas. “A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes” (MARINI, 1973, n.p). É difícil imaginar como seria a América Latina distante da colonização europeia ou do capitalismo como modelo. “Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a

economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências, e outras como deformações” (MARINI, 1973, n.p).

Apesar de todo esse contexto histórico da região, a América Latina foi por muito tempo metodologicamente pensada como uma etapa atrasada da estrutura do desenvolvimento das economias centrais, o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos neste sentido, consistia em aplicar as etapas já experimentadas pelos países desenvolvidos (CARDOSO; FALETTO 1979, p.19). Sobre o assunto, Florestan Fernandes (2009) adverte que o capitalismo latino-americano nunca seguiu os mesmos padrões de desenvolvimento das economias centrais.

Elucubrar a América Latina como estágio do desenvolvimento europeu desconsidera a grande desvantagem comparativa que a América Latina sofre no interior da divisão internacional do trabalho, “aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (MARINI, 1973, n.p). Portanto, quando discorreremos sobre o estágio de desenvolvimento das economias periféricas, não nos referimos à noção de etapas a cumprir, mas da posição ocupada dentro do cenário global. Os primeiros estudos que consideravam as especificidades da América-Latina surgiram em 1948 com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), demandada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O contexto de criação da CEPAL está relacionado com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o surgimento de uma nova organização mundial. A necessidade de se evitar uma nova guerra com as mesmas proporções promoveu a instauração de organismos internacionais para promoção da paz e sustentabilidade do capitalismo ocidental, como a ONU. Avante veremos com mais detalhes o papel destes organismos nas novas configurações de poder global, a CEPAL, assim como muitos outros organismos são resultados de Bretton Woods, assim como as Comissões Econômica para a Europa (CEPE-EEC), para a África (CEPA-ECA) e para a Ásia e Extremo Oriente (CEPAEO-ECAFE).

Os autores cepalinos analisavam as distorções econômicas e sociais da América Latina, mas se deparavam com dificuldades metodológicas e ausência de uma teoria real para a região, demandando um referencial teórico próprio, moldado em função da realidade histórica e especificidades do local. Os cepalinos trouxeram uma visão estruturalista global dual, onde o mundo estaria dividido entre centros e periferias, cada qual tendo sistemas produtivos distintos. Nesta perspectiva, os centros são desenvolvidos, principalmente América do Norte, Europa Ocidental e Japão e as periferias não, dentre elas América Latina, África e Ásia. “O comércio internacional favorecia a acumulação de riqueza nos países que exportavam produtos

manufaturados e importavam matéria prima, como também favorecia a acumulação de pobreza nos países que faziam o contrário” (CERVO, 2008).

Para Florestan Fernandes (2006, p. 262), o desenvolvimento capitalista no Brasil em nenhuma de suas etapas chegou a lograr: “1- A ruptura com associação dependente, em relação ao exterior (ou dos centros hegemônicos da dominação imperialista)”, 2- o rompimento com o antigo regime colonial e 3- superação do subdesenvolvimento, inerente à órbita do imperialista e a grande concentração de riqueza. É importante frisar que o processo de formação dos Estados-nações na América Latina não foi homogêneo e sem obstáculos, além do contexto externo, havia disputa entre os distintos grupos nacionais (CARDOSO; FALETTO, 1979, p.42).

A teoria cepalina ou estruturalista avalia de forma crítica, a teoria das vantagens comparativas, conhecida também como modelo ricardiano, da qual o principal teórico foi David Ricardo, *The Principles of Political Economy and Taxation* (2010), que afirmava que cada país deveria se especializar na produção de bens que seja relativamente mais eficiente, ou seja, o país se especializa em produzir bens com menor custo de produtividade e importar bens com maior custo de oportunidade para si. Os cepalinos discordavam desta perspectiva ao analisar que o ganho auferido com a produção de bens primários – que é o principal fator de produção na América Latina – é muito inferior ao da produção de bens industrializados, além disso, os países não industrializados precisam importar produtos com um valor de mercado superior aos produtos primários exportados, gerando sempre uma desvantagem na balança comercial.

De acordo com Amado Cervo (2008), a teoria da dependência leva em consideração que, 1- o subdesenvolvimento se liga à relação de dominação e dependência entre povos; 2- é um fenômeno histórico, atrelado à evolução do capitalismo; 3- ele favorece no interior da sociedade e Estados os interesses de segmentos sociais dominantes; 4- a consciência e a cultura são ofertadas como se ambos, desenvolvimento e subdesenvolvimento fossem positivos, por fim; 5- o subdesenvolvimento impregna o poder, a política e o processo decisório gerando uma independência dependente, a economia de um país é atrelada a outrem.

A importação de bens primários com baixo custo permitiu aos países centrais o investimento da força de trabalho na grande indústria. O desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas e alimentos, possibilitando a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. Marini (1973) explica que a relação desigual entre os países centrais e periféricos gera uma superexploração do trabalhador nestes países periféricos. O capitalista investe na capacidade produtiva, fazendo com que o trabalhador ao mesmo tempo produza uma quantidade maior, reduzindo o valor da mercadoria e

aumentando sua competitividade e o lucro gerando uma mais-valia extraordinária. A mais-valia está relacionada ao custo da força de trabalho e na relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. “A mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário” (MARINI, 1973, n.p).

A economia das grandes indústrias envolve capital constante⁹ e capital variável¹⁰, a taxa de lucro está fixada no capital total. O aumento dos gastos tanto de capital constante como variável resulta na diminuição da taxa de lucro. Para exemplificar, vamos raciocinar sobre uma indústria de carros. Em janeiro ela produz 1.000 carros por mês a um custo de 100 reais, em fevereiro houve um reajuste na peça que compõe o motor do veículo, aumentando o custo de produção para 120 reais, com isso o lucro será menor. Nesta situação para a empresa ter o retorno esperado, ela pode aumentar o preço de venda (o que pode implicar na quantidade de vendas) ou explorar mais a força de trabalho para que ela produza mais carros por mês, ela pode ao mesmo tempo, tentar diminuir algum custo de produção buscando matéria-prima com outros fornecedores. Os capitalistas dos países centrais tendem a aumentar a taxa de lucro seja pela exploração da força de trabalho ou pela diminuição dos custos constantes de produção. Por sua vez, os países periféricos têm uma relação sumamente de exploração do solo, não havendo capital constante para redução dos custos, sendo necessário maior exploração da força de trabalho.

Salientamos que a energia elétrica, integra o chamado capital constante. Deste modo, a construção da usina elétrica binacional de Itaipu entre Brasil e Paraguai na década de 1970, assunto do próximo capítulo, estabelece em seu tratado um preço fixo pela energia excedente produzida, garante estabilidade para o aumento da produção e expansão do monopólio brasileiro.

As nações em desvantagem pela troca desigual não procuram corrigir o desequilíbrio dos preços praticados, mas buscam compensar a perda através de uma maior exploração do trabalhador, seja por meio da prolongação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (MARINI, 1973, n.p). Isso nos leva a um outro ponto importante: à formação de um mercado consumidor interno. As nações centrais buscam o aumento da mais-valia pelo desenvolvimento

⁹ Parte do capital que se transforma em matérias primas, é a parte fixa do capital que não se varia de acordo com a produção, maquinários, aluguel etc.

¹⁰ Parte do capital relacionado principalmente a força de trabalho, é a parte variável em relação a produção, salários, matéria-prima etc.

da capacidade produtiva, permitindo uma remuneração maior do trabalhador e este por sua vez pode consumir as mercadorias produzidas nacionalmente.

O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. Por meio da mediação que se estabelece pela luta entre os operários e os patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo do operário tendem assim a se complementar, no curso do ciclo do capital, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Essa é, ademais, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a se canalizar por meio da mais-valia relativa, que implica, em última instância, o barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador (MARINI, 1973, n.p).

Na América Latina a situação é distinta. Conforme exposto por Cardoso e Faletto (1979), o Brasil, assim como outros Estados periféricos no período pós-colonial, desenvolveu sua economia baseada na exportação, ou seja, uma economia “para fora”. Deste modo, a circulação da mercadoria se dá sobretudo para o mercado externo. “A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo” (MARINI, 1973, n.p). Não se cria neste sistema um mercado consumidor interno e, portanto, aumenta-se a dependência das economias centrais.

Corroborando com isso, Cardoso e Faletto (1979, p. 51) descrevem como as economias de enclaves se integram no sistema global:

a) a produção é um prolongamento direto da economia central em um duplo sentido: tanto o controle das decisões de investimento dependente diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital (impostos e salários) apenas “passam” em seu fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível pra investimentos da economia central; b) não existem realmente conexões com a economia local – com o setor de subsistência ou com o setor agrícola vinculado ao mercado interno – mas sim com a sociedade dependente, através de canais como o sistema de poder, porque ela define as condições de concessão; c) do ponto de vista do mercado mundial, as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais.

Em outros termos, não há integração efetiva da empresa com a economia nacional e nem garantia de desenvolvimento – pelo menos imediato – ao país. É importante considerar os pontos citados, quando analisar a questão das maquilas, um típico exemplo de economia de enclave que ganhou força no Paraguai nos últimos dez anos, atraindo principalmente, indústrias brasileiras.

De modo geral, o agravante para a classe trabalhadora da América Latina é a existência de uma grande disponibilidade de força de trabalho não especializada. Havendo uma depreciação nos valores dos produtos primários, reduz-se os ganhos obtidos pelos capitalistas destes países, forçando-os a reduzirem os salários, ampliarem a jornada de trabalho e gerando uma superexploração. Isso é possível porque, como já exposto, os países periféricos não dependem de um mercado interno, o seu ganho advém majoritariamente das trocas comerciais com os centros.

Há que se ponderar o papel da burguesia nacional brasileira no processo de consolidação da dependência em relação aos países centrais. Se por um lado é um processo imposto de fora para dentro, por outro é acentuado pelo interesse e benefício da burguesia nacional, já que a classe dominante é beneficiada do modelo capitalista competitivo exportador (FERNANDES, 2006, p.258), em grande medida a burguesia nacional – não apenas no Brasil - é responsável pela não conformação de um mercado interno consumidor, Harvey (2004, p.103) relata que a falta de interesse da classe burguesa em promover uma reforma social interna e abrir mão de seus privilégios, impossibilitaram a absorção interna da sobreacumulação de produção gerada

Por outro lado, as economias centrais, dado a dependência dos países periféricos, têm o poder para depreciar o valor dos bens primários ofertados pela América Latina no mercado global, reduzindo o custo de produção e permitindo a longo prazo aos capitalistas aumentarem os salários da força de trabalho - sem reduzir os lucros – majorado o poder aquisitivo e custo de vida dos trabalhadores, gerando um grande mercado consumidor interno (DIAS, 2012).

David Harvey, (2004, p.100) explica que uma das maneiras de influenciar no valor dos bens primários e do desenvolvimento capitalismo como um todo, é através do capital especulativo e fictício. Marini menciona as bolsas de valores como um mecanismo de controle do valor dos bens primários, já que as grandes corporações e capitalistas conseguem manipulá-las através do capital.

Durante o período colonial observa-se a consolidação da indústria europeia, a partir da independência das colônias algumas mudanças estruturais despontam na reorganização do poder e do capital, esse será o tema da próxima seção.

2.1 - As Reconfigurações Mundiais de Poder no Pós-Guerra

O fim do período colonial decorrente da independência dos Estados Latino-americanos e o desenvolvimento incipiente do mercado econômico e das indústrias destes países, marca um novo cenário de relações globais. Até aqui, os Estados, ainda que em função do interesse das burguesias nacionais, tinham grande poder e autonomia no cenário internacional. O nacionalismo estava fortemente presente e as fronteiras nacionais eram mais rígidas. O transporte de mercadorias era caro e demorado, além disso, a tecnologia não existia na escala atual e assim o fluxo de informações era igualmente árduo.

Após as Guerras Mundiais, novos organismos surgem, com o objetivo de promover a paz e diminuindo o campo de atuação dos Estados. Além disso, é o momento de grande expansão do capital financeiro e industrial, os quais rompem as fronteiras nacionais e investem seus recursos *offshore*, influenciando diretamente na economia e políticas de outros Estados, seria a época do imperialismo do capital em uma nova organização contemplada a seguir.

O período entre as grandes guerras é marcado por uma forte crise internacional uma vez que os impérios envolvidos nos conflitos estavam devastados, estrutural e economicamente, sendo necessário investir os próximos anos na reconstrução de seus países, isso permitiu o início da indústria nacional na América Latina, seja pela inversão estrangeira, como igualmente pelo espaço internacional que ficou disponível, já que a demanda não estava sendo totalmente suprida nesse momento pelos centros.

Buscando facilitar o entendimento destes momentos históricos apresenta-se o seguinte esquema representado na Tabela 01. A primeira e segunda fase estão contempladas nos estudos da Teoria Estruturalista, a terceira fase é analisada pela Teoria da Dependência e, a partir deste ponto, surgem os debates sobre o Subimperialismo.

	1º Fase: Séc. XVI	2º Fase: Séc. XVII	3º Fase Séc. XVIII....	1º Guerra	Entre Guerras	2º Guerra
EUROPA	Colonização das Américas	Industrialização Nacional	Expansão Industrial		Declínio da Hegemonia	
EUA			Independência		Ascensão dos EUA	

América-Latina	Exploração e expropriação	Independência Política	Dependência econômica		Pequena industrialização	
-----------------------	---------------------------	------------------------	-----------------------	--	--------------------------	--

Tabela 1: Acontecimentos mundiais do Séc. XVI ao período entre guerras. Fonte: da autora, 2018.

Na concepção dos estruturalistas, a industrialização seria o meio de resolver os problemas sociais e econômicos destas sociedades. No Brasil, Argentina e México, seguindo essas recomendações, adotou-se o modelo de substituição de importações¹¹. Apesar de representar importante papel para o desenvolvimento industrial, não logrou êxito em conformar uma verdadeira economia industrial.

Celso Furtado (2005, p. 215) comenta que entre 1945 e 1951 no Brasil as importações de equipamentos industriais cresceram 338 por cento, enquanto o total das importações aumentou apenas em 83 por cento. Contudo, o custo de importação de equipamentos industriais é maior, resultando na necessidade de contrair empréstimos, com bancos estrangeiros, para poder investir no processo de industrialização e modernização interna.

Sobre o processo de substituição de importações, Furtado (2005, p.218) ressalta que as importações de manufaturas de consumo representaram “em 1947 mais de 13 por cento. Com a introdução dos controles seletivos, tal porcentagem foi reduzida, em 1950, para 7 por cento”. É possível desse modo identificar o resultado das políticas nacionais nesse período.

Em grande medida, a facilidade de investimento para a indústria latino-americana após a década de 1950 estava relacionada ao avanço da tecnologia e à modernização das indústrias nos países centrais, sendo que estes precisavam de um mercado para vender o maquinário e equipamentos não mais utilizados antes que os mesmos se tornassem obsoletos. Destarte, surge uma nova divisão internacional do trabalho. Os países centrais se especializam e atuam na produção de tecnologia de ponta, altamente sofisticada, terceirizando para os países periféricos as etapas inferiores da produção industrial (MARINI, 1973, n.p).

Florestan Fernandes (2006, p. 263-264) divide o desenvolvimento capitalista brasileiro em três fases: 1) eclosão de um mercado capitalista moderno, ou transição neocoloniais; 2) formação e expansão do capitalismo competitivo e surgimento do capitalismo monopolista e; 3) a última fase, se iniciaria com a formação das grandes corporações a partir de 1950, principalmente com o investimento de capital estrangeiro, mas também estatal ou mista. Segundo Marini (1973), esse período corresponde ao momento em que se formam os blocos de poder econômicos e os monopólios nacionais, encetando o subimperialismo.

¹¹ Política industrial pela qual o Estado incentiva a formação da indústria nacional para produção de mercadorias até então importadas. No Brasil se deu durante o governo de Getúlio Vargas, assim como em outros países da América Latina, seguindo as recomendações da CEPAL.

A evolução da tecnologia abriu um novo espaço comercial: dos serviços. Demonstrando que não necessariamente os países dependentes precisavam investir em indústrias de baixa tecnologia que requerem uma grande quantidade de força de trabalho, uma vez que existe um campo de atuação capaz de gerar receita e incluir trabalhadores sem relacioná-las com o trabalho industrial pesado e desqualificado. Assim, gera-se uma nova categoria de trabalho mais qualificada e com maiores salários (MARINI, 1973, n.p). Além disso, “o abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última” (MARINI, 1973, n.p).

O crescimento da indústria nos países desenvolvidos gerou um movimento de expansão para além das fronteiras. Estes monopólios faziam o movimento do capital transnacional, investindo em países que ofereciam condições favoráveis para a inversão estrangeira e possuíam as mínimas condições de infraestrutura. Na definição de graus intermediários desta dependência, emerge o conceito do subimperialismo, envolvendo especificidades como: superexploração da força de trabalho; transferência de valor; etapa dos monopólios e do capital financeiro na economia dependente; cooperação antagônica; hegemonia regional e um determinado padrão de reprodução do capital (OLIVEIRA, 2014).

Essas categorias que definem o subimperialismo estão presentes no Brasil, veremos no próximo capítulo como estas características interferem na dinâmica e políticas regionais, maiormente econômicas, com destaque ao Paraguai.

Em uma perspectiva semelhante, não vinculada diretamente à TMD, mas que reforça suas etapas, Richard Baldwin (2017), professor e economista europeu, em seu livro “*La Gran Convergencia: migración, tecnología y la nueva globalización*” faz uma análise da globalização dividindo-a em três fases. A primeira pauta-se na produção exclusiva para o consumo próprio e da comunidade, na sequência, uma produção com excedentes e trocas leva ao incipiente desenvolvimento da industrialização. O autor relata que a industrialização iniciou no Norte¹² e, em razão da dificuldade de comunicação e transporte naquele período, irradiou tardiamente para alguns países do Sul gerando uma imensa desigualdade entre os polos que se acentua com o tempo.

A segunda etapa com início aproximadamente em 1820, se vincula aos avanços do vapor, facilitando o transporte de mercadorias por via marítima, rompendo o ciclo de produção para o consumo. Aumenta-se significativamente o fluxo de mercadorias e comércio

¹² Para fins didáticos, adotamos aqui a perspectiva de tratar como sinônimos os conceitos de Norte e Sul de Baldwin, com os conceitos de central e periférico da Teoria Estruturalista.

internacional, porém neste momento é árduo e caro o transporte de conhecimento, ideias e pessoas, como consequência a inovação e desenvolvimento acontece rapidamente no Norte em comparação com o Sul.

A partir de 1990, de acordo com Baldwin, começa a terceira etapa da globalização, relacionada principalmente ao avanço das empresas de Tecnologia de Informação (TIC) e na queda na industrialização dos países do Norte, notadamente o G7¹³. É oportuno lembrar que Marini (1973), conforme mencionamos acima, expõe esse mesmo momento, período de industrialização dos países periféricos que importam o maquinário já obsoleto dos países centrais os quais passam a investir em novas tecnologias e no setor de serviços. Se até então a globalização estava relacionada ao fluxo internacional de bens, depois da década de 1990 ela está vinculada ao fluxo de conhecimento e ideias. A facilidade de comunicação permitiu que etapas da produção fossem deslocadas a países com um custo de produção menor, “*Muchas tareas de bajo nivel como tareas profesionales en los países ricos podrían ser realizadas (a distancia) por trabajadores y profesionales en los países pobres*” (BALDWIN, 2017, p. 19), permitindo aos monopólios internacionais a exploração das vantagens comparativas e impulsionando o desenvolvimento industrial de alguns países.

Este período vivenciado de evolução das empresas de tecnologia da informação após 1990 gerou um novo cenário internacional em constante transformação, onde a lucratividade está relacionada com a posse do conhecimento. Oliveira (2014), relaciona a detenção deste conhecimento e de informações a um novo processo de dependência global, já que as empresas que possuem informações têm capacidade e poder decisório maior, estando alocadas em economias centrais, como é o caso do Vale do Silício.

A tecnologia da informação é um processo recente, sem embargo, a importância do conhecimento para o fortalecimento do imperialismo já é conhecida há muito tempo, Ludovico Silva em sua obra “*La Pusvalía Ideologia*” (1975, p. 20) menciona o poder do trabalho psíquico, ou da consciência ser convertida em mercadoria para o fortalecimento do capital econômico, no terceiro capítulo será possível assimilar como a mídia atende às distintas frações de classe no interesse do capital. Esse não será o escopo deste capítulo, onde, a seguir, exploraremos as idiosincrasias do subimperialismo brasileiro.

¹³ O Grupo dos 7 países é composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, conformam as economias mais avançadas do mundo, de acordo com o FMI. Richard Baldwin faz uma análise em seu livro sobre o processo de desindustrialização destes países.

2.2 - As Relações Internacionais e o Subimperialismo Brasileiro

O papel desempenhado pela Europa no mercado global começou a se deteriorar no período posterior às grandes guerras, havendo mutações na estrutura e na hegemonia mundial. “*El periodo de la hegemonía británica había sido el de la creación y consolidación del mercado mundial; el periodo de la hegemonía norteamericana habría de ser el de la integración imperialista de los sistemas de producción*” (MARINI, 1977, n.p). Neste contexto, observa-se um deslocamento de forças, onde os Estados Unidos assumem liderança através do desenvolvimento econômico e tecnológico, ao mesmo tempo em que apresentava o domínio bélico absoluto. A devastação das economias europeias e japonesa pelas guerras favoreceram a ascensão norte americana (MARINI, 1977, n.p). Toda essa ressignificação mundial também alterou as relações na América Latina, as políticas nacionais destacaram alguns países frente ao mercado internacional, como é o caso do Brasil.

Podemos apreender até aqui como se constituiu e se concretizaram as relações de dependência da América Latina com os países centrais. No entanto, as mudanças que ocorrem a partir de 1950 marcam o início de uma nova significação da economia global. Desfaz-se a simples divisão dual entre centro e periferias usadas até aqui e uma estrutura mais complexa toma lugar, principalmente em face do papel das indústrias transnacionais e do capital financeiro relacionados à ascensão dos Estados Unidos no mercado internacional.

A partir de 1875, se hacen sentir ciertos cambios en el capitalismo internacional. Nuevas potencias se proyectan hacia el exterior, sobre todo Alemania y Estados Unidos, y estos últimos empiezan a desarrollar una política propia en el continente latinoamericano que choca muchas veces con los intereses británicos. En el campo mismo del comercio, la influencia norteamericana es considerable, registrándose en algunos países, principalmente Brasil, la tendencia a desplazar sus exportaciones hacia la nueva potencia del norte (MARINI, 1974, n.p)

Alguns organismos internacionais tornaram-se atores importantes para as subsequentes mudanças. A Conferência de Bretton Woods¹⁴ em 1944 foi responsável pelo surgimento do FMI, do Banco Mundial, do BIRD, assim como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) assinado em 1947. Estes organismos assumem um papel de influência na tomada de decisão, se até então a burguesia nacional eram núcleos menores e mais inteligíveis,

14 Foi um sistema de gerenciamento econômico internacional, onde estabeleceram-se regras comerciais e financeiras para o comércio com os países mais industrializados do mundo.

influenciando de maneira direta nas decisões dos Estados, com a transnacionalização do capital esses grupos se diversificam e as disputas internas pelo poder se intensificam. Os governos, além de lidar com a coalização destes grupos interno, defrontam-se com estes novos organismos, que passam a desempenhar um papel importante no processo decisório, agindo aos interesses do capitalismo dependente. O dólar foi crucial neste processo, pois houve a mudança do ouro para a moeda, facilitando as transações comerciais transnacionais.

Como quiera que sea, la expansión y aceleración tanto de la circulación de capital productivo como de la circulación del capital dinero han ido configurando una nueva economía mundial capitalista, que reposa sobre un esquema de división internacional de trabajo distinto al que regía antes de la crisis mundial que mencionamos inicialmente. Pasó el tiempo del modelo simple centro-periferia, caracterizado por el intercambio de manufacturas por alimentos y materias primas. Nos encontramos ante una realidad económica en que la industria asume un papel cada vez más decisivo. Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplía y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalonamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación —que son también potencias capitalistas medianas—, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo. Este proceso de diversificación, que es simultáneamente un proceso de integración, sigue ostentando a su cabeza la superpotencia que la crisis mundial hizo surgir: los Estados Unidos de Norteamérica (MARINI, 1977, n.p).

Os capitalistas dos países centrais rompem as fronteiras nacionais, expandindo seus negócios e investindo em países periféricos, principalmente naqueles que possuem condições econômicas e favoráveis para tal. No período entre Guerras alguns países latino-americanos, como Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai, com maior desenvolvimento relativo aquilataram suas indústrias através do modelo de substituição de importações. Isso lhes permitiu ingressar como economias intermediárias dentro do sistema global, na fase representada pelo imperialismo empresarial e de transnacionalização das indústrias.

Nesse período, o Brasil, sob a presidência de Getúlio Vargas, seguindo as recomendações traçadas pela Cepal, iniciou o Plano Nacional de Aparelhamento Econômico, ou Plano Lafer, em referência ao então ministro da Fazenda Horácio Lafer. O referido plano previa uma série de medidas para promover a industrialização e desenvolvimento do país, investindo em transporte, energia, frigorífico e na modernização da agricultura. O objetivo daquele governo era de obter financiamento dos EUA para efetivar os investimentos estruturais.

Este programa, mesmo não executado da forma prevista, deixou um ambiente preparado com planificações desenvolvimentistas que permitiram nos anos subsequentes com a entrada de Juscelino Kubitschek a realização do programa de metas, como a comissão mista Brasil-EUA.

A nova estrutura transnacional do capital acarreta no aumento da competitividade e acréscimo nos custos de produção para as empresas, fazendo surgir monopólios que reforçam o Estado-nação (MARINI, 1977 n.p). Nesta tendência integradora do capitalismo contemporâneo, os monopólios nacionais almejavam a expansão de seus negócios e buscavam vantagens comerciais que lhes permitissem maior lucro. Nesse sentido, o Brasil investiu em políticas e estrutura jurídica e institucional para atração de capital estrangeiro entre as décadas de 1950 e 1960, com o chamado “Plano de Metas”, sob forte influência dos EUA. Além de atrair capital estrangeiro e facilitar a formação de monopólios nacional, também abarcou a revolução verde e o conseqüente deslocamento de agricultores para regiões mais remotas do país e para o Paraguai, essa temática será pauta do nosso próximo capítulo. Neste período, o Paraguai vivenciava grande instabilidade política, com recorrentes golpes de estado, é também o momento que o Paraguai estabelece uma política para a entrada de agricultores brasileiros no país.

O crescimento das economias centrais fez com que os monopólios deslocassem seus investimentos para países periféricos na procura de ganhos maiores por meio do baixo custo de produção. Todavia, o lucro obtido retorna para ser investido na economia central. Marini (1977, n.p.) descreve esses monopólios internacionais como *“verdaderos gigantes económicos, cuya producción total supera en muchos casos al producto nacional de la mayoría de los países”*.

Quando David Harvey (2004), discorre sobre o novo imperialismo, ele descreve que o capital é móvel e demanda novos territórios para continuar se reproduzindo, do mesmo modo que crises as vezes são necessárias, a exploração de novos territórios também. O capital que não pode ou não quer se mover, tende a se desvalorizar.

Deste modo, podemos refletir sobre o papel da América Latina para o desenvolvimento do imperialismo global. O EUA nos anos 90 utiliza o seu poder econômico para “sugerir” – ou impor – medidas que os Estados-nação precisariam implementar a fim de obter os empréstimos cedidos¹⁵. Estas medidas, objetivam acima de tudo, criar um ambiente propício para a expansão

¹⁵ Mais um resultado de Bretton Woods, o Consenso de Washington é uma política monetária que estabelece dez medidas que deveriam ser seguidas pelos países devedores. São elas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros pelo mercado, mas positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais, comércio orientado para o exterior; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla

capitalista. O mercado de uma economia central é utilizado como moeda de troca para o logro de objetivos de uma nação imperialista sob uma nação dependente “os EUA utilizaram repetidamente o fechamento do acesso a seu enorme mercado como arma para forçar outras nações a cumprir seus desejos” (HARVEY, 2004, p.104).

Assim, o incentivo ao desenvolvimento capitalista de economias periféricas pode ser entendido não como uma maneira messiânica para promover o desenvolvimento e bem-estar social, mas como uma maneira de criar um mercado para a continuidade do capitalismo, a industrialização no Brasil, por exemplo, gerou a demanda por equipamentos, estes foram importados dos mercados já desenvolvidos. A venda destes maquinários gerou um lucro para os capitalistas nos países centrais, que puderam investir em outro setor produtivo.

De modo semelhante, podemos refletir sobre as políticas nacionais expansionistas do Brasil, a Itaipu é um exemplo a ser visto posteriormente, mas outro caso mais recente é o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Através de financiamentos o Brasil investiu recursos para o desenvolvimento de infraestrutura na América Latina. Quando se dispendeu recurso para inversão em infraestrutura fixa – como estradas, pontes, etc. – as empresas com capacidade para empreitar as obras, eram normalmente brasileiras, os casos da Odebrecht e Camargo Correa¹⁶ são emblemáticos neste sentido. Tomaz Espósito Neto (2015, p.78) aponta que durante os governos Lula e Dilma, ocorreu uma ampliação nos investimentos comerciais brasileiros em território paraguaio, empresas como TAM, Itaú e Petrobrás passam a ter uma presença expressiva na economia paraguaia. Deste modo, além de atender aos interesses de uma classe burguesa nacional, também se gera uma relação dependente do outro país.

Destarte, corrobora-se a ligação entre o caráter nacional do capital com o subimperialismo, ao mesmo tempo que há uma internacionalização há uma nacionalização: “*el proceso de internacionalización del capital no implica ni mucho menos la pérdida de vigencia ni conduce a la desaparición progresiva de los Estados nacionales*” (MARINI, 1977, n.p). Apesar do capital atravessar fronteiras, a nacionalização se intensifica, já que a integração econômica garante aos monopólios força para competir no mercado global, competir no mercado nacional por si é bastante desafiador, para uma empresa expandir seu capital para além da fronteira é necessário ter uma estrutura de monopólio nacional sólidos, assim, a internacionalização ocorre normalmente a partir de monopólios nacionais já constituídos.

desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada. Para mais informações sobre o assunto ver: Luiz Carlos Bresser-Pereira, A Crise da América Latina: consenso de Washington ou crise Fiscal? (1991).

¹⁶ Empreiteiras brasileiras que obtiveram grande resultado econômico com as políticas de investimento em infraestrutura na América Latina partir dos anos 2000, são indiciadas por diversos casos de envolvimento em corrupção.

Marini (1977, n.p) meniona que ao gerar “*mayor desarrollo capitalista en las zonas subordinadas, como América Latina, la integración hizo que se manifestaran también en ellas con mayor fuerza sus contratendencias, en particular la que trabaja en el sentido de reforzar a los Estados nacionales*”.

Quando Marini relata a contra tendência à integração capitalista global, ele continua afirmando que, esse é um elemento – ainda que contraditório – importante para o sucesso da integração dos sistemas produtivos. Isso é visto, por exemplo, quando o Estado que recebe o capital estrangeiro regula o mercado interno para conceder conjuntura favorável para produção de matéria prima e condições propícias para o avanço desse capital. Por outro lado, Estado nacional igualmente se reforça perante o esforço de frações da burguesia nacionais que se organizam para proteger seu capital e tirar o maior proveito das inversões internacionais.

Em síntese o que Marini nos explica, é que uma economia dependente reforça o nacionalismo, pois precisa proteger frações burguesas nacionais e ao mesmo tempo precisa criar condições satisfatórias para a atração de inversão estrangeira, garantindo a oferta de matéria-prima e mão de obra, dentre outras condições. Considerando que o subimperialismo só se desenvolve dentro do capitalismo dependente, os países nesta categoria apresentam aspectos de uma economia intermediária, no sentido de que não podem ser consideradas ao pé de igualdade com outros países periféricos (como é o caso do Brasil na América Latina), mas não dissociado dos interesses e da posição de dependência das economias centrais, assim ela transfere valor aos países centrais e supre parcialmente essa perda se apropriando de valor em países mais periféricos. Esse fenômeno é conhecido como cooperação antagônica, que corresponde a um mecanismo para se estabelecer a paz mediante acordos e ações de cooperação. Assim, tem-se uma cooperação “competitiva”, como pode ser vista na relação entre EUA e Oriente, onde existe simultaneamente uma cooperação e uma competição

Para Marini (1977), o subimperialismo é a forma que assume a economia dependente ao chegar na etapa do monopólio e capital financeiro. Ela, apresenta um caráter intermediário na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e possui uma política expansionista relativamente autônoma e integrada com o sistema imperialista, se mantendo dentro do escopo da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional – cooperação antagônica (MARINI, 1977, n.p). O autor afirma que dentro da América Latina o único país que cumpre com estas características é o Brasil.

Subimperialismo não é sinônimo de manufatura, constata-se isso no caso dos países detentores de maquilas, como o México. Apesar de terem um nível de desenvolvimento industrial essas indústrias “*no se integran efectivamente a la economía nacional en que se*

encuentra, sino que sigue incorporado directamente al capital matriz, con sede en la economía imperialista” (MARINI, 1977, n.p). Deste modo, o país receptor da maquila não se torna subimperialista por ter um alto número de indústrias, já que elas estão vinculadas ao país de origem e não se integram ao território explorado. É como se houvesse um deslocamento da força de trabalho para execução do trabalho, já que todo o restante da atividade é concentrado no país central.

O governo paraguaio em 2010 instaurou uma Lei, que incentiva o ingresso destas indústrias e gera a curto prazo um resultado positivo no PIB, no entanto, como observa Marini, estas indústrias não se integram efetivamente na economia nacional e investem os lucros obtidos na economia central, deste modo não se reverte a situação de dependência, do mesmo modo o crescimento industrial e do PIB no Paraguai não o faz entrar na categoria de país subimperialista. Veremos com mais afinco este assunto no próximo capítulo.

O caráter intermediário da economia brasileira pode ser observado através de sua balança comercial. Os EUA é o principal parceiro comercial nas importações do Brasil. Em 2016, 18% das importações vieram de lá, a pauta dessas importações envolve principalmente produtos manufaturados ou semimanufaturados, como: aparelhos transmissores ou receptores e componentes, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, Partes e peças para veículos automóveis e tratores além de medicamentos para medicina humana e veterinária (MDIC, 2017). Conforme verificamos ao longo da seção, esses produtos com alto valor agregado, permitem um maior desenvolvimento nacional e usualmente geram maior lucro para as indústrias envolvidas. Já para os EUA o que é exportado para o Brasil representa apenas 1,8% do total de exportações do país no mesmo ano (SIMOES, HIDALGO, 2018)¹⁷.

Enfim, há uma relação comercial muito forte e desigual entre a periferia (Brasil) e o centro (EUA) que mantém a hegemonia deste e conforma a dependência estrutural existente. Por outro lado, o Brasil atingiu um patamar de desenvolvimento econômico intermediário, como podemos observar na relação comercial com o Paraguai (Tabela 02). O que o Brasil exporta para o Paraguai representa aproximadamente 1% do total de exportações brasileiras. Já, para o Paraguai o que ele importa do Brasil equivale aproximadamente a 30% do total de importações. A relação inversa é igualmente desproporcional. Conforme descrito na terceira coluna, na média dos anos observados, o Paraguai exporta em torno de 50% da sua produção para o Brasil. Para

¹⁷ Dados do *Observatory of Economic Complexity* disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>>.

o Brasil, conforme a segunda coluna, as importações do vizinho não chegam a 1%¹⁸ (BRASIL; PARAGUAI, 2018)

O relatório do Ministério das Relações Exteriores – MRE do Paraguai de 2018¹⁹, aponta o Brasil como principal parceiro comercial do país, na sequência a Argentina. O Paraguai se encontra na posição 29 das importações brasileiras (MRE, 2018, p.4-5). Esses dados manifestam uma relação do Paraguai com o Brasil, muito semelhante a que observamos do Brasil com os EUA. Identifica-se com isso uma posição intermediária do Brasil no cenário internacional, com um papel significativo no Mercosul, tal fator é como já mencionado uma das características presente no subimperialismo.

Ano	% de exportação do BR para o PY	% de importação do BR oriunda do PY	% de exportação do PY para o BR	% de importação do PY oriunda do Brasil
2000	1,51%	0,63%	64,63%	40,60%
2001	1,24%	0,54%	59,66%	36,27%
2002	0,93%	0,81%	63,88%	37,06%
2003	0,97%	0,98%	56,90%	40,01%
2004	0,90%	0,47%	47,29%	35,42%
2005	0,81%	0,43%	48,86%	31,48%
2006	0,90%	0,32%	47,52%	27,31%
2007	1,03%	0,36%	43,87%	29,69%
2008	1,26%	0,38%	34,10%	29,16%
2009	1,10%	0,46%	44,06%	25,84%
2010	1,26%	0,34%	33,68%	27,12%
2011	1,16%	0,32%	32,15%	25,70%
2012	1,08%	0,44%	39,51%	24,33%
2013	1,24%	0,43%	30,14%	26,51%
2014	1,42%	0,53%	30,68%	28,26%
2015	1,29%	0,52%	31,49%	25,96%
2016	1,20%	0,89%	35,42%	24,56%

Exportação do PY para o Brasil não considera reexportação

Tabela 2: Representatividade em porcentagem do comércio internacional entre Brasil e Paraguai.
Fonte: da autora, 2018, com dados Banco Central do Brasil e do Paraguai.

Ademais de verificar a representatividade do Brasil na balança comercial do Paraguai é prudente avaliar a pauta de exportações daquele país, conforme Tabela 3, os principais produtos exportados são bens agrícolas de baixo valor agregado.

¹⁸ Um fator curioso, que explica parte na diferença da balança comercial está no fato do Paraguai contabilizar a exportação de energia elétrica, no entanto o Brasil não contabiliza essa importação.

¹⁹ Disponível em: http://www2.mre.gov.py/index.php/download_file/view_inline/3923, acesso em 22 nov. 2018.

Descripción simple	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	Variación acumulada 2015-2016	Part. 2016
Energía Eléctrica y comb.	1.987	2.281	2.259	2.266	2.186	2.089	2.172	0,04	25,6
Semillas y frut. Oleginosos	1.668	2.394	1.670	2.615	2.446	1.697	1.897	0,12	22,3
Carne	918	750	796	1.059	1.370	1.181	1.156	(0,02)	13,6
Residuos de Ind. Aliment.	340	405	220	958	1.140	940	888	(0,06)	10,4
Cereales	548	603	1.042	776	615	727	684	(0,06)	8,1
Grasas animales y veg.	283	349	194	526	535	484	503	0,04	5,9
Cables y demás mat. Elect	18	30	31	45	112	132	159	0,21	1,9
Pieles (excepto la peletería y cueros)	92	99	106	155	196	151	120	(0,20)	1,4
Plástico y sus manufacturas	70	99	80	85	110	90	86	(0,05)	1,0
Azúcar y artículos de conf.	38	91	81	76	80	69	79	0,15	0,9
Los demás	589	735	867	986	1.070	1.032	1.069	0,04	12,6
Total Exportaciones	6.517	7.776	7.283	9.456	9.636	8.328	8.494	0,02	100,0

Tabela 3: Pauta de exportação do Paraguai. Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, 2017.

Além disso, nota-se que os principais parceiros comerciais do Paraguai estão alocados no Mercosul, mas o protagonista segue sendo o Brasil:

Las importaciones del Paraguay que tuvieron como origen los países del Mercosur, acumularon USD 3.622,3 millones en el año 2016, representando el 40,1% del total de las importaciones. Dentro del bloque, Brasil representa el 61,1%, Argentina el 35,9% y Uruguay el 3% restante (Banco Central del Paraguay, 2016).

Na Tabela 04 e 05, observamos detalhadamente a pauta de exportação do Paraguai especificamente com o Brasil e ratifica-se que os produtos exportados são bem primários de baixo valor agregado, sendo os importados produtos com maior valor agregado.

Descripción	2015	2016	Variación acumulada 2015-2016	Part. 2016
Energía Eléctrica, combustibles	1.659	1.730	0,04	58%
Cereales	278	561	1,02	19%
Carne y despojos	125	135	0,09	4%
Juegos de cables	110	126	0,15	4%
Semillas y frutos oleaginosos	123	121	-0,01	4%
Plástico	72	69	-0,05	2%
Textiles (sintéticos, ppal)	50	40	-0,20	1%
Grasas y aceites animales y veg.	32	40	0,23	1%
Prod. De la industria química	4	22	4,98	1%
Harinas (trigo, mand., maíz)	9	15	0,67	0%
TOTALES	2.624	3.007	0,15	100%

Tabela 4: Pauta de exportação do Paraguai para o Brasil. Fonte: MRE- Paraguai, 2018.

Descripción	2015	2016	Variación acumulada 2015-2016	Part. 2016
Maquinaria	335	274	-0,18	12%
Abonos	239	178	-0,25	8%
Vehículos	185	160	-0,13	7%
Plástico	150	144	-0,04	7%
Papel y Cartón	116	108	-0,08	5%
Maquinas y ap. Eléctricos	141	102	-0,28	5%
Combustibles	94	94	0,00	4%
Bebidas alcohólicas	79	75	-0,05	3%
Prod. De Indus. Químicas	70	58	-0,18	3%
Tabaco	62	57	-0,08	3%
TOTALES	2.416	2.212	-0,08	100%

Tabela 5: Pauta de importação do Paraguai do Brasil. Fonte: MRE- Paraguai, 2018.

Além da herança da Grande Guerra, a forte dependência econômica do Paraguai também pode estar vinculada com a numerosa presença de brasileiros no país. Tema do próximo capítulo, a segunda maior colônia de brasileiros se encontra lá, vinculada em grande medida, ao setor agrícola.

Podemos dizer que a questão econômica determina o subimperialismo? De fato, a economia é uma das características, mas não exclusiva. Ademais das cifras envolvidas, temos fatores como o tipo de mercadorias negociadas, enquanto o Brasil vende principalmente commodities para os EUA e importa bens industrializados, com o Paraguai ocorre o contrário, exportando bens de valor agregado e importa matéria prima. Além disso, uma série de fatores políticos, sociais e educacionais nas relações bilaterais garantem a manutenção desta dependência.

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 1973, n.p).

O fato de a indústria paraguaia não estar desenvolvida, requer que o país importe os bens de outras nações. A mundialização de capitais tornou a competitividade maior, mas, faz com que estes países dependentes paguem um valor maior nesta categoria de produto em virtude de sua dependência e incapacidade de produção. Já em relação aos bens primários é mais simples a manipulação de preços pelos países centrais, seja pela grande oferta, mas também pelo controle das bolsas de valores que determinam os preços dos produtos, aumentando a dependência internacional. A pesquisa de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD (COSTA et al. 2016, p. 284, 285) aponta que 94,1% do PIB paraguaio é oriundo de exportações e importação, já para o Brasil o comércio internacional representa 27,6% do PIB. Esse dado revela o impacto do comércio exterior, que, como vimos acima é principalmente com parceiros do Mercosul e majoritariamente com o Brasil.

Nesta mesma pesquisa do PNUD se apresentam alguns dados relevantes, relacionados a economia, trabalho, educação e bem-estar. Corroborando com o exposto, vemos um acréscimo expressivo na quantidade de pessoas envolvidas com a agricultura no Paraguai, um aumento de 25,1% de 1990 a 2012, já o número de envolvidos no setor de serviços diminuiu, de 70,3% em 1990 para 56,7% em 2012. Em contrapartida o Brasil reduziu de 22,8% para 15,3% os envolvidos em agricultura durante o mesmo período e teve um acréscimo de 8,2% no setor de serviços (PNUD, 2016, p. 277, 278). Estes dados ressaltam o perfil econômico do país. Enquanto o Brasil avança no setor de serviços – categoria de maior especialização e remuneração – e reduz o número de envolvidos na agricultura, o Paraguai caminha no sentido oposto, com ampliação do número de trabalhadores na agricultura – categoria de baixa especialização e remuneração.

De forma complementar, os dados da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC) (2016, p.25) conjecturam que a população envolvida nos setores de agricultura e construção possuem baixa escolaridade e salários menores. Grande parcela da população compreende uma faixa salarial de menos de um salário mínimo mensal até um salário e meio, caracterizando uma força de trabalho desqualificada e com baixo rendimento, o que lhes impede de consumir no mercado interno, gerando o ciclo vicioso da dependência e superexploração já exposto. Na Tabela 05 apresentamos os dados referentes aos trabalhadores e a renda mensal.

Área de residencia y categoría ocupacional ^{2/}	Tramos de ingreso mensual ^{2/}							
	Total	Menos de 1 SM	1 SM a menos de 1,5 SM	1,5 a menos de 2 SM	De 2 SM a menos de 2,5 SM	De 2,5 SM a menos de 3 SM	De 3 SM y más	No disponible
Total país ^{1/}	1.557.327	37,18	28,45	14,03	7,48	3,94	8,83	0,10
Empleado / obrero público	316.610	9,56	18,69	24,51	17,01	8,85	21,31	0,06
Empleado / obrero privado	1.240.717	44,22	30,94	11,35	5,05	2,69	5,64	0,10
Urbana	1.172.865	32,78	29,05	15,38	7,84	4,53	10,29	0,13
Empleado / obrero público	257.495	8,41	18,77	23,89	16,24	9,26	23,36	0,07
Empleado / obrero privado	915.370	39,63	31,94	12,98	5,48	3,20	6,62	0,14
Rural	384.462	50,60	26,62	9,92	6,38	2,13	4,36	-
Empleado / obrero público	59.115	14,58	18,34	27,24	20,36	7,07	12,41	-
Empleado / obrero privado	325.347	57,14	28,12	6,77	3,84	1,23	2,89	-

Tabela 6: Porcentagem de trabalhadores por categoria e salário mensal. Fonte DGEEC, 2015.

Em contrapartida, o Brasil, ao atingir um estágio intermediário na hierarquia estrutural do capitalismo dependente, com uma estrutura de monopólio nacional conformada e uma indústria minimamente estruturada, desencadeia o seu processo de expansão e hegemonia regional – para ser o elo do imperialismo na região –, a primeira ação nesse sentido é com o Paraguai, primeiro com a filial do Banco do Brasil em Assunção e mais tarde com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Veremos no próximo capítulo que a Itaipu é um marco significativo, tanto para o fortalecimento da relação bilateral, quanto para uma demarcação da hegemonia regional brasileira, preservação dos interesses brasileiros de produção de energia para a sustentação do crescimento econômico e instaura uma dependência paraguaia, servindo de moeda de troca em situações, como no conflito de terras entre *brasiguaios* e paraguaios no Paraguai.

Outro fator que reforça o imperialismo brasileiro sob o Paraguai são as maquilas. Como bem exposto por Marini (1977), a maquila não gera desenvolvimento no país em que a indústria está alocada, os investimentos e lucros retornam para o país imperialista para desenvolver neste a infraestrutura e o transporte, por exemplo. Deste modo, esse modelo de industrialização reforçaria a economia imperialista. Veremos com mais cautela no próximo capítulo que o Paraguai adotou a partir de 2010 o regime da Maquila, no qual as principais indústrias beneficiadas são brasileiras. Estas indústrias têm crescido vertiginosamente, atingindo altas cifras comerciais.

Las exportaciones de bienes bajo el Régimen de Maquila en el mes de diciembre ascendió a USD 25,8 millones, 81,4% más que el registrado en diciembre de 2015, en tanto que los valores del año 2016 alcanzaron los USD 295,9 millones, 15,9% más que el verificado en el año 2015. Los principales

productos exportados son los hilos y cables (autopartes), cueros, artículos textiles, plásticos y sus manufacturas, prendas de vestir, calzados y sus partes, maderas y sus manufacturas, entre otros (Banco Central do Paraguai, 2017).

Em grande medida, se observa que o Brasil está alocado em uma hierarquia global, mas apresenta uma hegemonia regional, essa preeminência iniciada durante o governo ditatorial, aparentemente se acentua durante o período de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual apresentou uma política ativa nas relações internacionais voltada para integração regional²⁰. Reúne as especificações de uma nação subimperialista, e transparece na relação bilateral com o Paraguai, não apenas através da economia e transferência de valor, como também em questões políticas e sociais a serem discutidas no terceiro capítulo.

Conforme exposto por Tomaz E. Neto e Orlando F. de Paula (2015, p.61) é possível visualizar uma política externa mais ativa durante os governos Lula e Dilma, com o aumento do número de acordos de cooperação entre os países, fortalecimento de organismos para a integração regional, como na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana -IIRSA, além de apresentar um discurso oficial “mormente com o diálogo Sul-Sul, procurando construir uma frente capaz de opor-se aos grandes Estados, embora mantenha estreito contato com esses últimos”, exemplo típico de cooperação antagônica.

Apesar de possuir uma agenda voltada a integração regional e desenvolvimento da América Latina, é importante frisar que todo governo é constituído por blocos de poder, não distinto neste caso. Os blocos de poder de um governo definem o padrão de desenvolvimento, uma vez que demonstram como os interesses das burguesias serão priorizados no interior do Estado (OLIVEIRA, 2014, p. 53).

A forma como o capitalismo se desenvolve numa época histórica específica, nos limites de um espaço nacional, é subordinada aos interesses da fração burguesa que hegemoniza o bloco no poder. A incompreensão de sua dinâmica prejudica a interpretação do modelo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2014, p.54).

No sentido de cooperação antagônica, característica do subimperialismo, as frações burguesas nacionais dos países intermediários, não podem contestar o imperialismo, pois estariam interpelando o próprio capitalismo, mas podem barganhar por melhores preços,

²⁰ NETO e PAULA (2015) descrevem a tentativa do Brasil de assumir o papel de paymaster da integração, com investimentos na América Latina, buscando o reconhecimento como liderança na região, através de políticas de promoção do desenvolvimento econômico-social e redução das assimetrias entre os países.

melhores acordos e áreas próprias para exploração, por exemplo (LUCÉ, 2007, p. 29). Para os países imperialistas é importante a existência destas nações intermediárias, pois seriam elas que preservam os interesses imperialistas no continente latino americano – no caso do Brasil – em troca de algumas concessões (LUCÉ, 2007, p.37).

Para Luce (2007, p. 45), “a política de integração regional do governo Lula atende não só a burguesia brasileira, mas ao capital estadunidense”. A IIRSA igualmente pode ser entendida dentro desse contexto, uma proposta oriunda do BID em 2000, o qual o Brasil assume protagonismo em desenvolver. Através do bloco os países sul americanos recebem investimentos para os setores de energia, infraestrutura, telecomunicações e transporte. Esses investimentos são oriundos do BID, da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Plata (FONPLATA), além do BNDES.

Neste sentido, a política do governo Lula e Dilma, promove os objetivos da agenda liberal na região, atendendo assim aos objetivos dos EUA e preserva o interesse das burguesias industriais nacionais, garantindo espaço para atuação das transnacionais, como no caso das indústrias de automóveis e até na produção agrícola, com grandes multinacionais americanas dominando o mercado, como a Monsanto e a Cargill.

Todos estes fatores corroboram com a demonstração do papel político e econômico subimperialista entre os países. O fato do Paraguai fazer fronteira com um país com características de uma economia subimperialista, frequentemente leva o país em fomentar políticas de atração do capital brasileiro na busca pelo crescimento nacional, sem embargo, isso fortalece a dependência entre ambos. No capítulo seguinte vamos analisar as políticas de desenvolvimento do Paraguai para de forma concreta avaliar os desdobramentos de uma relação com um país subimperialista.

3 - AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO PARAGUAI

Findada a Guerra dos três aliados, Brasil e Argentina mantiveram o controle econômico do Paraguai (GONZÁLEZ, 2010, p.24). No entanto, nos anos subsequentes a Argentina foi a principal parceira do Paraguai. Um dos motivos é decorrente da compra de terras do Estado por empresas de capital estrangeiro argentinas. “*Los yerbales pasaran a manos de consorcios argentinos y comenzó un tipo de explotación (...) verdadero esclavo*” (CARDOZO, 2015, p.115). Em outro momento, o autor ressalta que “*la venta de tierras públicas convirtió a capitalistas argentinos en los mayores propietarios del país*” (p.120).

Até o final dos anos 1880 a principal fonte de receitas do Estado paraguaio, como na maioria dos países latino-americanos, eram os impostos alfandegários. Esta fonte tinha seus limites “primeiro, porque implicava enfrentar-se com interesses muito fortes, e segundo, porque qualquer incremento de impostos estimulava o contrabando” (SCAVONNE, BREZZO, 2013, p. 145). Assim, novas políticas econômicas foram traçadas. Identificamos a primeira deste tipo em 1891, voltada à agricultura. Na ocasião, o governo paraguaio oferecia um prêmio para aqueles que cultivassem tabaco dentro dos parâmetros aceitos no mercado externo. Para isso cederam empréstimos aos camponeses através do Banco Nacional e se criou uma escola agrícola (ACOSTA, 2013, p.178).

(...) todos los gobiernos planteaban que deberían de buscarse medios para la creación de fuentes de trabajo, para ello se proponían proteger la agricultura, fomentar las tareas de campo, atraer a colonos agricultores que colaborasen en la diversificación de la producción. El fomento de las actividades generadoras de empleo implicaba la creación de instituciones de crédito, atraer capitales extranjeros para invertir en la agroindustria, como las del aceite, azúcar, tabaco, curtiembres, aserraderos a vapor etc (ACOSTA, 2013, p.147).

Acreditava-se que investindo na agricultura gerar-se-ia emprego e desenvolvimento, a indústria viria como consequência natural deste processo. Para o desenvolvimento da agricultura baseavam-se nos modelos dos países vizinhos que estavam relativamente bem-sucedidos nesta empreitada e por isso havia incentivos para a entrada de estrangeiros para investir na agricultura.

De uma proporção menor, o Paraguai se envolveu em outra guerra em 1932, agora contra a Bolívia. Os motivos do conflito eram de essência territorial, na disputa da região do Chaco. De acordo com González (2010, p.33), a Bolívia desejava se apropriar do território *chaquenho* por motivos econômicos: o governo boliviano acreditava na existência de petróleo naquele solo e necessitava garantir a navegação do rio Paraguai para obter acesso ao mar. Em 1935 houve o cessar fogo e em 1938 foi assinado um tratado de paz e limites entre os países, apesar do Paraguai ter saído vitorioso, com posse de 80% da área em disputa, representou perdas e desestabilização da economia nacional. A Guerra do Chaco custou aproximadamente 125 mil dólares, sendo apenas 5 mil oriundos de aportes externos. O Paraguai pagou toda sua dívida, no entanto ficou em colapso econômico e novamente com perdas humanas (CARDOZO, 2015).

Durante as décadas de 1940 e 1950, há um crescimento dos países não envolvidos nas Guerras Mundiais no cenário internacional. O Paraguai se beneficiou com o aumento da produção de gado, leite, grãos e algodão. Neste processo, González (2010, p.41) cita a importância das colônias alemãs e japonesas. Os primeiros trouxeram técnicas relacionadas ao processo de lácteo, sendo responsáveis naquele período por 75% da produção leiteira do país. Já os japoneses apresentaram avanços na qualidade da vida alimentícia. A imigração coreana, datada com início na década de 1960 e com um fluxo maior na década de 1970, reflete em avanços no comércio, desde o ramo têxtil até supermercados.

Houve tentativas para trazer outros imigrantes europeus, mas fracassaram, já que a “situação geográfica do país e o escasso dinamismo socioeconômico do período de pós-guerra não estimulavam a chegada de grandes contingentes de imigrantes, como ocorria, por exemplo, na Argentina, nesses mesmos anos” (SCAVONNE, BREZZO, 2013, p. 104).

A partir da década de 1950 vemos mais presente a figura dos EUA nas políticas latino-americanas. Durante o governo do presidente americano John F. Kennedy se instituiu o programa de desenvolvimento econômico para América-Latina, “Aliança para o Progresso”. Aprovado pela Organização dos Estados Americanos – OEA, previa um aporte de vinte milhões de dólares para a região latina, sendo o Paraguai um dos beneficiados (GONZÁLEZ, 2010, p.45). Estas ajudas econômicas se davam na forma de empréstimos com algumas condições atreladas, caracterizavam-se como: “*préstamos cuantitosos para la infraestructura y asistencia técnica en agricultura y salud*” (GONZÁLEZ, 2010, p.35).

Igualmente é possível identificar a presença dos EUA na consolidação de políticas monetárias do Paraguai. Como a criação do Banco del Paraguay em 1944. De acordo com Gonzalez, (2010, p.36): “*Esta reforma monetária fue ... llevada a cabo com la colaboración*

del Dr. Robert Triffin de la Reserva Federal de los Estados Unidos”. A autora destaca que a segunda reforma monetária foi em 1952 com a criação do *Banco Central del Paraguay*, este processo contou igualmente com a influência e intervenção técnica do FMI e da Reserva Federal dos Estados Unidos (GONZALEZ, 2010, p.37).

Baseado nos princípios da escola cepalina, o Paraguai iniciou a elaboração de planos de desenvolvimento econômico através da Secretaria Técnica de Planejamento, instituída pela Lei nº 841/62. Os programas incluía metas para:

producir más y mejor y englobada en una meta de exportar más como línea general para crear las condiciones favorables de la economía nacional y lograr ventajas competitivas en el mercado internacional [...] se apoya el modelo de crecimiento hacia afuera basado en una política selectiva de exportaciones e industrialización progresiva de los productos agropecuarios exportables (GONZALEZ, 2010, p.47).

Buscou-se, portanto, uma política envolvendo o comércio exterior como prioridade. Frisamos que neste período o setor industrial correspondia a apenas 16% do PIB nacional, destes, 50% advinham da agricultura (GONZÁLEZ, 2010, p.47).

Após alguns anos de uma preponderância argentina e um Brasil mais retraído, o Brasil apresenta novamente um papel ativo na governança paraguaia a partir da década de 1950, objeto de análise da nossa próxima seção. Anibal Orue Pozzo (2015, p.134-137), descreve que a aproximação entre os países se deu a partir da visita do presidente brasileiro Getulio Vargas ao Paraguai em agosto de 1941 e uma série de estratégias brasileiras, “*de una manera muy hábil, la diplomacia brasilenã hace un guiño geopolítico y de seducción diplomática*”, nesse trecho o autor refere-se a uma ação do Ministério de Relações Exteriores brasileiras, o qual, pedindo a liberação de um preso político, conquistou a simpatia do partido Liberal paraguaio, até então ligado a Argentina.

A questão da emigração brasileira para o Paraguai, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e a mais recente Lei da Maquila são temas de debate controversos entre os países. Veremos como alguns destes episódios são apresentados de forma distinta pela mídia brasileira e paraguaia e faremos uma análise crítica dos motivos para estas diferenças.

3.1 – Latifundiários x Lugo: uma representação da disputa de poder

Cardozo (2015, p.114), descreve no período de 1873 a influência brasileira e argentina na política nacional paraguaia: “neste período caótico existia a intervenção clara destes Estados nas lutas civis, para sufocar revoluções ou para impor soluções”. Poderíamos facilmente transpor essa citação para um momento mais recente. Neste capítulo, vamos analisar a destituição do presidente Lugo, como um movimento intervencionista do grupo de latifundiários, essencialmente brasileiros, que vivem no Paraguai e o papel da mídia nesse processo.

Uma das características peculiares do Paraguai é a centralização econômica em certas áreas geográficas estratégicas que compreendem as zonas fronteiriças e as zonas produtivas (GONZÁLEZ, 2010, p.40). Normalmente estes espaços de fronteira são menos desenvolvidos e habitados, como se observa no Brasil. No Paraguai a situação é distinta, porque no início da década de 1960, quando o ditador Gen. Stroessner estava no comando do país, na tentativa de gerar uma base de apoio a seu governo, se desdobrou em uma política de venda de terras para estrangeiros. O Brasil nesse momento passava por um processo de modernização da agricultura e os preços das terras no Oeste do Paraná estavam elevados, levando muitos agricultores a vender um pequeno pedaço de terra no Brasil e adquirir com o mesmo valor uma porção maior no Paraguai.

La alianza económica de estos terratenientes brasileños con grandes trasnacionales de Europa y EE.UU. induce a comprar miles y hasta millones de hectáreas en los estados brasileños fronterizos con el Paraguay. Durante la presidencia de Stroessner se modificó, en 1963, el Estatuto Agrario vigente desde 1940, levando la prohibición de venta de tierras fronterizas a extranjeros en una franja de 150 kilómetros desde el limite hacia el interior del país (GONZÁLEZ, 2010, p.40).

Com o objetivo de compreender esse contexto de compra de terras no Paraguai por brasileiros, vamos explorar o contexto histórico dos países. Na década 1940, o Brasil estava na Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Novo porque se propunha a uma política distinta da anterior, onde dentre outros programas se instituiu a Marcha para o Oeste. Tal programa está no marco dos planos de desenvolvimento nacional, além de investir em transporte, energia,

indústria e agricultura, tinha o objetivo de ocupar e desenvolver o interior do país, igualmente buscava explorar as riquezas até então inexploradas e defender a soberania nacional.

O governo tinha criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP em 1939, com o propósito de difundir a ideologia do Estado Novo e de divulgar as ações governamentais. Na Imagem 01 podemos ver uma das maneiras pelo qual o Estado se utilizava da mídia para promover seus ideais. Vários homens, aparentemente bem vestidos olhando para o Oeste como uma perspectiva de futuro promissor. Se neste período o vínculo do Estado com a mídia é evidente e transparente, após a ditadura o laço não se desfez, permanece forte, mas é escuso e normalmente com interesses ocultos.



Marcha para o Oeste

Figura 1: Divulgação estatal do programa Marcha para o Oeste. Fonte: Garfield (2014).

As músicas eram outra ferramenta utilizada naquele período ditatorial para expressar pensamentos, assim, a Marcha para o Oeste aparece como nome de música de Carlos Galhardo em 1938, grande cantor da rádio brasileira da época, a letra da música expressa o sonho de ganhar milhões com a ida para o Oeste, demonstrando como o tema estava presente no cotidiano da população.

No entanto, a Marcha para o Oeste não foi um processo natural e simples. O interior do país era ocupado por diversas tribos indígenas e as frentes de expansão encontraram forte resistência, resultando na morte e extermínio de várias dessas comunidades. Alguns lugares, onde não houve demasiada resistência – ou uma atuação mais agressiva -, tiveram uma ocupação maior, tal foi o caso do Oeste paranaense, que até meados de 1950 era praticamente inabitada.

A política de marcha para o Oeste foi resultado de um processo iniciado com o Plano Lafer de Getulio Vargas, o qual, como já mencionamos, instituiu-se um ambiente de planificação para o desenvolvimento, fortemente aliado aos EUA através da comissão mista Brasil-EUA formada durante seu governo. Juscelino Kubitscheck, através do Plano de Metas, efetiva os projetos já realizados pela comissão, com financiamento dos EUA, desencadeando um processo de modernização e industrialização. Exemplo disso é a construção de Brasília em 1956 com o propósito de promover a interiorização. Um dos setores altamente impactado pelas metas estabelecidas, é a agricultura, o governo liberou crédito e articulou ações que promovessem a modernização e industrialização agrícola, momento histórico, conhecido como “revolução verde”.

No entanto, a cessão de créditos era um processo seletivo, agindo pelo interesse do grande capital, principalmente multinacional – ressaltamos que neste período se observa mundialmente a etapa de internacionalização do capital, como demonstramos no capítulo anterior - cada vez mais conformando a formação de grandes latifúndios nas mãos daqueles que possuíam condições para incorporar as novas tecnologias (SILVA, 2010, p.123). Apesar desse momento, é importante considerar que a burguesia nacional estava se consolidando e se tratava de grupos vinculados ao setor agrário, com estreita relação com as economias centrais.

Aqueles pequenos agricultores que não conseguiam se alocar dentro do novo processo de modernização e industrialização precisavam migrar, assim muitos desistiram do campo e foram para as cidades, outros se atentaram para a possibilidade de vender suas terras no Brasil e comprar uma quantidade muito maior no Paraguai, iniciando o ciclo de imigração para o país vizinho.

Todavia, não se pode categorizar todo o movimento de imigração de brasileiro para o Paraguai como homogêneo. É importante diferenciar o pequeno produtor brasileiro “expulso” do país pelo ciclo modernizador existente na década de 1960, do grande latifundiário que busca no Paraguai uma alternativa para expansão da produção e acúmulo de capitais. Albuquerque (2010, p. 61) menciona que este movimento migratório ocorreu por diversos fatores:

- 1) a aproximação política entre Brasil e Paraguai; 2) o movimento migratório espontâneo; 3) a política de incentivo à imigração brasileira por parte do governo paraguaio; 4) os deslocamentos populacionais para construção de Itaipu e 5) o *boom* do comércio fronteiriço nas duas últimas décadas.

Wagner (1990, p.9), descreve o processo de migração de camponeses brasileiros para o Paraguai como articulado entre ambos os países e meticolosamente pensado. Para o Brasil

seria cômodo a presença de brasileiros naquele território, garantindo que seus interesses e os acordos entre os países seriam respeitados. O Paraguai seria beneficiado pela vinda de força de trabalho altamente especializada colocando o país em uma posição de destaque internacional no mercado de grãos. Assim, novamente para clarificar o contexto, vamos compreender o processo histórico paraguaio.

O Paraguai tinha recentemente saído da Guerra do Chaco com a Bolívia, motivada por questões territoriais. Em 1947 sofreu com uma Guerra Civil, fito do desentendimento político entre grupos de poder. Assim, verifica-se uma grande instabilidade política e uma preocupação com a ocupação do território para demarcação dos limites e preservação da soberania do Estado.

[...] la política de colonización del área se encuadre dentro de la Doctrina de Seguridad Nacional que implementa, entre otras, la tesis de los cercos vivos, frente a una situación de inestabilidad política como es la que caracterizaba en la época, principalmente al Gobierno paraguayo (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 21).

Como forma de ocupar estes territórios fronteiriços surge um movimento conhecido como *La Marcha hacia el Este*. O nome não é a única semelhança com o projeto brasileiro, o objetivo era igualmente ocupar e desenvolver o interior do país “*Stroessner, con el apoyo estratégico del Brasil, decide implementar la así llamada “Marcha hacia el Este” que respondía a la “preocupación del Gobierno para desplazar la población al interior de la República a los efectos de la explotación de nuevas tierras”* (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 21). Foi neste momento que muitas cidades foram criadas, como as mais conhecidas na fronteira, Minga Guazu, e Cidade do Leste.

Porém, a situação do Paraguai era bastante distinta da brasileira, não estavam no processo de modernização da agricultura ou na etapa de monopólio do capital. Estavam no estágio incipiente da produção agrícola, assim, acreditava-se que trazer capital humano especializado seria a chave para o desenvolvimento agrícola e a industrialização seria consequência natural.

En la década de los años cincuenta, la mayoría de la población vivía en el ámbito rural y únicamente el 20% de la misma estaba clasificado como perteneciente al sector urbano. El medio rural tenía pocos vínculos con la política nacional y escaso interés en ella, pues esa gran mayoría vivía aislada por falta de medios de comunicación y se dedicaba a rudimentarias actividades económicas, salvo en las raras ocasiones en que era movilizaba por los líderes políticos. Las actividades industriales eran casi inexistentes y

los rubros de exportación eran, en su mayoría, extractivos, lo cual limitaba poderosamente las actividades económicas (VERA, 2013, n.p.).

O país sentia os impactos da instabilidade política, os setores econômicos não tiveram grandes avanços e a agricultura estava dividida entre latifúndios estrangeiros (argentinos e ingleses) e produção familiar. Assim, a alternativa vista pelo Gen. Stroessner foi a venda de terras para colonos brasileiros, com campanhas e divulgação das terras baratas e produtivas disponíveis no Paraguai.

Están por un lado, las razones de orden político-militares que se concentran en una decisión estatal de emprender el poblamiento de tierras vírgenes fronterizas con el Brasil en un esfuerzo por la integración regional del capitalismo en expansión, creando polos de desarrollo regionales que estimularan la ampliación de la frontera agrícola (PALAU, HEIKEL, 2016, p.21).

Ademais, a aproximação geopolítica do Brasil com o Paraguai visava diminuir a influência e hegemonia argentina na região, igualmente fazia parte de uma política externa voltada para aumentar a hegemonia regional, além disso, ambos países se encontram em regimes ditatoriais. Podemos notar diversas ações do governo brasileiro corroborando nisso, a primeira vista do presidente brasileiro ao Paraguai em 1941, a abertura de uma filial do Banco do Brasil em Assunção em 1941, o perdão da dívida da Guerra em 1942 e diversas ações de apoio cultural e militar no país.

Nas próximas décadas várias ações concretas de integração começaram, como foi o caso da rodovia que liga Assunção a Foz do Iguaçu e ao porto de Paranaguá, a construção e cessão de um espaço no Porto de Paranaguá para escoamento de produtos paraguaios (1956), – até esse momento o Paraguai estava totalmente dependente da Argentina para escoamento de sua produção – ; a Ponte Internacional da Amizade (1965) e a Itaipu (1974-83), (ALBUQUERQUE, 2010, p.62).

Atualmente, de acordo com estimativa do Ministério das Relações Exteriores – MRE, em 2014 cerca de 350 mil brasileiros viviam no Paraguai²¹, segunda maior concentração de brasileiros no exterior, atrás apenas dos Estados Unidos. Estes brasileiros respondem por 90% das 7 milhões de toneladas anuais de soja do país e são alvo de uma grande luta interna dentro

²¹ Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-brasileiras-mundo-2014/Estimativas-RCN2014.pdf>, acesso em 10/07/2018.

do Paraguai pela distribuição de terras. Neste sentido, Pedroso (2016, p.101) denuncia que o Paraguai é dominado por uma elite rural, a qual determina políticas e aumenta as desigualdades no país. Além disso, aponta que quando houve uma tentativa de questionar o crescimento das desigualdades, rapidamente foi organizado o golpe parlamentar de 2012.

No mesmo sentido, Pedroso (2016, p.91) descreve o Paraguai como uma extensão produtiva do Brasil.

La presencia de capital y empresarios brasileños, se expresa en el acaparamiento de tierra básicamente en los departamentos fronterizos. En el departamento de Alto Paraná en el 2008 el 62,5% de la fincas mayores a mil hectáreas era de extranjeros, de los cuales el 55% era de brasileños; en Canindeyú la proporción de brasileños entre los propietarios de más de mil hectáreas llegaba al 60% (PEDROSO, 2016, p. 90).

A grande migração de brasileiros suscitou a formação de comunidades destes no Paraguai. Albuquerque (2010) realiza uma pesquisa metódica sobre os migrantes brasileiros no Paraguai. Em seu livro “A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai” relata haver muitas cidades com predominância brasileira, além do fluxo diário de pessoas que apenas trabalham no Paraguai, existem grupos que se incorporam em todos os âmbitos nacionais, inclusive político, com a existência de vereadores e até prefeitos brasileiros no país, como já mencionamos, não existe apenas uma categoria de migrantes brasileiros proprietários de grandes porções de terras, existem também aqueles que trabalham como empregados, mas o fulcro de análise deste capítulo é a categoria dominante, ou seja, o grande latifundiário – brasileiro – do Paraguai.

3.1.1 O conflito por terras no Paraguai

O espaço ocupado por estes brasileiros é constante alvo de disputas, isso porque alega-se que grande parte das terras vendidas no período da *Marcha hacia el Este* para estrangeiros pertenciam ao governo paraguaio e foram repassadas de maneira ilegal, na ditadura do Gen. Stroessner, aos latifundiários brasileiros. Em grande medida, o movimento camponês paraguaio luta pela redistribuição das terras que hoje se encontram concentradas nas mãos de

grandes produtores de soja (CARDIN, 2011; SPRANDEL, 1992). O período da Ditadura é visto como:

El proceso de mayor sometimiento, tanto a los intereses norteamericanos como al subimperialismo brasileño, se intensifica durante la larga dictadura del Gral. Stroessner. El régimen autoritario deja un modelo productivo dependiente de los intereses brasileños, las fronteras vivas descriptas y la fuertísima presencia brasileña en el territorio y en la economía nacional (PALAU, 2016. p.109).

O conflito de Curuguaty em 15 de junho de 2012 e a consequente destituição do presidente Fernando Lugo foram consequências de tais disputas fundiárias. Este episódio é enigmático e possui diferentes versões. Vamos analisar como a mídia paraguaia retrata o conflito de terras através de matérias *online* dos jornais: *Ultima Hora - UH, ABC Color – ABC, La Nación* e o correspondente paraguaio do jornal espanhol *El País*. Para facilitar a compreensão os trechos retirados das reportagens das mídias paraguaias apresentadas na sequência serão traduzidos por nós.

Palau e Heikel (2016, p. 19) quando tratam do processo no início do século XX de venda de terras públicas paraguaias reforçam a formação da grande propriedade em função disso, como é o caso da empresa Industrial Paraguaya S.A. De acordo com os autores, ela sozinha adquiriu 2.647.727 hectares, equivalente a 5% de todo território nacional. Esta empresa, no entanto, mais tarde vendeu suas terras. Aproximadamente 70.000 hectares foram para Blas N. Riquelme e 2.000 hectares foram doados de volta para o Estado, espaço então destinado a Armada Nacional até 1999.

Estas terras do Estado foram ocupadas por movimento dos sem terras como pedido de reforma agrária. O espaço ficou conhecido como Marina Kue, que significa “onde foi a marinha”. Riquelme, empresário, dono de um dos maiores grupos empresariais do país, vinculado ao partido colorado, ocupava a 8ª posição dos mais ricos do país, alegou usucapião das terras e pediu o título de posse em 2004. Apesar de não ser possível demandar usucapião de terras do Estado, ele conseguiu – provavelmente através de suborno – os títulos de posse.

O jornal *Ultima Hora*²², discorrendo sobre o evento, reforça que no Decreto 29.366 de 1967 o Estado aceita a doação de 2 mil hectares da empresa *La Industrial Paraguaya S.A* a favor da Armada Nacional e que em 2004 estas terras são declaradas de interesse social e passam para as mãos do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT).

²²Disponível em: <https://www.ultimahora.com/camacho-pide-que-jurado-investigue-actuacion-magistrados-caso-curuguaty-n537725.html>, acesso em 14/07/2018

Sobre o assunto, a Comissão da Verdade e Justiça (CVJ), em seu relatório final publicou algumas das irregularidades encontradas em relação ao repasse de terras do Estado no período da ditadura, nota-se que o relatório foi publicado em agosto de 2008, anterior ao conflito e já cita nominalmente o “proprietário” das terras em questão:

De ahí que se exponen a manera de ejemplo algunos casos representativos. Se podrían mencionar algunos casos que obran en la Procuraduría General de la República sobre las adjudicaciones a personas no beneficiarias del Estatuto Agrario, como el general Roberto Knopfmacher, el general Otello Carpinelli Yegros, el empresario y ex senador Blas N. Riquelme, el ex dictador nicaragüense Anastasio Somoza Debayle, así como los casos obrantes en los archivos del INDERT sobre algunas Seccionales del Partido Colorado. Así también se podrían mencionar los casos representativos obrantes en el INDERT de Milton Machado y el general Galo Leongino Escobar, que son adjudicaciones a un mismo beneficiario de más de un lote geográficamente disperso (RELATÓRIO FINAL CVJ, 2008, p.75, grifo nosso).

Em 2012, os grupos camponeses ocuparam esta propriedade em Curuguaty, na luta pela reforma agrária. No entanto, um grupo de policiais fortemente armados, acompanhados da *fiscalía*²³, foram ao local com ordens de desocupá-lo. O que ocorreu após este momento é alvo de muitas controvérsias.

“A Ganância por Terra no Paraguai” é o título da matéria do dia 02 de março de 2017 do *El Pais* de Santi Carneri²⁴. Nela são trazidos dados apontando que 2,5% da população concentra 85% das terras agrícolas e apenas 6,3% se destina ao cultivo de produção familiar camponesa. Também demonstram que o preço das terras aumentou seis vezes seu valor no período de 2004 a 2014.

“Avancem! Avancem! Avancem! ”. Assim gritava o chefe de um batalhão de 150 policiais, com escudos, capacetes, cassetetes e armas frente a uma assembleia de aproximadamente 50 camponeses” (CARNERI, 2017, n.p). O jornal ABC Color relatou que havia o contingente de 250 homens do Grupo Especial de Operações (GEO) e 150 acampados, ou como eles se referem, invasores²⁵. O objetivo não era conversar, mas o uso da força. Trabalhadores que estavam lá contam na reportagem que a abordagem foi agressiva sem

²³ Órgão equivalente ao ministério público brasileiro.

²⁴ Reportagem disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/02/07/planeta_futuro/1486488199_675583.html, acesso em 13/07/2018.

²⁵ Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/dantesco-enfrentamiento--en-colonia-de-curuguaty-414759.html>, acesso em 14/07/2018

qualquer espaço para diálogo. Mencionam o fato da região estar a apenas 80km da fronteira com o Brasil e ser destruída e usurpadas por latifundiários brasileiros (CARNERI, 2017, n.p).

Uma reportagem do jornal *El País* descreve a fala de um agricultor paraguaio: “Com a conivência da *fiscalía* e da polícia nacional os brasileiros vem e destroem nossas plantações e nossas casas. Depois vem os capacetes azuis a nos pegar e roubar o que nos resta”. Essa fala retrata como o subimperialismo brasileiro é visto no país. Os grupos de poder destes latifundiários brasileiros possuem influência a tal ponto que o próprio Estado utiliza sua representação legítima para defesa do interesse do capital, mesmo que para isso seja necessário sacrificar seu povo.

A polícia alegou que atuava a mando da *fiscalía* que afirmou que os camponeses ocupavam ilegalmente terras de brasileiros. Também acusam os trabalhadores de entrar nas plantações de soja dos brasileiros para bloquear o acesso de suas máquinas e impedir que passem os agroquímicos (CARNERI, 2017, n.p).

Novamente nesta passagem demonstra-se que a polícia e o ministério público, ou seja, a justiça paraguaia atua em favor dos interesses dos latifundiários. Isso vai justificar o ocorrido nos dias seguintes ao episódio de Curuguaty, o golpe parlamentar que destituiu Lugo.

O caso de Curuguaty não é exclusivo. A CVJ em seu relatório analisou 200.705 títulos de terra que correspondem a um total de 8.731.813 hectares, destes 7.851.295 hectares apresentaram irregularidades (RELATÓRIO FINAL CVJ, 2008, p.72). O conflito na colônia de Guahory, é outro exemplo sólido. Esta disputa é diretamente entre brasileiros que clamam a propriedade das terras e o movimento dos sem terras que reclamam as terras como estatais para distribuição na reforma agrária, de acordo com dados da *Coordinadora de Derechos Humanos de Paraguay* (Codehupy) disponibilizados na matéria, os camponeses paraguaios teriam pagado por essas terras, mas os produtores brasileiros teriam pago somas milionárias para executar a desocupação.

(...) os produtores de soja aproveitam seus altos ingressos para comprar membros fáceis da *fiscalía*, polícia e nos juizados locais. O sistema judicial coloca então à disposição deles centenas e milhares de funcionários públicos para desalojar as famílias camponesas (CARNERI, 2017, n.p).

De forma antagônica, o governo paraguaio, ao se referir aos conflitos entre paraguaios e brasileiros, alega que estas propriedades são legítima posse dos brasileiros, como vemos na

fala do representante do INDERT, Justo Cárdenas em reportagem ao UH, “todos os brasileiros que receberam títulos em Guahory, o fizeram antes de 2004”. Ele faz menção ao período, pois em 2005 houve uma Lei que proibiu a venda de terras fronteiriças para estrangeiros dos países limítrofes. Sobre a atuação da polícia contra os trabalhadores Cárdenas fala: “A polícia fez sua tarefa, isso ocorre aqui, na Espanha, Suécia, Estados Unidos ou onde você quiser”, legitimando a atuação destes. Em outra reportagem, do jornal ABC Color, Cárdenas assevera: “O Estado paraguaio não pode desconhecer títulos que em algum momento entregou porque vai gerar um caos jurídico dificilmente ordenável”²⁶.

Regressando ao evento de Curuguaty, quando a polícia chegou no local para executar a desocupação, houve disparos de uma arma automática - até hoje não se tem provas em relação a procedência ou origem destes disparos - sendo que um dos tiros acertou o chefe da polícia presente. As informações da polícia são de que estas armas pertenciam ao grupo de camponeses. Esse foi o estopim para o final trágico da morte de 11 camponeses e 06 policiais. Até o momento os julgamentos geraram punições apenas para os camponeses, nenhum policial ou representante do Estado foi responsabilizado pelo ocorrido. Fator que não revela excentricidade, uma vez que as ações foram executadas a mando do Estado para defesa dos interesses dos grupos dominantes, dentro do contexto já mencionado, de corrupção e parcialidade dos setores legais nacionais.

Outro ponto importante é posterior a investigação. Logo após o evento, antes do processo de impeachment, Lugo havia criado uma comissão para investigar o sucedido. Após sua deposição, o novo presidente, Frederico Franco, cancelou a comissão alegando em entrevista divulgada no Portal do G1: "Não faz sentido criar uma comissão. Existem as instituições jurisdicionais, vamos colaborar, vamos nos oferecer como governo para cooperar com a Justiça, com o Ministério Público e vamos tentar esclarecer e, é claro, punir os responsáveis por esse massacre"²⁷. As instituições a que se refere Franco são justamente aquelas envolvidas no conflito, a *fiscalía* foi quem não só autorizou a restituição de posse, como estava presente no dia. Assim, fica o amplo questionamento sobre a parcialidade das investigações.

A parcialidade fica mais evidente quando analisamos o impeachment do então presidente Fernando Armindo Lugo de Méndez. Ex bispo católico, Lugo foi o primeiro presidente a romper com os longos 61 anos colorados de governo, considerado como de

²⁶ Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/rechazan-populismo-en-caso-guahory-1445507.html>, acesso em 13/07/2018.

²⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/presidente-do-paraguai-cancelara-comissao-investigadora-da-recente-matanca.html>, acesso em 14/07/2018.

esquerda, o bispo dos pobres – como também ficou conhecido – tinha na sua campanha ideais como: a reforma agrária, a negociação do tratado de Itaipu e o combate às desigualdades sociais no país. Esta pauta não reflete o interesse do capital ou das classes hegemônicas, talvez o fato da maioria da população paraguaia não fazer parte deste grupo foi o que o elegeu presidente.

O jornal paraguaio UH, em matéria divulgada em 19 de junho de 2012²⁸, discorre sobre os favorecidos pelo “massacre”: “esta matança favoreceu os latifundiários, pecuaristas e sojeiros, nacionais e estrangeiros, que temem perder suas terras mal obtidas. Talvez pensaram que com este castigo desapareceriam para sempre os que exigem terras para reforma agrária integral”. Se referindo a deposição de Lugo como um recado para qualquer tentativa de reforma agrária no futuro.

O interesse da maioria da população dificilmente é considerado frente o interesse do capital. Assim, o ocorrido em Curuguaty foi usado como pretexto para se orquestrar o golpe parlamentar. A alegação da Câmara dos Deputados para o processo de impeachment era a de que o presidente estaria desempenhando mal suas funções, apelando para a notoriedade pública dos fatos ocorridos para esvair-se da apresentação de qualquer prova. Recordando que para um processo de impeachment requer-se que o presidente tenha cometido alguma ilegalidade, por isso consideramos o processo como um golpe parlamentar. Além disso, o presidente teria não mais que duas horas para sua defesa diante do Senado. O processo foi comunicado no final do dia 21 de junho, acarretando um tempo de aproximadamente 17 horas para preparar a defesa. Um julgamento que levou menos de 24 horas para decidir a destituição de um presidente eleito pelo povo, deixa uma mensagem óbvia sobre para quem e como se administra o país.

Apesar do evento de Curuguaty ter sido utilizado como máscara para a ação de destituir o presidente, acreditamos que já se pensava nesta possibilidade muito antes, em razão do interesse de Lugo em realizar uma reforma agrária. Um exemplo disso pode ser visto na reportagem do jornal brasileiro Folha de São Paulo veiculado em 08 de junho de 2008²⁹. A reportagem menciona: “A vitória do esquerdista Fernando Lugo na eleição presidencial do Paraguai e suas promessas de reformulação da estrutura fundiária criaram um clima de permanente tensão nos departamentos (Estados) agrícolas do país vizinho” (MASCHIO, 2008, n.p).

Muitas incongruências são observadas na maneira em que o Brasil se posiciona com a situação, por um lado, o Senador Álvaro Dias (PSDB) visita o Paraguai e faz reunião com os agricultores afetados pela ameaça de reforma agrária, também se reúne com o novo Presidente,

²⁸ <https://www.ultimohora.com/matanza-curuguatya-quien-favorece-iii-n537855.html>

²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0806200814.htm>, acesso em 14/07/2018.

Federico Franco, em 06 de julho de 2012 – menos de um mês após o impeachment – com o discurso de que pleiteará internamente para o Brasil reverter a decisão de aceitar a Venezuela no bloco³⁰. Por outro lado, o Estado oficial, sob governança de Dilma Rousseff, referenda a decisão de suspender o Paraguai do Mercosul, embora contrária a qualquer sansão econômica ao país. Paradoxo que reverbera a contradição interna no Brasil de disputa entre as distintas categorias pela defesa dos seus interesses.

Essas ações pontuais do Estado brasileiro, não anulam a característica subimperialista do país. Requer-se uma visão macro da situação, recordando que o subimperialismo não é uma política maquiavélica de dominação do outro, mas uma categoria atribuída a uma nação que reúne as características expostas no segundo capítulo. O fato de o Brasil possuir uma economia intermediária é o que possibilitou a expansão para outros territórios, no movimento natural do capital – para frente. A presença desse capital brasileiro no Paraguai garante que seus interesses sejam preservados, além disso, solidifica uma relação econômica de exportação de soja, cujo principal destino é o Brasil, indicando transferência de valor, outra marca do imperialismo, ao observar que no plano interno, a transferência de valor ocorre de capitais de menor porte em direção aos capitais dependentes que se tornaram monopolistas em associação ao capital estrangeiro.

Assim, o que observamos na ação do Brasil, é que ele não age necessariamente contra ou a favor de um Estado, mas sim aos interesses de elites, em constante disputas internas. Alocado no sistema capitalista dependente, o Estado busca fortalecer a fração de classe detentora dos meios de produção. Isso faz com que em alguns momentos, ações sejam controversas, reflexo das distintas alianças com essa burguesia, necessárias para a governamentalidade de um país.

Tal situação não é distinta no caso paraguaio, onde partido Colorado possui estabilidade na política e preserva o interesse da classe hegemônica. Lugo rompeu com os longos 61 anos de governo Colorado, no entanto, autores como Neto (2015) e Anibal O. Pozzo (2015) refletem sobre a governamentalidade do presidente Lugo, pois apesar de haver uma mudança nas urnas, o Legislativo e o Judiciário permaneceram sob comando do Partido Colorado. A forte oposição colorada e burguesa para consecução de objetivos, atrelados a situações políticas, como a negociação de Itaipu – que descontentou a base aliada e enfraqueceu o presidente –, encaminhou para o golpe parlamentar de 2012. Os latifundiários e beneficiados pela agricultura

³⁰ O Paraguai havia se manifestado contrário a entrada da Venezuela no bloco em outras oportunidades.

no país nesse momento se aliam aos interesses brasileiros para o interesse mútuo. É distinta a atuação da mídia, no entanto, quando retratam o embate entorno da Itaipu.

O que observamos da análise da mídia é que os jornais ABC Color e Última Hora, dois dos principais jornais paraguaios, trabalham dentro da perspectiva hegemônica dos fatos, em favor dos interesses dos latifundiários, percebe-se isso pela escolha da lente pelo qual retratam os fatos. As histórias destacam os policiais feridos, defendem o dever de atuação do Estado para preservar o oficialismo, enquanto o jornal *El país* e *La Nación*³¹ falam do “massacre de Curuguaty” o jornal ABC, e UH se referem ao “caso de Curuguaty”, assim como raramente utilizam o termo campesino, se referindo aos acampados como invasores.

É curioso o fato que na pesquisa, quando se busca informações sobre o caso na internet, as principais matérias encontradas são do jornal ABC Color e do Última Hora, ambos retratando a narração dos fatos na versão do Estado, com um enfoque nas mortes dos policiais e alegando que o estopim dessas mortes foi em virtude do disparo da arma por parte dos invasores, mesmo sem provas para tal. As informações e análises mais completas do evento são encontradas em sites de ONGs e de mídia externa, inclusive de representantes dos Direitos Humanos do Paraguai e do mundo.

Para corroborar nisso vejamos a matéria do dia 03 de setembro de 2012, onde o UH estampa o título “Suas Últimas Horas, em Curuguaty”³², esta reportagem é sobre o desejo do ex-senador Riquelme em passar as últimas horas de vida nas terras de Curuguaty. Denotam a benevolência do sujeito através de doações monetárias para e oferta de churrasco para os trabalhadores e suas famílias.

O ABC se refere aos campesinos como mais que um grupo de sem terras, um grupo fortemente armado e organizado capaz de proferir um golpe mortal a forças policiais regulares³³. Há a evidente tentativa de desqualificar o movimento culpabilizando os campesinos envolvidos. Em várias outras reportagens mencionam o fato de os policiais serem mortos por este grupo e ainda ressaltam que o conflito abarcou pela ação do grupo de invasores. A própria qualificação desta categoria como invasores já reflete a posição do jornal.

A posição tomada pelos jornais ABC Color e Última Hora se tornou mais inteligível após conhecer a propriedade de tais jornais. Para compreender o contexto vamos examinar a notícia do jornal *La Nación* veiculada em 21 de maio de 2016. Nela são divulgados os principais

³¹ Nesse jornal foram encontradas poucas reportagens sobre o assunto.

³² Disponível em: <https://www.ultimahora.com/sus-ultimas-horas-curuguaty-n557360.html>, acesso em 14/07/2018

³³ Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/arp-responsables-son-mas-que-simples-sintieras-414521.html>, acesso em 14/07/2018

pagadores de impostos do Paraguay. Os três primeiros são: grupo Cartes de **Horacio Cartes**, A.J. Vierci de **Antonio Vierci**, o grupo Penta, propriedade de **Aldo Zuccolillo** e as empresas dos **Riquelme**. Esse último nome já aventamos anteriormente, quando tratamos do massacre de Curuguaty, e o restante? Aliás, qual a relação destes grandes empresários com a imprensa nacional paraguaias?

O grupo de Cartes é composto pela Tabacalera del Este SA, Tabacos del Paraguay SA, Bebidas del Paraguaya y Distribuidora del Paraguay SA. Horacio Cartes – do partido Colorado –, um dos sócios do grupo, foi eleito presidente do Paraguai em 2013, logo após a destituição de Lugo. Em 2015 o grupo Cartes comprou o Grupo Nación de Comunicaciones, da qual faz parte, entre outros, o jornal *La Nación*. Apesar do evento de Curuguaty ser anterior a compra do jornal, justificando o número reduzido de matérias sobre o assunto disponível *online*, é crucial observar a vinculação política e econômica com esse meio de comunicação.

O grupo A.J Vierci é proprietário de uma infinidade de empresas de vários setores, industrial, agropecuário, de serviços e de mídia. Grandes nomes como Burger King – o direito no Paraguai, Uruguai e estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo no Brasil – O Boticário, Superseis são deles. Dentre as empresas de comunicação de sua propriedade está o jornal paraguaio *Ultima Hora*.

Já Aldo Zuccolillo, é proprietário, dentre outras empresas, da Editorial Azeta SA, a razão social pode parecer desconhecida, mas o nome fantasia certamente é conhecido, *ABC Color*, um dos principais veículos de comunicação do Paraguai.

Os três principais meios de comunicação do Paraguai são de propriedade dos principais pagadores de impostos do país, ou seja, dos maiores empresários da nação. O interesse dessa burguesia é nítido, para eles a acumulação de riqueza é prioridade e para isso a união com grandes latifundiários e a presença do capital – independente da nacionalidade - é indispensável para o sucesso econômico. Além disso, as relações comerciais com o Brasil são importantes, sendo necessário preservar os negócios com essa nação, através de uma relação serena, mesmo que para isso seja imperativo defender o interesse brasileiro em detrimento do próprio povo. Deste modo, a forma como a informação é disponibilizada pela mídia é um reflexo da organização estrutural nacional. Sendo que os grupos de capital hegemônicos exercem influência não só na economia, mas também na política e na mídia.

Ludovico Silva (1975) analisa o papel da mídia na formação ideológica e cultural das pessoas e afirma que um indivíduo recebendo continuamente uma gama de informação passará a acreditar naquilo como verdade. Assim, entendemos que a mídia possui um papel fundamental na formação ideológica e de consciência da população. Um agravante a situação, conforme

Silva (1975), é o papel dos setores poderosos da indústria na mídia, determinando o monopólio cultural com base em seus direcionamentos políticos, a mídia se curva aos interesses hegemônicos.

O Estado e grandes corporações formam uma engrenagem homogênea e retroalimentada constituindo a indústria ideológica. Isso pode ser visto no caso ante exposto, sobre a mídia do Paraguai. Os proprietários dos meios de comunicação são também os grandes empresários e latifundiários e fazem parte de um grupo hegemônico no país, assim controlam a informação conforme seus interesses, conformando o que Ludovico Silva (1975) chama de escravos inconscientes do sistema, o capitalismo aliena o sujeito em sua inconsciência através da manipulação de informação.

Além disso, a cultura, ou todos esses produtos de mídia, se tornam meramente uma mercadoria, para legitimar a atuação de grupos hegemônicos e manipular a grande massa em função de seus interesses, sendo que a maioria dos indivíduos de uma sociedade se conformam com essa sedução mental (SILVA, 1975). Esses fornecedores de ideologia, conformam uma grande indústria cultural, ou ideológica, caracterizando a informação como mercadoria para gerar lucratividade a burguesia nacional.

A disputa de Curuguaty não retrata a simples luta de terra entre Riquelme e os camponeses, mas no quadro maior, o interesse dos grupos dominantes e os grupos - ainda que majoritário -, da minoria representativa de camponeses e trabalhadores sem terras. Assim, evidencia-se a ação do Estado em favor do interesse do Capital, averigua-se que a relação com o Brasil é fundamental para o Paraguai e de modo a defender a questão econômica, a influência desse país se alastra para outros setores, como o político e social. Uma reportagem da Folha de São Paulo de 29 de abril de 2008³⁴, menciona a intencionalidade de Lugo em reavivar litígios de terras como um argumento ou moeda de troca em negociações futuras relacionadas ao acordo de Itaipu. Na mesma reportagem cita-se brevemente a Itaipu, alegando que a usina poderia ter sido construída mais para cima no leito do rio e então seria apenas brasileira, mas, o Brasil em uma ação “benevolente” teria feito em conjunto com o Paraguai. A questão sobre a Itaipu será o tema da próxima seção.

A forma como a mídia brasileira retrata os conflitos de terra não causa alarde. São poucas as informações relacionadas a Curuguaty, provavelmente pelo fato de não envolver terras brasileiras. No entanto, diversas notícias são encontradas quando o tema é conflito de terras envolvendo brasileiros, como é o caso de Ñacunday e as terras do brasileiro Tranquilo

³⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2904200824.htm>, acesso em 14/07/2018

Favero. Uma das diversas matérias veiculada sobre o assunto pelo portal Veja³⁵ ressalta: “Os brasiguaios, como são chamados, ajudaram a desenvolver aquele país, com produtivas plantações de soja e milho. Agora, eles consideram essa conquista ameaçada por grupos de sem-terra” (FREITAS, 2012, n.p). Em outro trecho menciona-se novamente o papel brasileiro no desenvolvimento paraguaio: “Os sem-terra têm espalhado medo pela região do Alto Paraná, onde vivem há 40 anos milhares de brasileiros, que se tornaram produtores agrícolas e ajudaram a desenvolver o Paraguai”.

Por outro lado, Paulo Illes coordenador do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (ONG que presta assistência a imigrantes no Brasil) em entrevista cedida à radio agência NP³⁶, descreve o Rei do Soja – como Favero ficou popularmente no Paraguai – como um grande agiota:

A maioria dos latifundiários são assim. Eles arrendam a terra para os pequenos agricultores, que são obrigados a comprar a semente – que é transgênica – financiar o maquinário, o adubo, o veneno e tudo o que precisa para cuidar da lavoura e ainda vender a soja para esses grandes latifundiários. Além de usar a terra e levar toda a soja para fora, não industrializam nada, não geram emprego, não têm responsabilidade social e ainda agridem a natureza, jogando veneno de todo tipo (AMERICO, 2012, n.p)

Outro conflito de terras está conectado a empresa INPASA ou Industria Paraguaya de Alcoholes S.A. É a maior produtora de etanol do Paraguai, sendo propriedade de brasileiros José Odvar Lopes e Enzo Olmedo. Em abril de 2017 Horacio Cartes anunciou a abertura de mais uma fábrica deles no país. Além de estarem envolvidos em denúncias de contrabando de açúcar, a empresa INPASA foi responsável por queimar uma escola na comunidade indígena “3 de julio” de Avá Guaraní em Itakyry, Alto Paraná. Os empresários não foram punidos pelos atos, a *fiscalía* condenou apenas os guardas que executaram a ação a mando da empresa. Novamente, a forma como o Jornal Última Hora abordou o assunto foi evasiva, sem apresentar muitos detalhes ou fatos sobre o ocorrido³⁷.

Um observatório do agronegócio do Brasil, publicou uma série de matérias sobre os brasileiros proprietários de terra no Paraguai, ressaltando o caráter imperialista dessa relação

³⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/sem-terra-paraguaios-avancam-sobre-terra-de-brasileiro/>, acesso em 15/07/2018.

³⁶ Disponível em: <http://www.radioagenciamp.com.br/10673-brasileiro-tem-4-milhoes-de-hectares-no-paraguai-e-nao-planta-uma-semente>, acesso em 14/07/2018.

³⁷ Disponível em: <https://www.ultimahora.com/indagan-ataque-indigenas-itakyry-n1084502.html>, acesso em 15/07/2018

Brasil, Paraguai. Os estudos apresentados apontam que empresários brasileiros controlam 25 das 77 maiores corporações agropecuárias do Paraguai; uma delas é a paranaense Diagro, cujos sócios e parceiros aparecem em denúncias de irregularidades em vários estados no Brasil e em departamentos do país vizinho (BASSI, 2018, n.p)³⁸. Além da presença de latifundiários brasileiros influenciando nas políticas nacionais, a próxima seção se dedica a descrever o processo de parceria para construção da Itaipu, novamente, um evento repleto de controvérsias.

Sumarizando, vimos a existência de um grande grupo de migrantes brasileiros, os quais, na década de 1950 formaram latifúndios e são responsáveis por aproximadamente 90% da produção de grãos do Paraguai. Esse grupo se interessa em preservar a posse de terras, manter o preço do produto elevado e ter boa relação do Paraguai com o Brasil para facilitar a venda de seus produtos. No entanto, existe uma resistência de camponeses paraguaios reivindicando a posse dessas terras comercializadas na década de 1950. Neste capítulo, analisamos apenas dois conflitos de terra, mas esta temática é forte e demandante de todo o Paraguai, Itauguá, Mbaracayú, Tavapy, Ñacunday são outros exemplos. No entanto, a mídia não dá destaque a essas notícias. Se torna mais compreensível o motivo de não cobrir esses eventos quando analisamos a posse dos meios de comunicação no país. Os principais meios de comunicação do Paraguai são de posse de grandes empresários, com vínculos com a agricultura, para eles é essencial manter uma relação próspera com seu principal parceiro comercial, o Brasil, além de defender o interesse liberal da propriedade e do capital.

3.2 – Itaipu

A Itaipu é um dos feitos mais emblemáticos entre os países. Além de garantir o abastecimento energético do parque industrial brasileiro que se encontrava em expansão, a construção da usina hidrelétrica visou solucionar as disputas de terras – no espaço das Sete Quedas - e a definição de limites fronteiriços entre o Brasil e Paraguai. Naquela época, os países discutiam a demarcação do território de abrangência das Sete Quedas. O projeto da usina de

³⁸ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/06/24/uma-historia-de-evasao-fiscal-desmatamento-grilagem-repressao-contrabando-ostentacao-e-estupro/>, acesso em 15/07/2018

Itaipu, após o alagamento acabaria com essa região e a construção conjunta entre os países, além de fortalecer os laços de cooperação, apresenta o rendimento do aproveitamento energético e colocaria um fim aos conflitos binacionais. Ou assim se ponderava. No entanto, diversos entraves na negociação da construção da binacional são alvo de insatisfação da população paraguaia. Mais um feito do governo ditatorial do Gen. Strossner, com pactos que não seriam tão benéficos assim para o Paraguai quanto clama o Brasil.

Vimos no capítulo anterior, que nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil atingiu o patamar de monopólio de capital, com o desenvolvimento da industrial nacional, através do modelo de substituição de importações, característica do subimperialismo. Outro aspecto apontado na teoria se refere a hegemonia regional. A primeira tentativa de expansão se dá através da instalação da filial do Banco do Brasil, em 1941, a usina igualmente representa a política expansionista do Estado brasileiro quando assume a fase dos monopólios de capital e busca um protagonismo regional. Nas palavras de Cecilia Vuyk (2013, p.3):

La firma del Tratado Antinacional de Itaipú, realizado por las dictaduras militares brasilera y paraguaya, consolida la alianza entre las clases dominantes y profundiza la exportación de capitales brasileiros al Paraguay –principalmente empréstitos para la construcción de la hidroeléctrica-, así como el control de los monopolios brasileiros sobre las materias primas claves como la energía y la tierra –construyendo enclaves económicos- y el control de sectores del mercado externo paraguayo. La burguesía argentina queda relegada -tanto en términos económicos como políticos- y se consolida la alineación del Paraguay al eje norteamericano – brasileiro, y la subordinación política y dependencia económica del mismo.

Para a autora a construção da usina foi um meio da expansão dos monopólios brasileiros, controlando o fornecimento de matérias primas, estrategicamente, da energia elétrica. O tratado de Itaipu foi assinado em 1973, período de ditadura militar em ambos países. Naquele momento, o Paraguai sem recursos, aceitou a parceria para construção da usina, mas assumiu uma enorme dívida com o Brasil, o qual, através de contração de empréstimos internacionais, bancou quase a totalidade dos investimentos, na soma aproximada de 12 bilhões de dólares, conforme dados da Itaipu (PARAGUAI, 2018).

O acordo previa a divisão igualitária da energia produzida entre os dois países, e, através da venda do excedente o Paraguai pagaria a dívida até 2023. Não obstante, conveniu-se que o

excedente de energia produzido pelo Paraguai seria revendido exclusivamente para o Brasil,³⁹ a um preço com indícios de ser muito abaixo do valor de mercado.

Até 2011 o Brasil pagava US\$ 45,31 por MWh, mas US\$ 42,50 eram descontados para amortizar a dívida assumida pelo Paraguai na construção da usina. Logo, o governo paraguaio recebia US\$ 2,81 por MWh⁴⁰ (GLOBO, 2011). É uma reivindicação interna muito forte da população paraguaia a renegociação dos termos deste acordo com o Brasil, no entanto dada sua posição de dependência a negociação se torna abstrusa.

A hidrelétrica de Itaipu é gerida por uma entidade binacional. O Paraguai possui metade da produção energética, mas consome muito menos, aproximadamente 5% de sua parte. Todavia, pelo Tratado de Itaipu, assinado em 1973, ele tem a obrigação, até 2023, de revender para o Brasil a energia que sobra a um preço muito inferior ao preço de mercado. O Paraguai vem reclamando dessa situação desde a redemocratização, no final do regime Stroessner em 1989, argumentando o desequilíbrio de um acordo negociado por Alfredo Stroessner, na época das ditaduras militares, contra os interesses do povo paraguaio. O Brasil, por sua parte, argumenta que a participação financeira do Paraguai no projeto foi mínima (SOUCHAUD, 2011, p.4).

É avesso o estilo utilizado pelas mídias dos países para retratar a negociação em torno do valor pago pelo Brasil pela energia excedente. Em notícia do jornal ABC Color⁴¹ veiculada em janeiro de 2018, demonstra-se a suposta desvantagem que o país estaria submetido, alegando que o país deveria ter recebido cinco vezes o valor pago se estivesse vendendo a energia sob o preço de mercado:

En 33 años, el Paraguay cedió 1.223.869 gigawatts/hora (1 GWh = 1.000 MWh) a Brasil y Argentina⁴² por un monto total de US\$ 5.179 millones, a una tarifa equivalente de 4,23 US\$/MWh. Si esa cantidad se hubiera comercializado en valores de mercado, nuestro país habría obtenido unos US\$ 27.080 millones (ABC COLOR, 2018).

É interessante observar a mudança na posição da mídia. Se no caso de 2012 há uma defesa aos interesses dos latifundiários brasileiros – em função do capital e da vinculação

39 Cláusula IV da Ata do Iguçu, disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>

40 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/itaipu-entenda-como-a-negociacao-entre-brasil-paraguai-2770220#ixzz54q5x06iN>

41 Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/paraguay-pudo-haber-recibido-hasta-cinco-veces-mas-por-energia-cedida-1667883.html>

⁴² Se refere a hidrelétrica de Yacyretá construída em parceria com a Argentina.

econômica deste grupo – com a Itaipu, sutilmente aparece uma defesa do Paraguai, apesar de haver poucas notícias sobre o assunto. O fato da mídia paraguaia nesse caso retratar uma posição contrária ao Brasil, se vincula novamente aos interesses das frações burgueses, nesse caso, é do interesse do grupo vinculado ao setor produtivo, que haja garantias e infraestrutura energética no país.

De maneira antagônica, a revista brasileira Exame, publicou em 2012 uma notícia demonstrando que a energia adquirida do Paraguai não é cedida, mas comprada pelo Brasil: “Não existe cessão de energia, ela é comprada. Essa energia, o Brasil não tem de graça” (EXAME, 2012)⁴³. Em 2009 iniciaram-se negociações entre o Brasil e Paraguai para rever o Anexo C do tratado de Itaipu, que prevê o reajuste no valor pago pela energia, entre os vários outros pontos do pleito paraguaio, inclusive sobre a possibilidade de se retirar a obrigatoriedade de exclusividade na venda da energia para o Brasil. Com muita resistência por parte do Brasil, o acordo foi celebrado apenas com alteração do valor multiplicador do termo de referência do numeral III.8 de 5,1 para 15,3 a partir de 2012.

Este valor aparentemente representa um aumento significativo. O principal argumento daqueles contrários a aprovação desta alteração é a alegação de que o cidadão brasileiro arcaria com as despesas desta mudança. Na Mensagem nº 951, de 2009 do poder Executivo o relator Deputado Doutor Rosinha argui:

Tal argumento não nos parece razoável. Só a Eletrobrás, que gera apenas 38% da energia consumida no país, comercializou, em 2008, um total de R\$ 13.456 milhões (ou R\$ 13,4 bilhões), tendo obtido um lucro líquido de R\$ 6.136,5 milhões (R\$ 6,13 bilhões). Já Orçamento da União para 2010 prevê despesas da ordem de R\$ 1,73 trilhão. Perto desses números, o aumento previsto nesta Mensagem presidencial representa muito pouco e não terá efetivamente nenhum impacto nas contas públicas e na vida de nossos cidadãos (BRASIL, 2009. p.20).

O presidente Lugo, teve como bandeira eleitoral, além da reforma agrária, a negociação dos termos do Tratado de Itaipu, para isso em 2008, montou-se mesas de negociações entre os países para discutir as reivindicações paraguaias, conforme apontado por Tomas Espósito Neto e Orlando F. de Paula (2015, p.73), a) Livre disponibilidade da energia paraguaia produzida pela Itaipu; b) Preço justo pago pelo Brasil a energia excedente; c) Revisão da dívida para construção da usina; d) Transparência e controle público das contas de Itaipu; e)

⁴³ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/paraguai-nao-cede-energia-de-itaipu-brasil-paga/>

Participação maior e paritária do Paraguai na direção da Itaipu; f) Finalização das obras previstas.

A negociação teve contrapartidas do Paraguai, que se dispôs a analisar e regularizar a situação dos imigrantes brasileiros naquele território, além de legitimar a posse de terra para os latifundiários brasileiros que vinham sofrendo ataques por parte dos “sem-terra” paraguaios. Neste sentido, o Dep. Rosinha relata que o custo é muito pequeno face aos benefícios oriundos da negociação:

Desse ponto de vista, os US\$ 240 milhões adicionais que se pagarão ao Paraguai representam um custo muito baixo, comparativamente aos ganhos políticos, diplomáticos, econômicos e comerciais que o Brasil obtém ao apostar na integração regional e na prosperidade de seus vizinhos. Considere-se, adicionalmente, que o Paraguai compartilha com o Brasil, na condição de membro-pleno, o projeto do Mercosul, verdadeiro eixo estruturante da futura integração de toda a América do Sul (BRASIL N° 951, DE 2009. p. 23).

As Notas Reversais em apreço, não só consolidam o papel de protagonista regional brasileiro, como reitera a dependência do Paraguai com o Brasil. Enquanto em 2008 o Brasil consumiu 95% da energia gerada pela Itaipu para atender 20% da demanda nacional, o Paraguai com 5% atendia praticamente 90% da necessidade interna (ITAIPU, 2008). A alteração tão expressiva na porcentagem de pagamento pela energia, sugere que o valor pago até então estava destoante do valor real, além disso o Brasil não se mostra receptivo a alterar a cláusula de exclusividade de venda do excedente para ele. Ou seja, o Paraguai é obrigado a vender sua parcela da energia excedente ao Brasil, pelo preço inferior ao praticado no mercado “*el Tratado de Itaipú implicó la entrega de la soberanía nacional al Brasil y el freno de la posibilidad de un desarrollo nacional al no disponer de uno de los principales recursos, sino destinarlo al subsidio del desarrollo de los capitales y monopolios en Brasil*” (VUYK, 2013, p. 12).

Conforme, Neto (2015, p.75), em 1 de setembro de 2009⁴⁴ os países concordaram com a) aumento em três vezes o valor pago pela cessão de energia paraguaia; b) liberalização do mercado interno brasileiro direto para o Paraguai, assim o país pode negociar diretamente com outras empresas brasileiras além da Eletrobrás; c) depois de 2023 o Paraguai poderá negociar sua energia livremente com qualquer país e por fim, d) a construção da linha de transmissão entre a distribuição de Itaipu até Assunção, custeada pelo Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). No entanto, para Neto e Paula (2015), os resultados da negociação

⁴⁴ Nesta data Brasil e Paraguai assinam o novo tratado, no entanto, o Senado brasileiro apenas referenda a decisão em 2011.

entre os países, o acordo tácito entre Lugo e Lula, contribuiu para o enfraquecimento da base de apoio de Lugo, a qual esperava melhores resultados.

Deste modo podemos entender a Itaipu como mais um elemento de influência brasileira no país, neste caso, concessões foram feitas em troca da defesa de interesses de um grupo específico, como a regularização documental dos brasileiros lá residentes. No entanto, os resultados foram modestos com relação ao barganhado pelo Paraguai e isso interferiu na decadência da base de apoio de Lugo, que já sofria as tensões internas oriundas da disputa de terra e não agradou totalmente seu eleitorado com a negociação débil do Tratado de Itaipu.

Dessa forma, a construção da usina de Itaipu, representou o início da política de expansão brasileira, sendo estrategicamente eleito o Paraguai. Através desse projeto: solucionam-se os conflitos de disputa por terras; aumenta-se a influência brasileira no Paraguai; gera-se uma dívida, e, por conseguinte uma dependência; controla o fornecimento de matéria-prima necessária para expansão industrial no país, seja ela brasileira ou estrangeira e possibilita a expansão do monopólio de capital. Desta forma, constata-se que a Itaipu se constitui até hoje em elemento estratégico para a soberania nacional, para a manutenção e expansão da produção industrial e uma forte marca da manutenção das características subimperialistas do Brasil.

3.3 - As Maquilas: origem e objetivos

O regime de maquila surge no Paraguai através da Lei 1.064/97 e regulado por meio do Decreto 9.585/2000. Tem como órgão executor e regulador o Conselho Nacional das Indústrias Maquiladoras e Exportadoras – CNIME vinculado ao Ministério de Indústria e Comércio (MIC) do país. O objetivo principal do CNIME é de atrair investidores, principalmente regionais, para manufaturar seus produtos no Paraguai.

A Maquila consiste em transferir a etapa de manufatura de uma indústria para outro território, habitualmente utilizando a força de trabalho do país onde estão hospedados para a linha de produção, também existe a modalidade de serviços, mas acontece em uma proporção menor, principalmente com *call centers*. O objetivo das indústrias nesse regime é de granjear menores custos de produção, com valores menores de salário e impostos, dentre outros benefícios, atingindo maior lucratividade.

Estas indústrias ficaram conhecidas pelo nome em Espanhol *maquiladora*, que, em sua origem colonial, corresponderia a porção de farinha que o moleiro garantia após moer o milho. Nesta analogia, o país sede da indústria fornecem o milho (matéria-prima), o Paraguai fica com um pouco da farinha (pequeno imposto cobrado e os salários dos funcionários) e a farinha (produto final) volta para o país sede da indústria.

O Paraguai, assim como muitos dos países da América Latina é essencialmente agrícola e possui índices de desenvolvimento menores, comparado com outros países da região. Na década de 1950, enquanto muitos países investiram na industrialização nacional, como o Brasil, o Paraguai passava por grandes instabilidades políticas e não conseguiu atrair grandes proporções de inversão de capital estrangeiro, igualmente não dispunha de monopólios nacionais. “*Excepto por un breve período antes de la Guerra del Chaco (1923-32), Paraguay había vivido en medio de la inestabilidad política desde la Guerra de la Triple Alianza (1865-70)*” (BIRCH, 2011). Em virtude disso, e com poucas políticas de incentivo nos anos subsequentes, não teve uma ascensão da indústria nacional.

Esse diagnóstico é uma das razões da proposta do regime de maquila, procura-se com ele um incentivo a mecanismos de industrialização, ainda que dependente de capital estrangeiros, buscando a geração de empregos e fomento da economia através da venda de matéria prima. O art.1º da Lei reforça que o objetivo é “*promover el establecimiento y regular las operaciones de empresas industriales maquiladoras que se dediquen total o parcialmente a realizar procesos industriales o de servicios incorporando mano de obra y otros recursos nacionales*” (PARAGUAY, 1997, grifo nosso). Além disso, o Decreto que regulamenta o programa reforça a expectativa da maquila fomentar a economia nacional.

el Programa Maquilador, por sus características y orientación de y hacia los mercados del exterior, tendrá un impacto positivo en la economía de nuestros Prestadores de Servicios, Productores Primarios e Industrias, especialmente las Pequeñas y Medianas Empresas, cuyo nexo será la Subcontratación, que contribuirá al fortalecimiento de la actividad económica nacional (PARAGUAY, 2000).

Notamos que o anseio expresso acima, de incentivar as pequenas e médias empresas, não é exclusividade do regime paraguaio, apresenta profunda semelhança com o traçado pelo governo mexicano, quando compreendem “*la necesidad de fortalecer a la industria maquiladora de exportación y de mejorar el acceso de las empresas medianas y pequeñas a los programas de maquila*” (MEXICO, 1998).

Compreende-se que o intuito em se trazer as indústrias maquiladoras para o território paraguaio é para que estas consumam a matéria prima do país e contratem a força de trabalho disponível, capacitando-a para as atividades disponíveis, novamente idêntico ao propósito mexicano. Outro trecho do Decreto paraguaio, refere-se ao poder tecnológico destas indústrias, “*constituirán un sector con gran capacidad de transmisión y generación de tecnologías de punta, que posibiliten elevar la competitividad de nuestra base industrial nacional* (PARAGUAY, 2000), outra vez percebe-se a analogia ao sistema mexicano o qual aponta “*Que la industria maquiladora a través de sus diversas actividades es de manera creciente un sector transmisor y generador de tecnología* (MEXICO, 1998). Apesar do Decreto mexicano ter sido atualizado em 1998, ressaltamos que o modelo já está em curso desde os anos 1960.

Podemos elencar três objetivos diretos através da Lei e Decreto paraguaios a) gerar empregos, b) movimentar a economia nacional através da venda de insumos e c) gerar empregos; podemos desprender um quarto objetivo, sutilmente imbuído nos demais, d) desenvolver a indústria nacional. A ideia de que a entrada de novas tecnologias externas e o aquecimento da economia nacional por si só sejam capaz de desencadear uma industrialização nacional é muito semelhante ao que já foi exposto em relação à Marcha para o Oeste, quando houve o incentivo de entrada de brasileiros com o intuito de modernizar a agricultura paraguaia.

Identificamos na seção anterior que o resultado desta política de modernização da foi distinto do esperado no caso agrícola, onde encontra-se um monopólio de latifundiários, essencialmente brasileiros, que influenciam nas políticas e economia nacional. Outro ponto a se acautelar é que o regime já experiente no México, foi uma medida adotada pelo governo para industrializar o país e gerar empregos. No entanto, depois de mais de 50 anos de funcionamento do programa maquilador no México, o teor médio de utilização de insumos nacionais é inferior a 5%, e apesar do progresso na mudança para operações de fabricação de alta tecnologia e algumas atividades de design, pesquisa e desenvolvimento, até o momento, não existe estratégia para desenvolver uma indústria competitiva, com base em processos de alto valor agregado e conhecimento (Villafañe, 2004).

Se, por um lado, a proposta da Maquila pretende gerar empregos, fomentar a economia nacional e incentivar a formação de indústria nacional, por outro lado, veremos que a maior quantidade de empresas operantes é brasileira, atraídas pela proximidade territorial e pela facilidade de fluxo das mercadorias, se instalando nas regiões de fronteira. Essa relação é incipiente e, portanto, difícil de prever seus desdobramentos, deste modo, buscamos nesta seção discutir o regime de Maquila e suas implicações para o Paraguai.

3.3.1 Panorama atual do regime

A maquila prevê a cobrança de 1% de Imposto sobre o Valor Agregado – IVA, ou seja, apenas paga-se o imposto no valor agregado ao produto. Há possibilidade da restituição do imposto pago, se o certificado de origem sair como *Made In Paraguay*, para isso requer-se 60% ou mais da matéria-prima utilizada seja oriunda do país. Se o produto for produzido com matéria-prima advindas dos países do Mercosul, o produto sai com o selo do Mercosul e possui benefícios tarifários intra-bloco.

Uma série de isenções de tributos municipais, alfandegários dentre outros também fazem parte do sistema. O beneficiado é isento de taxas e impostos para importação de bens de capitais, ferramentas e insumos, além disso, a carga tributária sob a folha de pagamento é menor que no Brasil - aproximadamente 27% sobre a folha -, do mesmo modo, o setor privado não conta com sindicato dos trabalhadores e não há cobrança de imposto de renda. Acrescenta-se ao exposto o fato das férias serem menores, proporcionalmente ao tempo de trabalho daquele funcionário na empresa. Um funcionário com até cinco anos na mesma empresa tem direito a doze dias de férias, decorrido esse tempo passa a ter direito a dezoito dias e apenas após completar dez anos na mesma empresa adquire direito a gozar trinta dias de descanso remunerado.

Para compreender a operacionalização do regime, realizou-se uma entrevista com a Sra. Romina Acosta Galeano, contadora paraguaia, funcionária de uma empresa maquiladora e desde 2015 e possui um escritório que auxilia os empresários interessados em atuar pelo regime no Paraguai. Ela conta que o principal público são empresários brasileiros atraídos pela questão tributária e sindical, além da proximidade territorial.

Conforme previsto do Decreto para iniciar o regime uma série de passos precisam ser cumpridos, primeiro, a empresa interessada precisa fazer um projeto detalhando as informações sobre tipo do produto a ser fabricado, dados da empresa matriz, marca do produto, projeção anual de produção, projeção de custos e previsão da quantidade de empregos gerados. Através do CNIME esse projeto é encaminhado para o Banco Central e se a documentação estiver completa, em aproximadamente 03 meses estará apta a funcionar.

Além do projeto detalhado da operacionalização da maquila, requer-se uma licença ambiental, conforme estipulado na Lei 294/93 e organizada pela *Secretaria del Ambiente*

(SEAM). Voltando ao caso mexicano, a questão ambiental é uma grave crítica às maquiladoras, os relatos de abusos e violações às leis ambientais são constantes. Isso está intimamente ligado ao fato das empresas operantes serem meras exploradoras do território, uma vez que não se integram efetivamente àquele país, podendo facilmente fechar suas portas em qualquer risco de prejuízo. Esse problema não é exclusivo da maquila, uma indústria pode migrar sua etapa produtiva para onde houver melhores condições de produção buscando uma maior rentabilidade.

A Lei prevê que a produção retorne para ser comercializada no país de origem ou seja exportada em até dois anos, apenas 10% da mercadoria produzida pode ser revendida no Paraguai, com autorização do CNIME, por meio de solicitação específica. Após a finalização da produção é necessário obter um certificado de origem com o MIC, para proceder com a exportação do produto, tal certificado, conforme explicado por Romina, possui um controle rígido da documentação apresentada.

Outro atrativo com relação a ter uma indústria no Paraguai é o fato do país estar inserido no Sistema Geral de Preferências (GSP), idealizado no âmbito do *The United Nations' continuing Conference on Trade and Development (UNCTAD)* em 1964, prevê vantagens tarifárias para determinados países periféricos conseguirem exportar para economias centrais. O Brasil desde 2014 não tem mais o benefício do GSP para o mercado europeu.

No Gráfico 1 a seguir, podemos visualizar o avance do número de maquilas no Paraguai, totalizando 172 empresas até final de 2018, destas 75 são brasileiras, representando mais de 50% do total de empresas (CNIME, 2018). Não houve abertura de empresas em 2003 e 2004, de acordo com o CNIME.

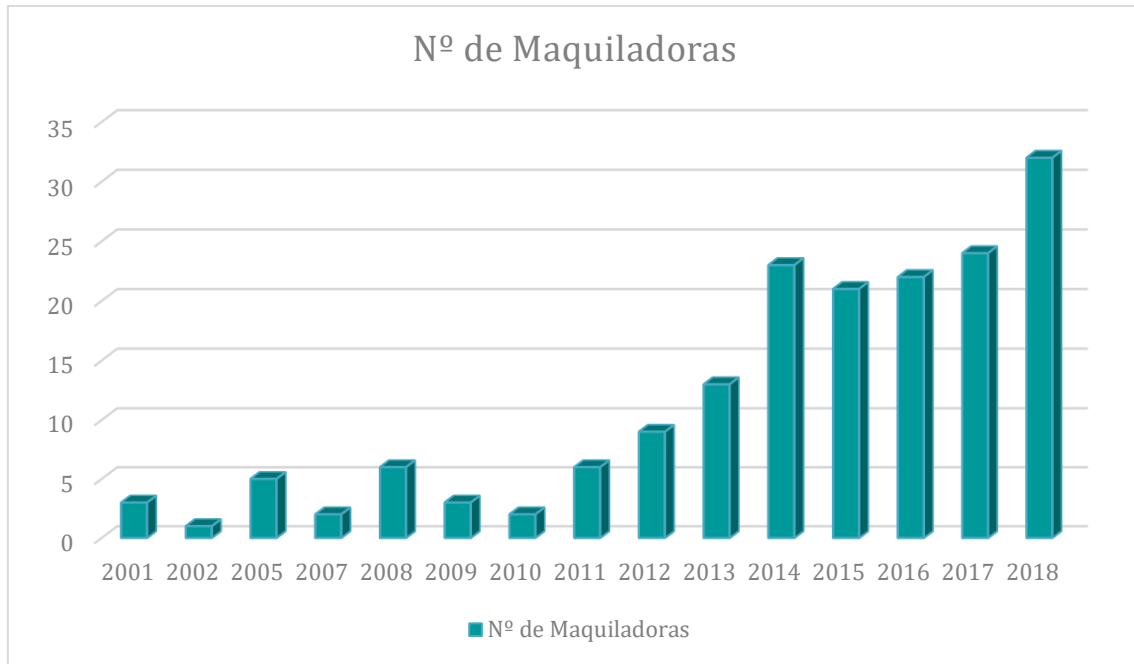


Gráfico 1: Número de Maquiladoras no Paraguai. Fonte: Da autora, 2018, com dados do CNIME.

A despeito de ter sido regulamentada em 2000 é a partir de 2010 que se observa um crescimento no número de empresas inscritas no regime, o MIC (2016) aponta que os 46 projetos entre 2013-2015 equivalem ao total aprovado nos 15 anos anteriores, desde o início do regime. Isso pode estar relacionado por um lado, ao período de crise vivenciado no Brasil em 2009 e depois em 2014 e 2015 quando as instabilidades políticas encaminhavam para o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff.

Outro ponto é o trabalho ativo do CNIME em atrair investimentos, com auxílio de campanhas publicitárias na mídia, eventos realizados no Paraguai, consultorias para interessados e também com parcerias com entidades brasileiras, como a Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e de São Paulo (FIESP), essa última realizou diversos estudos comparativos, sobre o custo de produção no Paraguai e no Brasil.

Em abril de 2013 houve um seminário na sede da FIESP, onde reuniram-se empresários brasileiros para conhecer as vantagens de se investir no Paraguai (MORAES,2013). O encontro reuniu diretores brasileiros com representantes da *Fundación Desarrollo em Democracia* (DENDE), essa fundação é composta por empresários e diretores de multinacionais e têm por objetivo atrair investimentos para o Paraguai buscando promover o crescimento econômico nacional.

Em 2004 o governo paraguaio publica o Decreto que institui a *Red de Inversiones y Exportaciones* (REDIEX), com a missão de buscar investimentos externos para o Paraguai.

Para isso possui escritórios em diversos locais no mundo, dentre eles, Brasil e Argentina. Esse é mais um dos mecanismos que influenciaram no aumento do número de empresas maquiladoras.

Mais um fator que atraiu indústrias é o crescimento econômico paraguaio, juntamente com o esforço da mídia em divulgá-lo. Matéria veiculada no portal G1 em novembro de 2011 aponta: “Brasileiros 'viram' *made in Paraguai* em busca de competitividade”, na matéria ressalta-se inclusive o interesse do BNDES em financiar projetos de maquila, como uma medida para melhorar o nível de competitividade sistêmica do Brasil (GUIMARÃES, 2011). Já analisamos na seção anterior a importância que a mídia possui para formação de opinião e de uma imagem externa. Deste modo o apoio da mídia é igualmente decisivo para o sucesso do regime. Veremos adiante o papel da mídia brasileira no estabelecimento de medidas políticas em relação ao regime.

Apesar de por lei ser permitido a estas indústrias se instalarem em todo território nacional, a maioria se fixou na região de fronteira de Ciudad Del Este e Hernandarias (Alto Paraná) conforme Tabela 7, novamente observamos outra semelhança ao caso mexicano, onde a maioria das indústrias estão alocadas na faixa de fronteira com o EUA, em 2001 o México contava com 3600 plantas, sendo que 2700 destas, ou 75%, estavam na fronteira (PUBLIC CITIZEN’S, 2004). A distribuição das indústrias na fronteira está associada à facilidade de transporte e escoamento da mercadoria, já que o destino final é a matriz no país de origem, outro fator que intensifica isso é a disponibilidade de força de trabalho nessas regiões – as mais populosas do Paraguai. No caso mexicano, isso não gerou desenvolvimento social, as denúncias em relação à exploração dos trabalhadores, com os baixos salários e a degradação do meio ambiente, apenas reforçaram uma posição de marginalidade da fronteira.

Departamento	Cantidad	Inversión	Mano de Obra
Alto Paraná	84	261.561.843	6.488
Central	51	113.111.740	5.824
Amambay	12	39.327.271	462
Capital	8	25.172.133	981
Canindeyu	4	8.065.614	209
Guaira	3	8.788.760	311
Caaguazú	3	5.804.477	255
Pdte Hayes	2	16.976.957	25
Ñeembucu	1	488.500	18
Paraguari	1	13.477.000	250
Caazapa	1	4.048.728	100
Amambay	1	890.080	28
Cordillera	1	9.403.875	55
Total general	172	507.116.979	15.006

Tabela 7: Maquiladoras por localidade. Fonte: CNIME, 2018.

É prematuro inferir desfechos para o Paraguai, inclusive porque a dinâmica da relação internacional entre o Brasil e o Paraguai é distinta da existente entre EUA e México, enquanto naquela fronteira o maior fluxo de migração é do país dependente para o país imperialista, no caso da nossa fronteira o movimento é inverso, conforme apresentado na seção anterior. Outro fator determinante é a disponibilidade de força de trabalho, um requisito para a etapa de manufatura. A indústria buscará se estabelecer onde há maior oferta de mão de obra. No caso, a região de Cidade do Leste é a segunda maior do país, ficando atrás apenas da capital Assunção. A proximidade da fronteira com Foz do Iguaçu no Brasil, poderá ser um aspecto positivo para fonte de trabalhadores no regime.

Sopesando o perfil das empresas que se instalam no regime identifica-se que os principais produtos exportados, conforme apontado no Gráfico 2, são peças de veículos seguido do ramo de confecção e têxtil (MIC, 2018; 2019). Enquanto no caso mexicano estamos falando de um país imperialista operando no regime, e deste modo, um monopólio maior e consolidado, tanto no tangente ao capital, quanto na tecnologia, no caso paraguaio a fronteira em destaque é com um país subimperialista, conquanto possui um caráter intermediário do capital a tecnologia, resultando majoritariamente em indústrias de médio e pequeno porte.

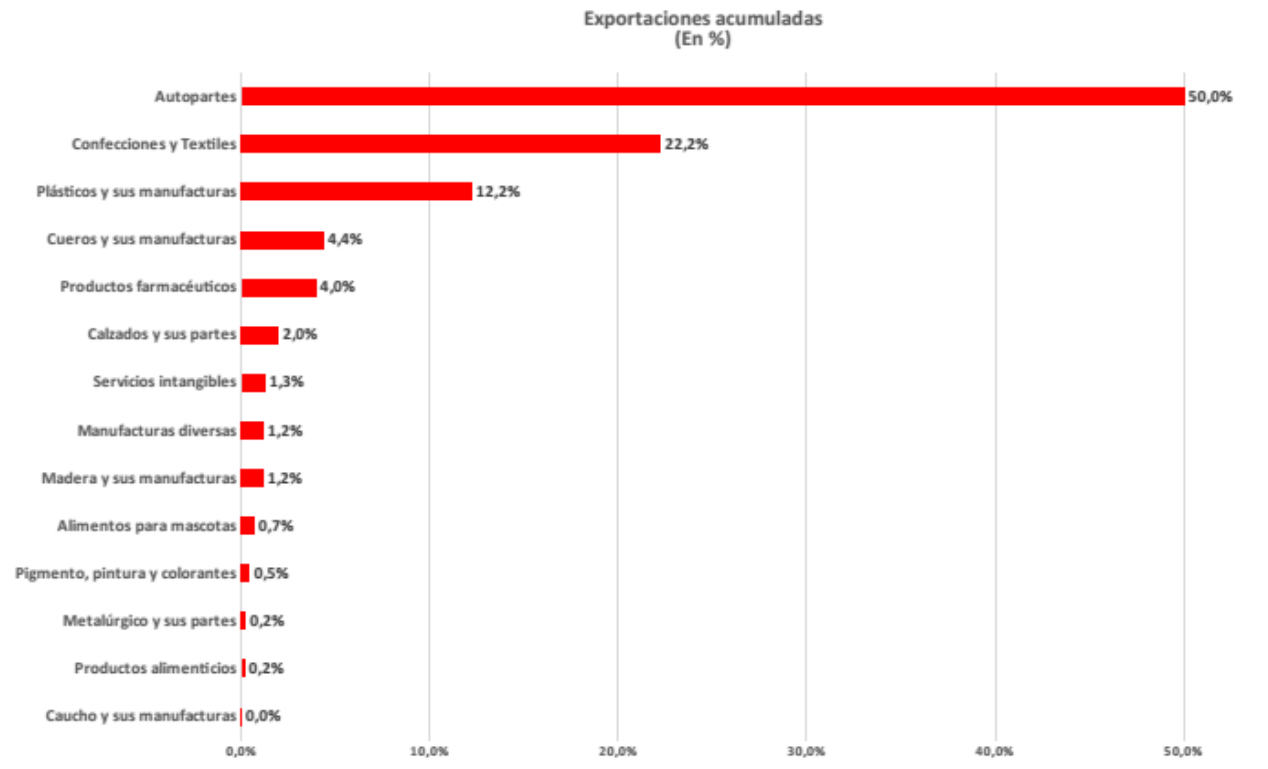


Gráfico 2: Exportação acumulada por tipo de produto. Fonte: CNIME, 2018.

Nos últimos anos observou-se um aumento significativo das exportações pelo regime de maquila. O Mercosul (Brasil, Argentina e Uruguai) é destino de aproximadamente 80% do montante de exportação, com destaque ao Brasil, o restante das exportações se dispersam pelo mundo, principalmente para Tailândia, Estados Unidos, México y Vietnam (MIC, 2019). Sem embargo, apesar de haver um aumento no valor exportado pelo regime, como vemos na Tabela 8 a seguir, as exportações pela Maquila são pouco significativas dentro do total de exportações por regimes aduaneiros. No período de 2003 a 2016, representam apenas 5% do montante (BCP, 2018).

Año	Régimen General**	Maquila con Transformación	Courrier	Leasing	Zonas Francas	Total
2003	2,577,070	7,463	-	-	-	2,584,532
2004	2,865,613	8,806	-	-	38	2,874,456
2005	3,123,677	27,551	-	-	1,340	3,152,568
2006	3,416,420	54,757	-	-	1,188	3,472,365
2007	4,636,952	73,015	-	-	13,620	4,723,587
2008	6,317,848	73,973	20	-	15,271	6,407,112
2009	5,011,724	53,269	-	-	14,617	5,079,610
2010	6,395,435	99,127	-	-	21,994	6,516,556
2011	7,606,847	138,476	44	-	31,076	7,776,443
2012	7,084,378	138,249	346	-	59,820	7,282,794
2013	9,242,251	159,768	988	-	53,334	9,456,342
2014	9,340,704	235,927	175	-	59,080	9,635,886
2015	8,021,249	254,945	41	-	51,311	8,327,546
2016*	8,155,479	295,863	33	-	49,821	8,501,196
	94%	5%	0%	1%	1%	
Ene/Dic 16	8,155,479	295,863	33	0	49,821	8,501,196
Ene/Dic 17	8,144,018	415,303	19	56,033	64,615	8,679,987

Tabela 8: Exportações por regimes aduaneiros no Paraguai; Fonte: Banco Central do Paraguai, 2018).

Em visita realizada nos parques de indústrias maquiladoras, o espaço que pode ser visto na Figura 3 representa uma pequena porção do parque Mercosul, um dos parques industriais destinados para o regime de maquila, apresentando uma dimensão do tamanho e quantidade de empresas, esse parque mais antigo não é exclusivo de maquiladoras, havendo indústrias fora do regime operando também.



Figura 2: Parque Mercosul de indústrias maquiladoras. Fonte: Da autora, 2018.

A Figura 4 é do Parque Industrial San Juan, mais recente e melhor estruturado, apresenta uma divisão por blocos, onde cada setor possui seguranças e controle de entrada e saída de veículos e pessoas.



Figura 3: Parque San Juan de indústrias maquiladoras. Fonte: Da autora, 2018

Podemos elencar os principais atrativos de capital estrangeiro no regime, são eles: valor da carga tributária, custo menor com folha de pagamento e menos obrigações trabalhistas, vantagens econômicas para compra de matéria-prima pelo Paraguai e de exportação pelo SGP e no caso dos brasileiros uma grande facilidade de escoamento das mercadorias para o país de origem, além do custo da energia elétrica ser a mais barata do MERCOSUL.

Apesar de um dos objetivos do Paraguai com a implantação do regime ser a geração de empregos para paraguaios, a nacionalidade não é item obrigatório na contratação. Até dezembro de 2018, as indústrias do regime contavam com 16.798 pessoas empregadas diretamente, não considerando os empregos indiretos (MIC, 2019). No entanto, nas visitas realizadas em 05 indústrias em 2018, observou-se que os funcionários do chão de fábrica, ou seja, de cargos com baixa remuneração e especialização, são paraguaios, já aqueles em posições hierárquicas superiores, brasileiros. Essa constatação foi confirmada na entrevista com Romina, relatando que as posições de alta gerência destas empresas habitualmente são ocupadas por brasileiros. Isso se confirma com o relatório enviado pelo MIC (2018) na Figura 5, apontando que 85% dos funcionários estão no chão de fábrica.

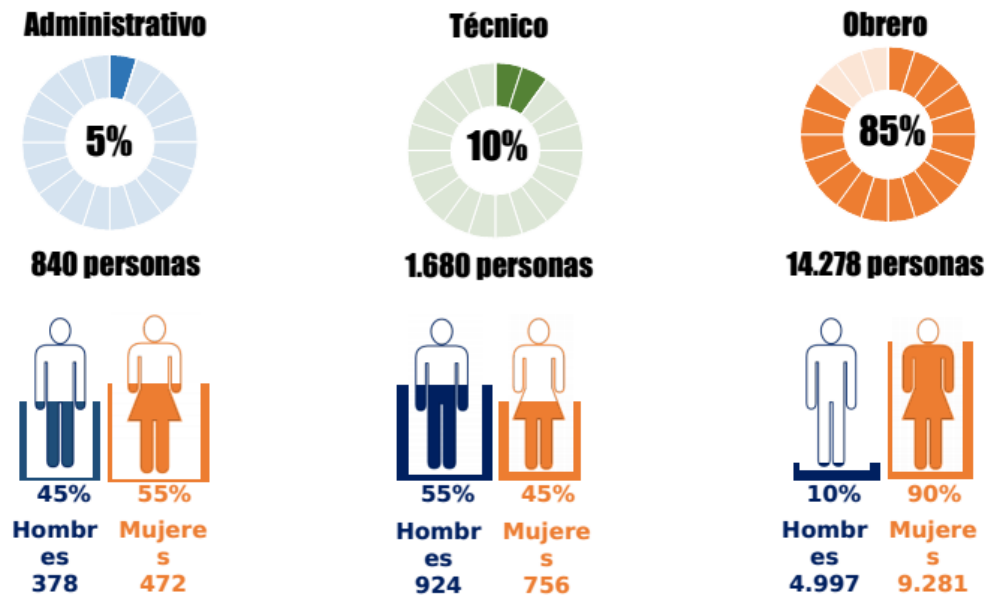


Figura 4: Tipos de empregos gerados. Fonte: MIC, 2018.

Contestamos o real desenvolvimento ocasionado para o país. Recordamos que Marini afirmou que estas indústrias não se integram efetivamente ao capital produtivo nacional e buscam retornar seus investimentos para o país sede, isto é, apenas exploram as vantagens econômicas, com etapas de manufatura e baixa tecnologia, para investir os lucros no país imperialista. Ademais, utilizam uma força de trabalho desqualificada e com baixos salários, além da pequena tributação incidente sobre estas empresas. Os dados apontam que a maioria das indústrias instaladas são brasileiras, a presença deste grupo de investidores pode ser mais um mecanismo para a influência dessa elite industrial brasileira na política e nas questões nacionais no futuro.

A migração de indústrias brasileiras de médio porte ocorre em função da posição intermediária do Brasil e seus monopólios nacionais, com uma maior quantidade relativa de indústrias no país que em outros Estados latino-americanos, colocando-o em uma posição intermediária, não apenas de formação de monopólios de capital, como de inversão de capital em outras economias, ambas características do subimperialismo.

Indícios disso podem ser encontrados na pesquisa do Fundação Dom Cabral (FDC) de multinacionais brasileiras em 2016, expressa na Tabela 9, o Paraguai aparece na 10ª posição do ranking dos países de destino das indústrias brasileiras. Grande parte das empresas participantes do Ranking FDC das Multinacionais 2016 iniciaram suas atividades nos Estados Unidos (22,4%), na Argentina (22,4%) ou no Paraguai (10,4%), corroborando com a tendência de começar o processo de internacionalização por mercados geograficamente próximos.

Posição	País	Número de Indústrias
1	Estados Unidos	40
2	Argentina	31
3	Chile	25
4	Colômbia	23
5	China	22
6	México	21
7	Peru	20
8	Uruguai	19
9	Reino Unido	16
10	Paraguai	15

Tabela 9: Número de Multinacionais brasileiras por país. Fonte: FDC, 2016.

Esses dados reforçam a etapa de internacionalização das empresas brasileiras e demonstram a importância do Paraguai, principalmente para aquelas indústrias que iniciam esse movimento, possivelmente pela facilidade de trânsito e acesso ao país.

Grande parte das multinacionais e franquias participantes da pesquisa iniciou a internacionalização por meio da abertura de unidades em países geograficamente e culturalmente próximos ao Brasil, como é o caso da América do Sul. A América do Norte é a segunda região com maior índice de instalação da primeira subsidiária. Em conjunto, Estados Unidos e Argentina foram os países onde mais da metade das empresas iniciaram o processo de internacionalização, sendo que o primeiro, apesar de mais distante geograficamente, é o mais frequente (FDC, 2016, p.73).

O fator ante exposto é correlato ao estágio do desenvolvimento capitalista em que se encontram os países, como já mencionado, o Brasil possui uma posição intermediária no sistema internacional. De acordo com Central Intelligence Agency (CIA), o Brasil ocupa a oitava posição nas economias mundiais, o Paraguai por sua vez, está na posição noventa e um (EUA, 2018).

Quando observado a taxa de crescimento real⁴⁵ destes países o Brasil se encontra em posição inferior, 182º, comparado com o Paraguai que ocupa a 58º posição. A posição do Brasil é um reflexo dos incidentes políticos dos últimos anos, como a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2015. Já o Paraguai apresenta um crescimento acelerado, em função da produção agrícola e também com as políticas de incentivo a entrada de indústrias pelo regime da Maquila.

⁴⁵ A taxa de crescimento real é o resultado do PIB ajustado pela inflação do país.

Assim como a Itaipu gerou um aumento expressivo do PIB paraguaio na década de 1970, o que indagamos com a Maquila é se esse regime será capaz de sustentar o *boom* econômico desta fase inicial? Não há como apresentar respostas concretas, porém, o caso do México, modelo semelhante ao paraguaio não foi bem-sucedido. Sem embargo, o regime gera empregos e movimenta a economia neste momento, acreditamos que para empreender um desenvolvimento sustentável a longo prazo outras políticas combinadas serão necessárias, com um olhar cauteloso ao regime maquilador. Principalmente por este processo fortalecer uma fração de classe burguesa nacional, entender como isso influenciará as políticas futuras é complexo e necessário.

Outro ponto categórico para a sequência do regime, é como o governo brasileiro vai se portar mediante o tema. Nesse sentido, o Senador Eduardo Braga (MDB/AM), abriu um requerimento (19/2018) no Senado para a criação de Comissão Externa para investigar o sistema de isenção tributária adotada pelo Paraguai - "Sistema de Maquila" (BRASIL, 2018).

O requerimento foi aprovado no dia 18 de dezembro de 2018, com o objetivo de “averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai” (ANEXO II), o pedido se baseia exclusivamente em matérias do Jornal Folha de São Paulo onde se expressa preocupação com o número de indústrias se instalando no Paraguai. Novamente, mais um momento onde a mídia influencia nas políticas nacionais.

O senador propõe em entrevista⁴⁶ cedida ao Senado Federal a instauração de um regime de cotas, que deverá ser avaliada pela comissão, que além disso fará visitas *in loco* as indústrias no Paraguai. Se o Brasil impor empecilhos para a operacionalização do regime, como ele se manterá, considerando que aproximadamente 80% das indústrias operantes pelo regime são brasileiras?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão centrou-se em explorar as relações internacionais entre o Brasil e Paraguai, ponderando a existência do subimperialismo. Para tanto, partimos do pressuposto que a teoria

⁴⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/02/zona-franca-no-paraguai-pode-levar-brasil-a-exportar-empregos-alerta-eduardo-braga>. Acesso em 27/12/2018.

e a atual posição dos países não estão dissociadas do seu processo histórico, por isso buscou-se delinear um contexto holístico de ambos países.

Assim, identificamos que a Guerra da Tríplice Aliança foi imprescindível para a atual posição paraguaia. O senso comum na fronteira de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste alegam que o Paraguai seria uma grande potência, não fosse a Guerra. Buscamos com autores paraguaios e brasileiros construir um cenário amplo, capaz de expor os fatos e as consequências desse trágico evento. Identificou-se que a guerra devastou o país e dizimou a população, principalmente masculina. Esse fato, fez com que os próximos anos do Paraguai fossem destinados a reconstrução e repovoamento do país. Para isso, políticas de atração de capital e pessoas estrangeiras foram instituídas.

Tal fator influenciou diretamente no desenvolvimento dos anos subsequentes, no entanto, não podemos relacionar a guerra diretamente com o subimperialismo, pois, o conflito ocorreu entre 1864-1870, e a teoria subimperialista só emergem por volta da década de 1970, como um avanço dos estudos da CEPAL, para explicar características assumidas por algumas economias – nesse caso, do Brasil - no contexto internacional a partir da década de 1950. Recordamos que a instauração da CEPAL faz parte de uma nova agenda e estrutura mundial, de reorganização das economias centrais no pós-guerra Mundial buscando “promover a paz”, ou, como exposto no segundo capítulo, angariando novos mercados consumidores.

Observamos na sequência a etapa de transnacionalização do capital, quando as indústrias rompem as fronteiras nacionais e iniciam a migração da etapa produtiva para territórios com maiores vantagens relativas, como salários e tributos. Convergindo com esse fator, de expansão do capital, o Brasil por volta de 1940-1950 investiu em mecanismos para fomentar a indústria nacional, através do processo de substituição de importações. Esse processo gerou dívidas para os países periféricos, em função da necessidade de importação de maquinários e demais equipamentos com alto valor agregado para a empreitada, exportando, sumamente *commodities* de baixo valor agregado.

Para além disso, o desenvolvimento industrial requer um mercado consumidor interno, com a Teoria da Dependência identificamos que quando um país não possui um mercado interno consumidor, ele conforma uma economia voltada para fora, criando um círculo vicioso de dependência. Essa situação foi semelhante em toda a América Latina, em função da colonização europeia, que possibilitou o desenvolvimento industrial daquele continente, e colocou a América Latina em posição subordinada. Os autores que nos serviram de base destacam que em nenhum momento os países periféricos possuíram condições verdadeiras de desenvolvimento.

Convém ressaltar que ao falar de estágio de desenvolvimento das economias periféricas, não nos referimos à noção de etapas a cumprir, mas da posição ocupada por um país dentro da hierarquia estrutural do capitalismo dependente. Mesmo os países periféricos não dispoem das mesmas condições de desenvolvimento das economias centrais, alguns alcançaram uma posição intermediária na hierarquia global do capitalismo dependente, uma das determinantes do subimperialismo. Na América Latina, o Brasil é tido como tal por reunir as características que compõem referida categoria:

- a) Uma posição intermediária na hierarquia global; de acordo com a CIA (EUA, 2018) o Brasil é a 8ª economia mundial;
- b) Formação de monopólios nacionais; analisamos o período posterior a 1950, quando o Brasil instituiu políticas para a industrialização nacional e neste momento, juntamente com atração de capital estrangeiro, se iniciou a etapa de monopólios.
- c) Hegemonia regional: o Brasil possui uma posição eminente na América Latina, principalmente no Mercosul, preservando assim os interesses dos países centrais na região, essa inserção pode ser remetida inicialmente à construção da usina de Itaipu;
- d) Cooperação antagônica: Apesar de possuir autonomia regional, o Brasil mantém uma posição de dependência dos países centrais, como vimos na balança externa com os EUA e da influência desse país em organismos regionais, como o IIRSA.

Distintas características são trabalhadas dentro do subimperialismo, como a superexploração do trabalhador. Enquanto os capitalistas dos países centrais conseguem uma lucratividade maior através da redução dos custos constantes de produção, os países que possuem uma produção agrícola, de exploração direta do solo, são obrigados a desvalorizar os salários para conseguir maior lucratividade. Consequentemente, os trabalhadores não conformam um mercado consumidor forte, constituindo um dos ensejos para a manutenção da posição dependente com os países centrais. Estes por sua vez manipulam os preços dos *commodities*, para garantir um custo de vida menor e um mercado consumidor interno maior.

Ao atingir a etapa de monopólios nacional o Brasil passa a ter uma política ativa de expansão regional, buscando condições para fortalecer a elite nacional. Um dos reflexos dessa política é a construção da usina de Itaipu, iniciada na década de 1970, um dos feitos durante a Ditadura do Gen. Stroessner (1954-1989). A usina se propôs a sanar um conflito de definição de limites entre os Estados e a gerar renda para os países. Energia é um fator crucial para a produção industrial de um país, a construção da usina é uma política estratégica nesse sentido, fornecendo matéria prima necessária para a expansão econômica brasileira. O logro de garantir

no tratado que a energia excedente produzida pelo Paraguai seja revendida, a um preço fixado, exclusivamente ao Brasil é outro sucesso para o país subimperialista.

Além de garantir o fornecimento de energia necessária para a produção capitalista, o acordo gerou uma enorme dívida para o Paraguai, o que o colocou em uma posição de dependência. A hidrelétrica, além do seu papel econômico, desempenha um papel político, sendo usada como moeda de troca em algumas negociações. Tal foi o fato, quando dos conflitos por terra em 2012 no Paraguai, em que o discurso de uma possível reforma agrária assustou os latifundiários brasileiros lá instalados. Houve então uma mobilização por parte de políticos brasileiros e paraguaios para intermediar os interesses dos latifundiários. Nesse momento, estava em negociação o Tratado de Itaipu e algumas concessões foram feitas pelo Brasil em troca dos benefícios aos agricultores brasileiros instalados no Paraguai, como a regulação migratória.

A presença desses latifúndios, essencialmente brasileiros, se dá em função de uma política paraguaia no governo Stroessner na década de 1960, atraindo agricultores brasileiros para comprarem terras fronteiriças no país. O valor pago pelas terras, na época eram inferiores ao praticado no Brasil. Isso acontece em função da modernização da agricultura que ocorria no Brasil no mesmo período, ficando conhecido como Revolução Verde. Esperava-se que com a entrada destes agricultores, haveria uma consequente modernização no campo paraguaio.

De fato, houve um aumento na produção agrícola, o Paraguai tornou-se destaque mundial na produção e exportação de grãos, contudo, a produção é oriunda de latifúndios, majoritariamente brasileiros, que concentra a renda na mão de poucos, gera escassos empregos e com salários menores, haja em vista o baixo grau de especialização desta categoria. Além disso, há um amplo questionamento da população campesina sobre a posse dessas terras, a CVJ analisou diversos títulos e documentos que apresentaram incongruências. Neste contexto, as posses de muitas dessas fazendas são disputadas, originando violentos conflitos entre campesinos paraguaios e latifundiários, como foi o caso de Curuguaty.

Esse caso é emblemático no Paraguai, pois acarretou na destituição do então presidente Lugo. Fernando Armino Lugo de Méndez, foi presidente de 2008 a 2012, oposição ao partido Colorado, já há muitos anos no poder. O presidente foi eleito com as bandeiras de reforma agrária e negociação dos termos de tratado da Itaipu. A primeira temática fere diretamente uma elite burguesa que está insertada nas esferas políticas, na mídia e obviamente na produção econômica nacional. A mídia desempenhou papel crucial neste contexto, retratando uma versão hegemônica dos fatos, defendendo o interesse dessas elites.

Podemos com isso destacar, que, a política adotada entre as décadas de 1960 e 1980 de venda de terras para brasileiros foi peremptória para aprofundar a relação de subordinação atual do Paraguai. Atualmente, o Brasil é o principal parceiro comercial, tanto para importações como para exportações. Além das cifras, quando observamos o tipo de mercadorias negociadas, notamos que o Paraguai exporta matéria-prima, sem valor agregado e importa produtos semimanufaturados e manufaturados, com maior valor agregado.

Outro ponto explorado na pesquisa, foi a política do regime maquilador, pelo qual indústrias com matriz em país estrangeiro, podem instalar a etapa de manufatura no Paraguai e vender o produto acabado para fora, apenas 10% da produção é permitida ser revendida em território nacional, com autorização expressa do CNIME.

Utilizamos uma abordagem empírica, uma vez que se trata de um fenômeno recente e complexo. Observamos um aumento significativo das indústrias a partir de 2010, relacionado a crise vivenciada no Brasil, ao apoio da mídia e ao trabalho ativo do CNIME de atrair essas indústrias. Do mesmo modo, constatou-se que a maioria das empresas operantes são brasileiras, aproximadamente 70%, seguida de argentinas. Os principais setores explorados são de peças para veículos e o ramo têxtil. Assim, revelaram-se indústrias de médio porte, principalmente no tangente à tecnologia empregada. Essas indústrias buscam atrativos fiscais, menor custo de energia e menores salários. A facilidade de escoamento das mercadorias para o Brasil em razão da proximidade geográfica se torna outro atrativo.

Marini, principal teórico do subimperialismo, já na década de 1970 descreveu, observando o modelo mexicano, que esse tipo de industrialização não é capaz de gerar desenvolvimento no país onde está instalado, pois se trata de uma empresa de caráter transitório, ela não busca se integrar a economia nacional, mas apenas explorar os recursos disponíveis, aplicando os lucros obtidos na economia central. Quando o retorno deixa de ser compensatório, facilmente fecha as portas e migra para outro local.

Deste modo, se analisarmos a política de Maquila do México, observamos objetivos semelhantes aos adotados no Paraguai. O resultado do regime mexicano em mais de 50 anos não pode ser avaliado como positivo, os trabalhadores das maquilas são superexplorados, com salários baixos e condições precárias de trabalho, além das diversas denúncias relacionadas a crimes e danos ambientais causados por essas indústrias. A expectativa do país de que essas empresas consumiriam insumos nacionais também não foi atendida.

Não há como inferir se os resultados do regime no Paraguai serão os mesmos ao do México, visto que se tratam de economias distintas, naquele caso a fronteira separa um país imperialista e uma economia dependente, nessa fronteira a relação é de uma economia

subimperialista e outra dependente. Estudos mais aprofundados precisam ser perpetrados com o intuito de averiguar os impactos desse regime a longo prazo para o Paraguai.

Ante ao exposto, podemos pontuar que o Brasil reúne as características de uma economia subimperialista acarretando em uma relação desigual de dependência, principalmente econômica, do Paraguai com o Brasil. A Guerra Guasú foi importante nesse cenário, pois mesmo tendo ocorrida há mais de 100 anos, foi em virtude de ela ter dizimado a população paraguaia que as políticas dos próximos anos se destinaram a atrair capital estrangeiro, momento no qual a influência brasileira e argentina se acentuou. No entanto, é posterior aos governos ditatoriais que a aproximação do Brasil ficou mais evidente, quando houve políticas ativas de expansão regional, o que observamos hodiernamente nessa relação, é um reflexo do processo histórico vivenciado.

Assim, quando retomamos a pergunta inicial desta pesquisa, Brasil e Paraguai, uma relação subimperialista? Podemos aludir a existência de uma relação desigual, marcada por uma dependência, principalmente econômica, do Paraguai com o Brasil, país esse que dispõe das características expressas dentro da teoria subimperialista. Como romper esse ciclo é uma incerteza muito grande a ser aprofundada em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Gustavo. **Posguerra contra la Triple Alianza: Aspectos Politicos e Institucionales (1870-1904)**. Asuncion: Servilibro, 2013. 350 p.
- AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista Espiritual: A história da evangelização na província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S.I (1585-1652)**. Roma: E.P.U.G. 2002.
- ALCALÁ, Guido Rodríguez. Imágenes de la guerra y del sistema. **Abc Color**. Assunção, n.p. 17 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/cultural/imagenes-de-la-guerra-y-del-sistema-1500000.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.
- AMERICO, Jorge. Brasileiro tem 4 mi de hectares no Paraguai e não planta uma semente. **Radioagência NP**. São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/10673-brasileiro-tem-4-milhoes-de-hectares-no-paraguai-e-em-planta-uma-semente>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- BALDWIN, Richard. **La Gran Convergencia: Migración, Tecnología y la Nueva Globalización**. Espanha: Antoni Bosch, 2017. 345 p. ISBN: 978-84-946271-1-8.
- BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. (Org.). **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BASSI, Bruno Stankevicius. Uma história de evasão fiscal, desmatamento, contrabando, ostentação e até estupro. **De Olho Nos Ruralistas**, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/06/24/uma-historia-de-evasao-fiscal-desmatamento-grilagem-repressao-contrabando-ostentacao-e-estupro/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BATISTA, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BETHELL, Leslie et al (Ed.). **Historia de America Latina: 6. América Latina independiente, 1820-1870**. Barcelona: Critica, 1991. 476 p. (ISBN: 84-7423-507-3).
- BIRCH, Melissa. Comportamiento económico - Político 1940-2010. Un estudio por etapas. In: BORDA. Fernando M. Dionisio et al (ed). **Estado y Economía en Paraguay 1870-2010**. Assunción: CADEP, 2011.
- BRASIL. SENADO FEDERAL. **Zona franca no Paraguai pode levar Brasil a exportar empregos, alerta Eduardo Braga**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/104rtícu/2018/02/zona-franca-no-paraguai-pode-levar-brasil-a-exportar-empregos-alerta-eduardo-braga>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BRASIL. MENSAGEM N° 951, DE 2009 (Estado). Projeto de Decreto n° 951, de 2009. **Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul**. Brasília, DF, 2010. Relator: Dep. Doutor Rosinha. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=765476&filename=Tramitacao-MS+951/2009>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CABALLERO, Edwin Britez J. N.. **El Paraguay Actual: 2ª Parte 1998-2010**. Asuncion: El Lector, 2010. 156 p. (Colección La Gran Historia del Paraguay).CEPAL. Panorama Social de América Latina. Santiago: CEPAL. 2010.

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão agrícola e a formação das identidades: os ‘brasiguaios’ na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. *Perspectiva Geográfica*, v. 06, p. 01, 2011.

CARDIN, Eric Gustavo. Expansão do Capital e Desenvolvimento Regional: Foz do Iguaçu entre o Legal e o Ilegal. *Ideação (Unioeste. Impresso)*, v. 12, p. 101-117, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e Desenvolvimento na America Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 143 p.

CARDOZO, Efraim. **Breve História del Paraguay**. 5. Ed. Asuncion: Servilibro, 2015. 177 p.

CARNERI, Santi. La codicia por la tierra en Paraguay. **El País**. Guahory (Paraguai), 02 mar. 2017. Disponível em:

<https://elpais.com/elpais/2017/02/07/planeta_futuro/1486488199_675583.html>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Saraiva. 2008.

CORONEL, Bernardo. López, **Heróe Antimperialista (Parte II)**; debate abierto. 2015, disponível em: <http://www.vientofuerte.com.py/news/2015/05/13/lopez-heroe-antimperialista-parte-ii/#sdendnote23anc>, acesso em 08/04/2018;

COSTA, José María et al (Ed.). **INFORME NACIONAL SOBRE DESARROLLO HUMANO: Equidad para el desarrollo PARAGUAY 2008**. Asuncion: Pnud, 2008. 281 p.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DEL PARAGUAY (CVJ). **Informe Final Tierras Mal Habidas, Tomo IV**. Asunción, Paraguay, 2008.

CREYDT, Oscar. (2015), Antología del pensamiento crítico paraguayo contemporáneo. In: SOLER, Lorena [et al.] (orgs.). **Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires – AR, CLACSO.

DANTESCO enfrentamiento en colonia de Curuguaty. **ABC Color**. Paraguai, 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/dantesco-enfrentamiento-em-colonia-de-curuguaty-414759.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

DGEEC – Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos. **Censo de población**. Resultados completos y definitivos. Assunção: DGEEC. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py>>. Acesso em: jul.2018.

DIAS, Flavia. Paraguai oferece vantagens competitivas para setor têxtil, destaca diretor do departamento de relações internacionais e comércio exterior da Fiesp. **FIESP**. São Paulo, 03 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/105rticulo-oferece-vantagens-competitivas-para-setor-textil-destaca-diretor-do-departamento-de-relacoes-internacionais-e-comercio-exterior-da-fiesp/>>. Acesso em jan.2019.

DIAS, Marcelo Francisco. *Do Estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. São Paulo: Unesp, 2012

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p. 5ª reimpressão.

EUA. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. . **The World Factbook**: Paraguay. Eua: Cia, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pa.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FLORENTÍN, Carlos Gomes. **LA VENTA DE LAS TIERRAS PÚBLICAS Y DE LOS YERBALES DEL ESTADO**. Asunción: El lector, 2010. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/1266_carlos_gomez_florentin/11988_la_venta_de_las_tierras_publicas_y_de_los_yerbales_del_estado_autor_carlos_gomez_florentin_.html> Acesso em 15 jan. 2019

FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review Press**, Nova Iorque, v. 18, set. 1966. Mensal. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/312eed_d4439511e81140c98f4ec5ce19d4d679.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151 p.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. 504 p. (2ª reimpressão).

FOGEL, Ramón. Pobreza y políticas sociales em Paraguay. In: POZZO, Anibal Orue (Org.). **Relaciones Bilaterales Paraguay-Brasil: sociedad, economía y cultura**. Ciudad del Este: Escuela de Posgrado – Universidad Nacional del Este. 2015, 163p.

FREITAS, Carolina. Sem-terra paraguaios avançam sobre terra de brasileiro. **Veja**. 7 fev. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/sem-terra-paraguaios-avancam-sobre-terra-de-brasileiro/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL (Brasil) (Org.). **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2016**. 11. Ed. Nova Lima (mg): Doismiledoze . Comunicação e Marketing Digital, 2016. 110 p. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/conhecimento-site/106rtícul-de-pesquisa-site/centro-de-referencia-site/Materiais/Ranking_FDC_Multinacionais_Brasileiras_2016.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 Mai. 2018.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. In: VILAR, Leandro. Seguindo os Passos da História. Brasil. 19 abr. 2014. Disponível em: <<http://seguidopassoshistoria.blogspot.com/2014/04/as-raizes-de-uma-planta-que-hoje-e-o.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

GONZÁLEZ, Zulma Espínola. **Historia Económica del Paraguay**. Asuncion: El Lector, 2010. 123 p. (Colección La Gran Historia del Paraguay).

GUIMARÃES, Ligia. Brasileiros ‘viram’ made in Paraguai em busca de competitividade. **G1**. Pedro Juan Caballero (Paraguai). 07 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/107rtficulo/noticia/2011/11/brasileiros-viram-made-paraguai-em-busca-de-competitividade.html>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. López, el héroe por el que pelean la izquierda y la derecha. **Ultima Hora**. Asuncion, 29 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/lopez-el-heroe-el-que-pelean-la-izquierda-y-la-derecha-n971144.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). **SOCIALIST REGISTER 2004: O novo desafio imperial** - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006. 280 p.

HERKEN, Juan Carlos. HISTORIA ECONÓMICA Y MODELO DE CRECIMIENTO. In: BORDA. Fernando M. Dionisio et al (ed). **Estado y Economía en Paraguay 1870-2010**. Assunción: CADEP, 2011.

INDAGAN ataque a indígenas em Itakyry. **Ultima Hora**. Paraguai, 09 Maio 2017. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/indagan-ataque-indigenas-itakyry-n1084502.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ITAIPU: entenda como é a negociação entre Brasil e Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro. 12 Maio 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/itaipu-entenda-como-a-negociacao-entre-brasil-paraguai-2770220#ixzz54q5x06In>>. Acesso em: 03 set. 2018.

ITAIPU. **Energia Produzida por Itaipu**. In loco, 11 abr. 2008. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipunamidia/energia-produzida-por-itaipu>>. Acesso em: 03 set. 2018.

ITAMARATY. **República do Paraguay**. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5635-republica-do-paraguai>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

JOHANSSON, María Lucrecia, Paraguay contra el monstruo antirrepublicano. El discurso periodístico paraguayo durante la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). Scielo. 2012; disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhc/n47/n47a05.pdf>, acesso em 08/04/2018;

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14394/000659363.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 10. Ed. México: Editora Era, 1973. Tradução de Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/em/dialetica.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. 5. Ed. México: Siglo XXI Editores, SA, 1974. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/019_subdesarrollo_revolucion_1.html>. Acesso em: 08 fev. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. México: Ediciones Era, 1977. 5 v. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MASCHIO, José. Brasiguaios se armam para reforma de Lugo. **Folha de São Paulo**. Sao Paulo, 08 jun. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0806200814.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MATANZA em Curuguaty: ¿A quién favorece? (III). **Ultima Hora**. Paraguai, 19 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/matanza-curuguatya-quien-favorece-iii-n537855.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MATTEI, Lauro; DOS SANTOS JUNIOR, José A. **Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada**. Revista de Economia, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/17054/11249>>. Acesso em 08/04/2018.

MEXICO. (1 de Junho de 1998). DECRETO. Para el fomento y operación de la Industria Maquiladora de Exportación, p. n.p.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Balança Comercial**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em 17 de set. 2017.

MINISTERIO DE INDUSTRIA E COMERCIO. **Regimen de Maquila: Informe De Exportación – abril 2016**. Paraguai, Abr. 2016. Disponível em: <<http://www.maquila.org.py/?p=1614>> acesso em 30 jan. 2019.

MINISTERIO DE INDUSTRIA E COMERCIO. **Regimen de Maquila: Informe De Exportación – setiembre 2016**. Paraguai, set. 2016. Disponível em: <<http://www.maquila.org.py/?p=2536>> acesso em 30 jan. 2019.

MINISTERIO DE INDUSTRIA E COMERCIO. **Récord de Industrias Maquiladoras**. Paraguai, 2016. Disponível em: <<http://www.maquila.org.py/?p=422>> acesso em 30 jan. 2019.

MINISTERIO DE INDUSTRIA E COMERCIO. **Maquila registro un monto de 58.591.947 dólares de exportación en enero**. Paraguai, 2019. Disponível em: <<http://www.mic.gov.py/mic/site/contenido.php?pagina=1&id=975>> acesso em 02 fev. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasileiros no mundo**. Estimativas. Brasília: MRE, 2014.

MORAES, Dulce. EM SEMINÁRIO NA FIESP, FUNDAÇÃO APRESENTA VANTAGENS DE INVESTIR NO PARAGUAI. **Fiesp**, Em Paulo, p.1-1, 03 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/em-seminario-na-fiesp-fundacao-apresenta-vantagens-de-investir-no-paraguai/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

NETO, Tomás Espósito. Um balanço das relações brasileiro-paraguaias nos governos Lula/Dilma (2003-2012). In: POZZO, Anibal Orue (Org.). **Relaciones Bilaterales Paraguay-Brasil: sociedad, economía y cultura**. Ciudad del Este: Escuela de Posgrado – Universidad Nacional del Este. 2015, 163p.

OLIVEIRA, Elizabeth Moura Germano. **SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA ERA DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO LIBERAL-PERIFÉRICO (1990 a 2013)**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado), curso de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2014. Salvador

PARAGUAI. BANCO CENTRAL DO PARAGUAY (BCP). **Informe Preliminar de Comercio Exterior del Paraguay**: Comparativo: Enero-Diciembre 2016, Enero-Diciembre 2017, 2018.

PARAGUAI não ‘cede’ energia de Itaipu; Brasil paga. **Exame**, Brasília. 09 ago. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/paraguai-nao-cede-energia-de-itaipu-brasil-paga/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

PARAGUAY pudo haber recibido hasta cinco veces más por energía cedida. **ABC Color**. Paraguai, 19 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/paraguay-pudo-haber-recibido-hasta-cinco-veces-mas-por-energia-cedida-1667883.html>>. Acesso em: 03 set. 2018.

PARAGUAY. ITAIPU. **FAQ**, 2018. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.py/es/sala-de-prensa/faq>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

PARAGUAY. SUBSECRETARIA DE ESTADO DE TRIBUTACION – SET. (Org.). **Estadísticas**. 2018. Disponível em: <<https://www.set.gov.py/portal/PARAGUAY-SET/Home/est>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PARAGUAY. **DECRETO 9585**. Regula la Ley de Maquila. 2010, p. 21.

PARAGUAY. **LEY N° 1.064**. De la Industria Maquiladora de Exportación. 1997, p. 7.

PALAU, Tomás V. Es lógico que una sociedad agredida se defienda. Asunción: Base IS. 2012.

PALAU, Tomás V.; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. 2. Ed. Asunción: Base, 2016. ISBN: 978-99967-788-8-9.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. *Vozes*, [S.I.: s.n.], 2004.

PEDROSO, Ramón B. Fogel. La estructura social y su reflejo en el campo político paraguayo. In: ORTIZ, Luiz (Coord). **DESIGUALDAD Y CLASES SOCIALES: Estudios sobre la estructura social paraguaya**. Assunção: CLACSO, 2016. p. 83-106.

POZZO, Anibal Orue. Años de plomo y margaritas: las relaciones Paraguay-Brasil y el camino hacia el Este. In: POZZO, Anibal Orue (Org.). **Relaciones Bilaterales Paraguay-Brasil: sociedad, economía y cultura**. Ciudad del Este: Escuela de Posgrado – Universidad Nacional del Este. 2015, 163p.

PUBLIC CITIZEN’S GLOBAL TRADE WATCH (Eua). **The ten year track record of the North American free trade agreement**: The Mexican Economy, Agriculture and Environment. Washington, Dc: Public Citizen’s, 2004. (NAFTA at TEN). Disponível em: <https://www.citizen.org/sites/default/files/nafta_10_mexico.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RECHAZAN populismo en caso Guahory. **ABC Color**. Paraguai, 19 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/rechazan-populismo-em-caso-guahory-1445507.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Responsables son más que simples sintierras. **ABC Color**. Paraguai, 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/arp-responsables-son-mas-que-simples-sintieras-414521.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RICARDO, David. **The Principles of Political Economy, and Taxation**. Londres: Project Gutenberg, 2010. Disponível em: http://www.gutenberg.org/files/33310/33310-h/33310-h.htm#Page_146, acesso em 10. Mai. 2018.

RIVAROLA, Milda. La rescisión del contrato social: Franquismo en Paraguay. El golpe, 2012. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Antología del pensamiento crítico paraguayo contemporáneo**. Buenos Aires: Clacso, 2015. p. 513-517.

RODRÍGUEZ, José Carlos; VÁZQUEZ, Valeria. **Las Universidades: Una aproximación al contexto, estructura y resultados**. Asuncion: Mec, Ciie, 2013.

SASIAIN, Efraín Alegre; POZZO, Aníbal Orué; **LA TIERRA EN PARAGUAY 1947-2007:(60 AÑOS DE ENTREGA DEL PATRIMONIO NACIONAL STROESSNER Y EL PARTIDO COLORADO)**. Asunción: Arandurã Editorial, 2008. 439.

SCAVONE, Ricardo S. Yegros; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília – DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 187p.

SELIM JAHAN (Eua). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD (Comp.). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano**. Nova Iorque: Pnud, 2015. 295 p. (ISBN 978-92-1-626029-3). Tradução por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf> acesso em: 03 mai. 2018.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. Paraguai estuda reavivar disputa territorial. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 29 abr. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2904200824.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, Henrique Manoel da. **Fronteiriros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**. Maringá: Eduem, 2010. 364 p.

SILVA, Ludovico. La Plusvalía Ideológica. 3º ed. Venezuela: BUCV, 1977. 270 p.

SIMOES, A.J.G; HIDALGO, C.A. **The Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development**. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. EUA, 2018. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>> Acesso em 17 set. 2018.

SOUTO, Cíntia Vieira. **AS RELAÇÕES BILATERAIS E A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE BRASIL E PARAGUAI DE 1939 A 1948**. 2016. 271 f. Tese (Doutorado) – Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150577>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto int**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 131-153, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000100006&lng=em&nrm=em>. Acesso em 10 ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100006>.

SPRANDEL, Mârcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SUS Últimas Horas, em Curuguaty. **Última Hora**. Paraguai, 03 set. 2012. Disponível em <<https://www.ultimahora.com/sus-ultimas-horas-curuguaty-n557360.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VERA, Helio. El Gobierno del General Alfredo Stroessner. **Abc Color**. Assunción, fev. 2013. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/574_helio_vera/19845_el_gobierno_del_general_alfredo_stroessner_por_helio_vera.html>. Acesso em: 01 nov. 2018.

VILLAFANE, Victor Lopez. **La industrialización de la frontera norte de México y los modelos exportadores Asiáticos**. Comercio Exterior, Vol 54, núm.8, 2004; p. 674 – 680.

VUIK, Cecilia. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8967.dir/VuykTrabajoFinalCLACSO2013.pdf>, acesso em 19. Jan. 2019.

ZANATTA, Loris. **Uma breve História da América Latina**. São Paulo: Cultrix, 2017. 311 p. (ISBN: 978-85-316-1408-8). Tradução de Euclides L. Calloni.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: Funag, 2013. 187 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1072-historia_das_relacoes_internacionais_do_paraguai.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios, homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990. 86 p.

<http://www.abc.com.py/111rticulos/brasiguayos-pediran-intermediacion-del-brasil-em-el-conflicto-por-la-tierra-284864.html>

ANEXO 01 – LEI DE VENDA DE TERRAS PARAGUAI, 1883

El Senado y Cámara de Diputados de la Nación Paraguaya, reunidos en Congreso, sancionan con fuerza de

LEY:

Artículo 1º.- Autorízase al P.E. para vender tierras públicas por valor de ciento cincuenta mil pesos fuertes en bonos de Tesorería o moneda metálica de curso legal.

Artículo 2º.- A los efectos del artículo anterior, las tierras se dividirán en tres clases de modo siguiente:

1º Son considerados campos de primera clase los comprendidos en las jurisdicciones de los partidos de San Lorenzo del Campo Grande, San Lorenzo de la Frontera, Ypané, Guarambaré, Villeta, Villa Oliva, Villa Franca, Villa del Pilar, Villa de Humaitá, Luque, Limpio, Emboscada, Arroyos y Esteros, Villa del Rosario, San Estanislao, Villa San Pedro, Villa Concepción, Areguá, Capiatá, Itá, Itatguá, Pirayú, Yaguarón, Altos, Atirá, Tobatí, Caacupé, Barrero Grande, Caraguatay, San José, Itacurubí de la Cordillera, Valenzuela, Ibitimí, Paraguari, Acahay, Carapeguá, Tabapí, Quiindi, Ibicuí, Caapucú, Quinquió, Mbuyapey, Villa Florida, San Miguel, San Juan Bautista, Villa Encarnación, Caazapá, Capilla Borja, Villa Rica, Ipané é Itacurubí del Rosario.

2º Los campos de segunda clase son los comprendidos en las jurisdicciones de los partidos de Pedro Gonzalez, Laureles, Yabebirí, Desmochados, Tacuaras, Guazucúa, San Juan Bautista, Isla Umbú, San Ignacio, Santa María, Santa Rosa, Santiago, San Cosme, Bobí, Cármen del Paraná, Jesús y Trinidad, San Pedro del Paraná, Yutí, San Juan Nepomuceno, Mbocayatí, Yataití, Hiatí, Ajos, Carayaó, San Joaquín, Unión y Horqueta.

3º Se reputan campos de tercera clase aquellos no comprendidos en las zonas determinadas en los incisos 2º y 3º del presente artículo.

Artículo 3º.- Asígnase como precio á los campos de primera clase, la cantidad de un mil quinientos pesos fuertes la legua cuadrada, á los de segunda clase un mil pesos fuertes, y á los de tercera clase ochocientos pesos fuertes. El precio de las tierras de labor será de un peso fuerte por área de diez mil varas cuadradas, siempre que el lote no exceda de media legua cuadrada

Los campos de pastoreo solo podrán ser vendidos en fracciones menores de una legua cuadrada, cuando se encuentren áreas aisladas que no alcancen á esta última dimensión.

En este caso se otorgará la venta, previo informe de la autoridad del lugar, pagándose proporcionalmente al precio establecido.

Artículo 4º.- El P.E. reservará de la venta los terrenos expresamente exceptuados por leyes anteriores y aquellos que juzgue apropiados para colonias ó para otros objetos de utilidad pública.

Artículo 5º.- Queda fijado el arrendamiento anual de los campos de primera y segunda clase en la cantidad de doscientos cincuenta pesos fuertes por legua cuadrada; y para los de tercera clase en doscientos pesos fuertes. Exceptuarse de esta disposición los campos cuya venta queda reservada por el artículo 4º, cuyo arrendamiento anual queda fijado en ochenta pesos fuerte para los de primera y segunda clase,

y en sesenta pesos fuertes para los de tercera clase. Por las fracciones menores se pagará en proporción.

Artículo 6°.- El importe de las ventas y arrendamientos de las tierras públicas será abonado al contado y con arreglo á los trámites que se establecerán en el decreto reglamentario respectivo.

Los actuales arrendatarios de tierras fiscales tendrán la preferencia en la compra, siempre que ejerciten este derecho dentro del término de seis meses contados desde la promulgación de la presente ley.

Artículo 7°.- Queda subsistente la prórroga del plazo señalado por la ley de 21 de Agosto de 1882 á los ocupantes de tierras fiscales, desde cuya terminación cesa toda preferencia á favor de los mismos.

Artículo 8°.- Vencidos los plazos fijados por los artículos 6° y 7° sin que los ocupantes ó arrendatarios se hayan presentado á la compra, serán vendidos los terrenos al primero que los solicite denunciando su existencia; respetándose no obstante los contratos de arrendamientos que se hubieren celebrado anteriormente.

Artículo 9°.- Las escrituras de propiedad que procedan de adquisiciones hechas por compras, no podrán costar más de un peso fuerte con cincuenta centavos incluso el valor del papel sellado, y cincuenta centavos por registro en la oficina de Hipotecas.

En las otras tramitaciones en que intervengan escribanos, jueces de paz ó cualquiera otra autoridad, no podrá cobrarse sino la cuarta parte de los derechos marcados por el arancel vigente.

Artículo 10.- Se exceptúan de la anterior disposición las compras de campos cuyas dimensiones alcancen á una legua cuadrada ó escedan de ella, que pagarán íntegramente todos los derechos establecidos por las leyes.

Artículo 11.- Quedan derogadas las leyes anteriores sobre ventas y arrendamientos de tierras públicas, en cuanto se opongan á la presente ley.

Artículo 12.- Comuníquese al P.E.

Dado en la sala de sesiones del Congreso Legislativo, á los veinte y cuatro días del mes de Setiembre de mil ochocientos ochenta y tres.

Juan A. Jara
Presidente del Senado
Pascual Gómez
Secretario

Manuel Solalinde
Presidente de la H:C:D
Manuel Fernández
Secretario

Asunción, Octubre 2 de 1883

Téngase por ley, publíquese y dése al Registro Oficial.

Juan A. Meza

Bernardino Caballero

ANEXO 02 – MEMORANDO N°001/2018